

LEILA SUZANA HOFSTÄTTER

**Trabalho, política de inserção e representações sociais.
Um olhar sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**

Porto Alegre, 2005

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
ÁREA: Sociologia do Trabalho**

LEILA SUZANA HOFSTÄTTER

**Trabalho, política de inserção e representações sociais
Um olhar sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: PROF^a.DRA. Cinara Rosenfield

Porto Alegre, 2005.

LEILA SUZANA HOFSTÄTTER

**TRABALHO, POLÍTICA DE INSERÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO
INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi
PPPS/UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Kunrath da Silva
PPGS/IFCH/UFRGS

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda
PPGS/IFCH/UFRGS

“A Nação não surge pronta, acabada.
Forma-se e conforma-se ao longo da história.
Nasce e renasce, segundo os movimentos do seu povo,
forças sociais, formas de trabalho e vida,
controvérsias e lutas, façanhas e utopias.
Resgata ou esquece tradições reais e imaginárias,
conforme a fisionomia que se pretende construir no presente,
segundo a utopia que vai buscar no futuro.
Está sempre em movimento.
Afina e desafina”.

Otávio Ianni

“Digo: o real não está na saída nem na chegada.
Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.

João Guimarães Rosa

AGRADECIMENTOS

Ao Pedro, meu filho querido, pela paciência, carinho, e bom humor com que suportou as situações que perpassaram essa trajetória.

À Adriane da Silva, amiga de todas as horas, profissional da Psicologia, com quem tenho compartilhado as reflexões sobre esta e tantas outras temáticas.

Ao Roger Alexandre, jornalista e companheiro dessa travessia, pela compreensão e ajuda na correção do texto e ajuda nas horas difíceis.

À Cinara Rosenfield, orientadora que soube respeitar meu ritmo de trabalho, os afastamentos às vezes, cujo trabalho e pesquisa muito contribuíram para este olhar ao objeto de estudo.

Aos professores e colegas do Mestrado 2003/1.

Aos professores, que contribuíram com sugestões e críticas na Qualificação do Projeto e, que compõe esta banca examinadora: Marcelo Kunrath da Silva e Henrique Caetano Nardi.

Ao professor Fernando Coutinho Cotanda, do Departamento de Sociologia da UFRGS, por aceitar prontamente compor esta banca examinadora.

À minha mãe, Paula Barth, que estimulou em nós o gosto pela leitura e pelo conhecimento. Aos meus irmãos, Lili, Liane, Leandro e Lionel.

À memória do meu pai, cuja presença fez muita falta nessa travessia. Mas que está presente de muitos jeitos na forma como vejo e estou no mundo, e neste trabalho.

À Carla Regina, Ricardo e Fernanda, que acolheram o Pedro em Floripa, com todo carinho, para que eu pudesse continuar e concluir a travessia.

Às tias e avó do Pedro, em Pelotas, que o receberam em momentos críticos para que eu pudesse concentrar meus esforços nessa tarefa.

Aos colegas de trabalho, Júlia, Glaci, Márcia, que nos deram apoio e assumiram nossas atividades, foram suporte fiel quando nos ausentamos do trabalho para realizar as disciplinas e também a dissertação.

Às minhas chefias, Milton Fagundes, Leila Mattos e Iara Ambrós, que foram parceiras ao liberar meu tempo para que eu pudesse cumprir com as obrigações deste Mestrado.

Aos meus grandes amigos, com os quais tenho compartilhado muitos momentos, espalhados em diferentes cantos desse imenso país: Sérgio Sauer, Júlio Bozza, Maria Lúcia Simões, Guilherme e Norma Lieven, Stefan Bergner, Doraci Costa, Luciane Marisco, Sandra Sauer e Leila Mattos.

À Fundação de Assistência Social e Cidadania, via Coordenação da Rede Básica, pela disposição em permitir nosso acesso ao campo de pesquisa.

À Equipe do PETI do Centro Regional Noroeste, Janete e Maria Regina, por nos propiciar espaço junto ao grupo para realizarmos as entrevistas.

Em especial, aos entrevistados, que nos acolheram e disponibilizaram seu tempo, de forma espontânea, e, que nos forneceram os elementos, sem os quais, este trabalho não seria possível. Queremos expressar nossa consideração quanto aos diferentes potenciais e individualidades que encontramos, frente a um contexto de múltiplas vulnerabilidades sociais.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE QUADROS.....	10
LISTA DE GRÁFICOS	11
1. INTRODUÇÃO	12
2. O TRABALHO, SEUS SIGNIFICADOS E AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO SOCIAL: “A NOVA QUESTÃO SOCIAL”	23
2.1.Trabalho e políticas de inserção – Programas de Garantia de Renda Mínima.....	23
2.2. Os programas de garantia de renda mínima no Brasil.....	28
2.3. Assistência Social e trabalho.....	31
2.4. A “nova questão social” e o trabalho.....	39
2.5. Os significados do trabalho.....	43
2.6. A Teoria das Representações Sociais e a relação sociedade e indivíduo	47
3. POLÍTICAS DE INSERÇÃO NA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PROGRAMA PETI E O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS EM PORTO ALEGRE	56
3.1 Programas de Renda Mínima em Porto Alegre – O “Programa família, apoio e proteção”	56
3.2 Perfil da população inscrita no Cadastro Único em Porto Alegre	59
3.3 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	62
3.4 O Perfil das famílias beneficiárias do Núcleo Noroeste do PETI.....	67
3.4.1 Onde e como vivem as famílias do PETI na região Noroeste?	68
3.4.2 As ocupações das crianças e adolescentes e as vulnerabilidades associadas	69
3.4.3 Histórico, trajetória e composição das famílias do PETI	71
3.4.4 O pertencimento social	74

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ENTRE O TRABALHO, AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL	76
4.1. O contexto onde emergem as representações sociais: as vulnerabilidades sociais	76
4.2. Representações sobre a pobreza e o trabalho	88
4.2.1 Representação do trabalho penoso, fator de discriminação e de sofrimento	93
4.2.2 Representação do Trabalho como dignidade: na contramão da marginalidade	105
4.2.3 O trabalho infantil e suas representações: vilão ou mocinho?.....	110
4.3. As Representações sobre as políticas de inserção e a assistência social.....	115
4.3.1 O PETI como inserção social e socialização	115
4.3.2 A travessia: da ajuda para o direito	124
4.3.3 Programas como “Graça de Deus”	126
4.3.4 O Programa PETI: as críticas e sugestões que os discursos expressam	129
5. CONCLUSÕES	131
REFERÊNCIAS	137

RESUMO

O objetivo desta dissertação é apreender as representações sociais que os beneficiários do PETI têm do trabalho e das políticas de inserção social. A hipótese básica sustenta que as representações sobre trabalho e programa de inserção social são distintas. A política de inserção é representada enquanto “ajuda” do Estado por uma situação “transitória” à falta de trabalho e não como um “direito” de cidadania. Por outro lado, o trabalho é representado como um direito. Considerar essas representações sociais, tanto se for analisada sob a perspectiva de avaliação da eficácia e eficiência do programa PETI, que pressupõe mudanças de atitude em relação ao trabalho infantil, ou como subsídio à proposição de alternativas capazes de fazerem frente às experiências de trabalho dos adolescentes e serem “atrativas” aos mesmos, é fundamental num programa que visa “erradicar o trabalho infantil”.

Conclui-se que as mudanças em curso na sociedade salarial - de aumento das taxas de desemprego, de precarização dos contratos e a constituição de um contingente de trabalhadores aptos ao trabalho, mas que não encontram lugar no mercado de trabalho - produzem novas demandas e novos demandantes às políticas sociais, principalmente àquelas que se caracterizam na perspectiva da inserção social.

Essas mudanças demarcam uma ruptura na tradição histórica da Assistência Social, cujo objetivo era atender somente os *pobres*, no caso, aqueles inaptos ao trabalho e trazem ao cenário os cidadãos aptos ao trabalho, mas sem trabalho, ou seja, novos demandantes, que cumprem a função de tensionar o debate em torno do trabalho e inseri-lo para dentro dos marcos da Assistência Social.

Palavras-Chave: Trabalho, Representações Sociais, Assistência Social, Inserção Social, Trabalho Infantil.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to comprehend the social representations that the beneficiaries of the PETI have of the work and the politics of social insertion. The basic hypothesis supports that the representations on work and program of social insertion are distinct. The insertion politics is represented as an “aid” of the State for "a transitory" situation to the lack of work and not as a "right" of citizenship. On the other hand, the work is represented as a right. To consider these social representations, if analyzed under the perspective of analyse of effectiveness and efficiency of the program, that estimates changes of attitude in relation to the infantile work, as well as a subsidy to the proposal of alternatives capable to be attractive to the adolescents, given to its experience and socialization for the work, is basic in a program that aims "to eradicate the infantile work".

It concludes that the changes in course in the wage society - of increase of the taxes of unemployment, precarization of employment contracts and the constitution of a contingent of workers apt to the work, but that they do not find place in the work market - produce new demands and new plaintiffs to the social politics, mainly to that if they characterize in the perspective of the social insertion.

These changes demarcate a rupture in the historical tradition of the Social Assistance as only “take care” of the poor - in the case, those ones inapt to the work - and to bring to the scene the citizens apt to the work, but without work, i.e as the plaintiffs, who fulfill the function to pressure the debate around the work, for inside of landmarks Social Assistance.

Palavras-Chave: Work, Social Representations, Social Assistance, Social Insertion, Infantile Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O Programa de Garantia de Renda Mínima Brasileiro em detalhes.....	29
Quadro 2 – Quadro das Tipificação das Zonas de Exclusão	41
Quadro 3 - Vulnerabilidades Sociais do PETI - Núcleo Noroeste	70
Quadro 4 – Atividade de Trabalho dos Contratantes do PETI na Infância.....	72
Quadro 5 – Expressões referindo-se a Deus em relação ao PETI	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da população do CAD ÚNICO por faixa Etária	59
Gráfico 2 – Situação do contratante do CAD ÚNICO no Mercado de Trabalho	60
Gráfico 3 – Renda familiar <i>per capita</i>	60
Gráfico 4 - Grau de Instrução das pessoas cadastradas em cada família	61
Gráfico 5 – Situação dos Domicílios dos contratantes do CAD ÚNICO	62

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem sido objeto de inúmeros estudos e debates no campo da Sociologia, como em outras áreas do conhecimento. Em linhas gerais, estes têm se voltado para analisar suas características e mudanças no mundo do trabalho e, quais as conseqüências para os trabalhadores. Essas mudanças, cada vez mais têm chamado a atenção para os rumos e os sentidos que o trabalho vem tomando nas últimas décadas.

Castel (1998, p.496) apresenta essas mudanças sob o título “as metamorfoses da questão salarial” e sustenta que elas indicam algo de novo: uma sociedade estruturada a partir do trabalho assalariado em que a identidade pelo trabalho será perdida. A inscrição social propiciada pelo trabalho, enquanto “estrutura portadora de sentido”, encontra-se desestabilizada no atual contexto.

Para o autor o que temos de novo não é somente o fim do quase pleno-emprego, mas o surgimento de um perfil de trabalhadores sem-trabalho, os “supranumerários”, os “inúteis para o mundo”. Temos discernimento de que a “condição salarial” brasileira não pode ser comparada à da França, objeto de estudo de Castel. Porém, a análise aponta para alguns elementos que podem nos auxiliar em nosso estudo, principalmente sobre a trajetória da assistência e as tipificações que o autor constrói para explicar como as vulnerabilidades sociais se engendram a partir da forma como nos inserimos pelo trabalho seja de forma integrada ou precária, ou pela total ausência.

Nas palavras do autor (1998, p.496) “trabalho é mais que o trabalho (...) e o não-trabalho é mais que desemprego”. A análise aponta, portanto, para um contexto que contempla num mesmo processo de exclusão, a “desestabilização dos estáveis”, que atinge aqueles trabalhadores até então cobertos pelas garantias do emprego; “a instalação na precariedade”, onde se localizam aqueles que acessam o mercado de trabalho de forma precária (descobertos de garantias e seguros); e o que o autor denominou de “um déficit de

lugares ocupáveis na estrutura social (...) posições às quais estão associadas uma utilidade social e um reconhecimento público”. (1998, p.529)

Esse contexto remete ao processo de desfiliação apontado pelo autor (1998, p. 536), que seria “uma ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido”, que não significa dizer “ausência completa de vínculos” e, sinaliza para necessidade de construção de projetos que funcionem como propulsores de integração, lugar que, segundo Castel (1998, p.536), poderia ser ocupado pelas políticas públicas que se inscrevem na linha de inserção.

No campo das políticas públicas, principalmente aquelas com recorte de geração de trabalho e renda, o trabalho tem sido apontado como alternativa possível à situação de vulnerabilidade social dos beneficiários, muitas vezes sem considerar devidamente o contexto contemporâneo da sociedade salarial.

Este é o caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, gerido pela política de Assistência Social. O PETI é composto por famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ou seja, que não conseguem acessar as políticas sociais básicas como habitação, saúde e a educação. Alguns fatores potencializam as vulnerabilidades sociais e apresentam o perfil daquelas populações que não conseguem acompanhar a dinâmica da sociedade salarial contemporânea e por isso dependem de regimes de proteção especial. Em relação ao mercado de trabalho os principais fatores constituem-se nos baixos salários, no desemprego prolongado, no emprego pouco qualificado e nas carências nas habilidades básicas. No plano sócio-demográfico, apontamos as condições precárias de habitação, a localização das moradias em zonas com carências diversas e em áreas de risco e os processos migratórios.

O objetivo principal do PETI é retirar as crianças e adolescentes dos trabalhos que estavam inseridos. Para alcançá-lo, sua metodologia e contrato, definem que todas as crianças

e adolescentes devam estar matriculadas na escola e, no turno inverso, em programas de apoios sócio-educativos. Isso significa que compulsoriamente elas devem ser retiradas do trabalho e que, este compromisso deve ser assumido pelos os pais.

Considerando os processos de socialização vivenciados pelas crianças e adolescentes pela sua inserção no trabalho, esse objetivo não é tão simples de ser alcançado, principalmente no caso dos adolescentes. Estes possuem construções simbólicas em relação ao trabalho e um conhecimento acumulado por esta via, que lhes permite garantir um lugar em seu núcleo familiar e também no seu contexto de moradia. Nesse sentido deixar o trabalho, significa perder o lugar que este lhes confere.

Ao ingressar em programas de apoio sócio-educativos, nem sempre as atividades propostas são atrativas a estas crianças e adolescentes, pois se estruturam ou aproximam-se, muitas vezes, aos moldes da escola formal. Ao mesmo, essas atividades não representam algo significativo em sua vivência como o trabalho.

Quanto aos pais, contratantes frente ao Estado, o programa prevê que participem dos grupos e atendimentos individuais na perspectiva de sensibilizá-los quanto aos riscos trazidos pela inserção precoce no mundo do trabalho para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes. Uma das maneiras de apontar esses riscos é enquanto violação de um direito, como propõe o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nesse sentido o programa aponta para o trabalho como violação de direito e fator de risco pessoal e social e as crianças, adolescentes e pais o representam como fator de dignidade e de garantia de um lugar social. Este passa a ser um dos grandes desafios do programa e gera uma contradição entre os seus envolvidos.

Por outro lado, o programa aponta numa das cláusulas contratuais que os pais, ou um adulto da família, devem se inserir em projetos de geração e trabalho e renda, visando

com isto garantir as necessidades básicas, após a permanência no programa. Porém estes são organizados na perspectiva de qualificação, sem grandes investimentos na linha do desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, estes adultos, ao inserirem-se no programa, criam expectativas de que enquanto estiver no mesmo, lhe será possível uma possibilidade de emprego, seja articulado pelo programa enquanto alternativa de renda ou um emprego no mercado de trabalho.

Ao propor a inserção profissional e social este programa se aproxima da proposta do programa de renda mínima de inserção francês, RMI, porém com uma peculiaridade importante: é gerido pela política de Assistência Social. Significa entender que esta historicamente esteve voltada para aqueles inaptos ao trabalho ou em situação de vulnerabilidade social, que se constituiu por esta trajetória uma oposição entre o trabalho e a assistência social. Isto aponta para mais uma contradição que o programa precisa dar conta, para alcançar seus objetivos.

O PETI enquanto programa com características de renda mínima contempla àqueles adultos que não conseguem trabalho no mercado formal. Considerando as *metamorfozes* no mundo do trabalho, onde cada vez mais os aptos ao trabalho não conseguem emprego, estar neste programa significa uma renda, mas não assume o lugar de emprego, que os adultos buscam ao ingressar. Ao mesmo tempo as crianças e adolescentes, que estão trabalhando devem deixar de fazê-lo.

Essas contradições apontadas tensionam para o debate sobre os significados atribuídos ao trabalho em nossa sociedade e como os integrantes do programa, seja adultos ou crianças e adolescentes, o representam. Essas discussões sobre o trabalho perpassam todo o período em que os beneficiários ficam no programa e permitem perceber as representações sociais construídas a partir desta categoria.

A partir desta contradição e do lugar ocupado pelo trabalho nas diversas discussões no processo de acompanhamento dessas famílias, entendemos, como pertinente, apreender de que forma os sujeitos representam o mundo do trabalho, a partir de sua experiência imediata de estar ou não trabalhando e, a partir da sua necessidade de reconhecimento pelo outro no contexto social em que se encontra inserido. Interessa, portanto, perceber como, a partir do conjunto de saberes, práticas e construções simbólicas esses beneficiários experienciam, entendem e significam sua inserção nessa política social e de que maneira a representam.

Propomo-nos com este trabalho responder a seguinte questão: no contexto dos objetivos e metodologia do PETI, *qual o significado e sentido que os beneficiários deste programa atribuem ao trabalho e como compreendem e descrevem sua inserção nesta política pública com características de renda mínima?*

Considerando as mudanças em curso na sociedade salarial, nos interessa entender como estes beneficiários percebem essas “metamorfoses”, como se apropriam delas e a significam. Interessa perceber de que forma, nas suas falas, estes percebem as mudanças do mundo do trabalho, que aspectos percebem como relevantes, como se vêem e quais suas possibilidades de interagir neste processo.

As hipóteses levantadas pelo projeto e que orientaram a pesquisa de campo foram as seguintes: a hipótese básica que sustentamos é a de que os significados atribuídos ao trabalho pelos contratantes e adolescente do PETI coincidem enquanto fator de inscrição social, o que implica uma resistência por parte dos adolescentes em saírem das atividades de trabalho infantil. Significa que o programa necessita fundamentalmente conhecer estas representações para poder constituir sua metodologia e alcançar sua efetividade.

Outra hipótese que levantamos no início desta travessia é a de que as representações de política de inserção e trabalho são distintas. A política de inserção assume a

conotação de “ajuda”, o trabalho representa um “direito”. Essas representações têm sua origem na oposição histórica entre a assistência social e trabalho. Logo, estando o programa vinculado a esta política pública, a representação social desta, impede que os integrantes, reconheçam a sua inserção no programa como um direito.

Levantamos ainda como hipótese a questão de que o programa, ao propor a inserção via projetos de geração de trabalho e renda, não estaria considerando as metamorfoses da condição salarial ao propor este objetivo e, criaria uma falsa expectativa junto aos adultos do programa, difíceis de serem cumpridas.

Por último, sustentamos que os contratantes não entendem seu ingresso ao programa pelas situações de trabalho das crianças e adolescentes e as vulnerabilidades sociais que configuram seus núcleos familiares e sim, motivada pela falta de trabalho e renda.

A dimensão metodológica

O universo da pesquisa que desencadeou esta dissertação abarcou contratantes de um grupo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Porto Alegre. A opção da técnica para obtenção dos dados nesta pesquisa foi a entrevista em profundidade, que se constitui, segundo Olabuenaga (1996, p. 166), em um instrumento que permite “obter que um indivíduo transmita oralmente ao entrevistador sua definição pessoal da situação”, no caso do objeto desta investigação: as representações sobre o trabalho e política de inserção social.

Entendemos que a entrevista é uma técnica flexível de obtenção de informações qualitativas sobre determinado fenômeno social. Requer habilidade do entrevistador para conseguir estabelecer uma inter-relação com o sujeito entrevistado, buscando encontrar, a partir das construções deste, como percebe, interpreta e dá sentido ao mundo em que está inserido. Essa opção em revelar as atribuições de sentido produzidas pelos sujeitos constituiu um material importante sobre como percebem as mudanças engendradas na sociedade salarial

atualmente e como se constituem as representações sobre o trabalho e políticas de inserção num contexto de não trabalho e desemprego.

Foram entrevistados onze contratantes do PETI, do núcleo da região noroeste, vinculado a um dos nove Centros Regionais descentralizados da FASC na capital gaúcha. A opção por um único grupo se deu na perspectiva de que haveria beneficiários de diferenciados períodos de permanência no programa, mas ao mesmo tempo, que teriam em comum o fato de constituírem-se enquanto grupo, com sistematicidade de reuniões.

As entrevistas tiveram duração média de uma hora. O contato inicial foi com o grupo todo reunido num espaço de rotina do programa, onde fomos apresentados pelo coordenador do grupo como pesquisador da universidade em pesquisa de campo.

Apresentamos nossa proposta de pesquisa, objetivos e objeto de estudo a todo o grupo e consultamos sobre a disposição de participarem da pesquisa, concedendo as entrevistas. Combinamos ainda neste espaço de grupo, o retorno da pesquisa ao grupo após a conclusão da dissertação.

A partir do consentimento dos integrantes do grupo, fomos agendando as entrevistas individuais, considerando a disponibilidade de horário e data dos entrevistados. A partir desse momento procuramos salientar nossa autonomia enquanto pesquisador em relação à instituição que coordena o programa e a equipe que acompanha o grupo, constituindo assim uma relação direta com os beneficiários do PETI do núcleo do Centro Regional Noroeste.

O início de cada entrevista era composto por um breve relato do objetivo e objeto da pesquisa, da importância e interesse em ouvi-los. Em seguida situávamos o eixo temático que pretendíamos que cada entrevistado/a discorresse e/ou abordasse; tranquilizando-os quanto à necessidade de intervenção. A questão colocada para todos era a seguinte: que contassem sua trajetória de vida e trabalho a partir da idade em que começaram a trabalhar, passando pelos tipos de atividades que já haviam realizado, se participam ou participaram do

mercado formal ou informal de trabalho, o que pensam do trabalho e; posteriormente, relatassem como percebem sua inserção no PETI, porque ingressaram e como entendem o programa.

A intencionalidade foi colocar nas mãos dos entrevistados processo de re-contar suas histórias, para que fossem sujeitos da ação na elaboração dos seus discursos. Constitui-se ainda um espaço que permitisse aos entrevistados produzir sua fala livremente, sendo que nossa participação seria como ouvinte-entrevistador, demonstrada pelo interesse, atenção na história, interagindo como ouvinte, sem direcionar muito a entrevista.

Esse re-contar das trajetórias propiciou um espaço para que fosse expresso como entendem contexto em que se inserem, sua inserção social, experiências, vivências e suas representações; ou seja, como interagem com sua realidade social. Propiciou momentos bastante intensos em algumas entrevistas, demonstrando uma forte implicação do entrevistado no próprio discurso.

As entrevistas ocorreram em lugares bastante diversos. Algumas foram realizadas na sede do Clube de Mães da Vila Dique, outras nas casas dos entrevistados e outras ainda no espaço do Centro Regional Noroeste. Essa diversidade propiciou uma aproximação ao lugar de moradia dos mesmos, sendo possível verificar as condições de habitação, o processo de trabalho de reciclagem *in lócus*, ter uma idéia da conformação da vila e região de onde a maioria do grupo deste núcleo do PETI é oriunda e, ainda, conhecer um espaço de organização comunitária e a forma como este é acessado e utilizado pelos moradores.

Concomitante às entrevistas realizamos a análise dos dados obtidos através de uma cartilha produzida pelo governo federal com informações quanto ao perfil dos beneficiários dos programas com repasse monetário, nas três esferas de governo. Analisamos inicialmente os dados do perfil de todos os beneficiários de Porto Alegre cadastrados neste banco, o Cadastro Único, para, posteriormente analisar o perfil do grupo que compõe o

universo desta pesquisa, a partir de informações obtidas nas próprias entrevistas que fomos sistematizando. Estes dados referem-se às condições de moradia, estruturação e composição familiar, ocupação, vulnerabilidades sociais, tipos de trabalho infantil, que serão apresentados neste trabalho.

De forma articulada realizamos uma revisão bibliográfica sobre os Programas de Renda Mínima/Inserção em âmbito mundial, Brasil e Porto Alegre e também sobre os sentidos atribuídos historicamente ao trabalho. Pretendemos nos subsidiar da Teoria das Representações Sociais (conhecimento teórico) para apreender as representações sociais presentes, explicitadas nos discursos produzidos pelos sujeitos sociais contratantes do PETI do núcleo Noroeste.

A coleta propiciada pelas entrevistas tinha o objetivo de dar publicidade à forma como os sujeitos auto-interpretam sua realidade, produzem sentido ao transformar suas práticas e interações cotidianas em categorias simbólicas que de certa forma não só dão sentido às suas vidas, mas também lhes permitem potencial de mobilidade enquanto sujeitos, na medida em que estruturam a forma como interagem com outros sujeitos (dimensão social e individual).

Entendemos que a metodologia que orienta e concretiza a pesquisa se configura a partir de uma construção teórica. Ou seja, as técnicas não são “escolhidas”, quando construímos nosso objeto de pesquisa na problematização, elas já se revelam como um instrumento capaz de apreender aquele objeto.

Todo o processo que perpassa a entrevista foi realizado por nós enquanto pesquisador entendendo que é importante o produto final, a entrevista transcrita, enquanto um discurso produzido (trajetória da experiência permeada mediada pela atribuição de sentido e transformada em simbologia, onde o sujeito auto-interpreta sua inserção no mundo), mas de

igual modo é importante as condições de produção deste discurso (contexto, entorno, a capacidade de abstração/simbolização do sujeito, as reticências, as emoções,

Para a análise de conteúdo julgamos necessário considerar não somente a fala do sujeito (conteúdo/discurso), mas também as circunstâncias em que esta foi produzida (continente), chegando-se assim a uma perspectiva que estabelece uma relação dialética entre o conteúdo da fala e das condições de produção deste. Segundo Bardin (1977, p. 134), “para atingir o conteúdo é necessário passar pelo continente”. A análise do conteúdo, enquanto metodologia permitirá ao pesquisador, nesta pesquisa, apropriar-se das informações coletadas, com a finalidade de içar das falas a compreensão dos sentidos atribuídos pelos sujeitos e, ainda encontrar as categorias e tematizações que as falas produzem em cada caso.

Dentre as propostas de Bardin(1977, p. 175), optamos pela *análise da enunciação*. Consideramos o próprio contexto/situação da entrevista como parte do processo, passando pela transcrição e pelas primeiras leituras dos discursos produzidos pelos entrevistados; leitura “flutuante”, que constitui uma etapa da pré-análise dos dados, segundo Bardin, (1977, p. 96).

Nesse sentido, cada entrevista foi inicialmente lida e analisada como um discurso único, como uma “totalidade organizada e singular”, sem articular ainda o discurso produzido em cada uma delas com os demais. Em seguida, descrevemos as questões que emergiram nos discursos e o que revelavam, constituindo assim pequenos *casos* de cada entrevista. Nestes casos apontamos a frequência de determinados recursos de retórica, a recorrência a determinados temas e as diferentes temáticas que perpassavam toda fala.

Posteriormente, orientado pelas hipóteses da pesquisa e pela fundamentação teórica, começamos a identificar os eixos temáticos que de certa forma vai constituindo o material (os conteúdos) que sobressai (emergem) dos discursos e inter-relacioná-los entre si.

Os resultados que obtivemos, serão apresentados a seguir, considerando os objetivos que nos propomos e as hipóteses que aventamos no início dessa travessia. Apresentaremos a seguir como a dissertação está estruturada.

Visando alcançar os objetivos propostos organizamos a dissertação da seguinte maneira: no capítulo I, buscamos apresentar as propostas que existem em âmbito mundial e em Porto Alegre, de Programas de Garantia de Renda Mínima a partir dos significados atribuídos ao trabalho e às práticas sócio-assistenciais historicamente. Não tínhamos intenção de aprofundar estas temáticas, mas introduzi-las no sentido de analisarmos a oposição histórica entre o trabalho e assistência social, o lugar ocupado pelo trabalho no contexto da “nova questão social” e, como se constituem as representações sociais destas categorias na realidade social.

O capítulo II, traz um detalhamento dos Programas de Renda Mínima implementados em Porto Alegre, detendo-se às características e o perfil dos beneficiários do PETI, cujas características o aproximam, a nosso ver, do Renda Mínima de Inserção francês. Apresentamos dados de perfil, obtidos a partir das entrevistas realizadas junto às famílias que integram o núcleo do PETI na região Noroeste, que constitui o universo desta pesquisa.

As representações e análises sobre o trabalho, políticas de inserção e assistência social são apresentadas no capítulo III, procurando entendê-las a partir do contexto de vulnerabilidades sociais que perpassam as trajetórias de vida e trabalho dos beneficiários do PETI e como historicamente se deu a relação entre a assistência social e trabalho, sendo o PETI desenvolvido por esta política pública.

2. O TRABALHO, SEUS SIGNIFICADOS E AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO SOCIAL NA “A NOVA QUESTÃO SOCIAL”

2.1 O trabalho e as políticas de inserção – Programas de Garantia de Renda Mínima

Para falarmos em renda mínima, é importante entendê-la numa perspectiva teórica e histórica como forjada dentro da relação Estado/mercado, na medida em que os diferentes modelos propostos ou se inserem nas teorias que defendem o mercado como regulador, via salários e emprego, ou naquelas que vêem o Estado como regulador e com o dever da garantia à assistência.

Os diferentes programas de Renda Mínima implementados em âmbito mundial, enquanto política social capaz de responder a crise do *Welfare State* ou da sociedade salarial, têm sido objeto de estudo de diversos pesquisadores das ciências sociais (FALEIROS, 1997; SPOSATI, 1997; SILVA e SILVA, 1997; OFFE, 1992; VAN PARIJS, 1997; BOSCHETTI, 1997; ROSANVALLON, 1995; HOVEN, 1997).

De modo geral, os programas que visam a inserção social via projetos de “Garantia de Renda Mínima” caracterizam-se por um repasse monetário realizado pelo Estado a famílias ou a indivíduos, objetivando garantir as necessidades básicas dos seus beneficiários, avançando em alguns modelos, para a garantia de mínimos sociais.

Para Sposati (1997, p. 10), a Assistência Social, enquanto política de seguridade social e a proposição de mínimos¹, transcende a idéia de práticas fundamentadas numa idéia de garantir ou manter os cidadãos no limiar da sobrevivência, mas se fundamenta num padrão básico de inclusão, pois ao definir um *padrão societário de civilidade* (...) exige a constituição de um outro estatuto de responsabilidade pública e social, ampla e cidadã, que supõe as

¹ Os mínimos sociais são padrões para a garantia de direitos, nos patamares de dignidade, condições de subsistência e qualidade de vida que a sociedade aceita numa época, considerando as conquistas na legislação. Os mínimos sociais são estes patamares de cobertura de riscos e prevenção de vulnerabilidades, garantidos na sociedade, no âmbito dos direitos, prioritariamente via políticas públicas. Existe uma diferença entre entender os

seguintes garantias: sobrevivência biológica, condições de poder trabalhar, qualidade de vida, desenvolvimento humano e atendimento às necessidades humanas.

Segundo Castel (1998, p. 538), as políticas conhecidas como de *integração* buscam promover a todos o acesso aos serviços públicos e, as de *inserção* seriam aquelas implementadas a uma parcela da população demandatória de um conjunto de ações específicas, obedecendo “a uma lógica de *discriminação positiva*”.

É em meados do Século XX que Programas de Garantia de Renda Mínima começam a ser implementados em diversos estados nacionais desenvolvidos, principalmente após a II Guerra Mundial, com a consolidação de diferentes regimes de Estado de Bem-Estar no contexto mundial. As propostas iniciais visavam atingir a população que não possuía recursos ou condições de garantir seu sustento. Um exemplo dessas primeiras propostas é o *Income Support*, de 1948, da Inglaterra (MARQUES, 1997, p. 102), onde aparecia um forte vínculo entre a situação de pobreza e a aptidão ou inaptidão ao trabalho (capazes e incapazes).

Se inicialmente estes programas constituíam-se em ferramentas que auxiliavam a minimizar a situação da pobreza, com o aumento expressivo das taxas de desemprego e as novas formas de trabalho em esfera mundial, estes passaram a abarcar uma parcela da população apta ao trabalho e que, até então, estava segurada pelos seguros sociais, ampliando assim seu público-alvo.

Estes programas, de modo geral, caracterizam-se enquanto políticas de integração ou de inserção, em função de suas características específicas, constituindo-se a partir de modelos de regimes de Estado de Bem-Estar e inscritos em contextos com projetos societários distintos. Os modelos de Programas de Renda Mínima implementados mundialmente

mínimos como equivalente ao limiar de sobrevivência, e o que é alicerçado na política de assistência social, isto é, entender os mínimos como padrões básicos de inclusão social. (PNAS, 2004:7)

distinguem-se pela orientação teórica, pelas características que os configuram e pelos diversos tipos propostos.

Quanto à orientação teórica, Silva (1997, p. 57) agrupa, no intuito de classificação, três grandes tendências: as propostas de orientação liberal, aquelas caracterizadas como distributivistas, progressistas e/ou reformistas e, aquelas que defendem a inserção. Ressalta, porém, que essa classificação não é hermética e que em algumas características os tipos propostos de Renda Mínima podem se aproximar, na medida em que os modelos criados se configuram como modelos combinados, nem Estado puro, nem mercado puro.

Em cada uma destas tendências estão agrupadas modalidades distintas que se diferenciam ou se assemelham em algumas características: a) quanto à abrangência e ao tempo; b) se se configuram como substitutivas ou complementares de programas sociais já existentes; c) se centradas no indivíduo ou na família; d) se objetivam o combate à pobreza relativa ou absoluta; e) se são ou não acompanhadas de mecanismos de controle (testes meios/testes de pobreza); f) se se constituem em mecanismo de distribuição de renda ou são compensatórias; g) se focalistas ou universalizantes e; h) se preconizam o trabalho como direito ou como dever do cidadão.

Nos tipos propostos de Programas de Renda Mínima em escala mundial (SILVA, 1997, p. 57) encontramos na literatura seis tipos diferentes: Imposto Negativo, Renda Mínima Universal, Renda de Existência, Renda Social, Segundo Cheque e Renda Mínima de Inserção.

O *Imposto Negativo* é uma proposta de Milton Friedmann, implementado na década de 80 nos EUA. Esta proposta, de orientação liberal, preconiza o combate à pobreza, porém sem gerar assistência, ou seja, sem fazer com que os cidadãos deixem de procurar trabalho. Visa a transferência de um valor monetário a todos os indivíduos que não alcançassem o nível de renda mínima estipulado, objetivando assim completar sua renda.

Significa também que na medida em que vai crescendo a renda do indivíduo pelo trabalho, o valor repassado pelo programa vai decrescendo na mesma proporção. Segundo Silva (1997, p. 45) os idealizadores desse modelo “*vinculam sua proposta ao mecanismo de arrecadação de imposto, fixando um limite de renda (linha da pobreza) acima do qual se pagaria imposto e abaixo, se receberia*”. No estudo da autora outras propostas estariam vinculadas a essa modalidade de imposto negativo, de orientação liberal, como a de Rose Friedmann, Lionel Stoléru e Cristian Stofacs.

Seguindo sua análise, a autora (1997, p. 54) agrupa ainda à orientação liberal as propostas de *Renda Mínima Universal*, que incluem a Renda Básica, Dividendo Nacional e Dividendo Social. Nessa perspectiva os propositores são Keit Roberts, Alain Minc, M. Douglas, C. M. Haterley, Rhys Villians, Collectif Charles Fourier, Guy Standing, H. Parker, Van Parijs e B. Nooteboom.

Nas propostas de orientação caracterizadas como distributivistas, progressistas e/ou reformistas a autora agrupa a *Renda de Existência*, de Yoland Bresson, a *Renda Social* de André Gorz e o *Segundo Cheque*, de Guy Aznar.

O Programa de *Renda Mínima de Inserção (RMI)* da França, segundo a autora (1997, p. 82) é um marco nas propostas até então, pois deixa de ser somente uma via de minimizar a pobreza, mas visa a inserir os desempregados, que crescem assombrosamente, na vida profissional e social. Outra especificidade do RMI francês é a opção pelo repasse monetário tendo como unidade de referência o indivíduo, incluindo todos os cidadãos com mais de 25 anos, deixando transparecer a preocupação com essa população jovem com dificuldades de acessar ao mercado de trabalho devido às transformações ocorridas em escala mundial e a opção de não ser substitutiva às demais políticas sociais e sim complementar.

Castel (1998, p. 552) ressalta duas outras características do RMI que significam inovação em relação às políticas sociais anteriores: “*o corte entre as populações aptas para o*

trabalho e as que não podem trabalhar é recusado” e que a inserção é mais que um direito à assistência, pois ela garante “*a inserção social e profissional das pessoas em dificuldade*”. Esse avanço, segundo o autor, é decisivo no sentido de desconstituir a idéia de que a capacidade de dar conta de sua existência está nas mãos do sujeito, comprometendo a coletividade com a situação “individual” dos cidadãos.

O autor (1998, p. 553) aponta ainda, para o fato de que “*a noção de inserção designa esse modo original de intervenção e se dá com o contrato sua metodologia: construir um projeto que engaje a dupla responsabilidade de quem recebe a subvenção e da comunidade, e desembocar na reinscrição do beneficiário no regime comum*”. Isso significa que a inserção extrapola as práticas de intervenção até então voltadas à integração e que se materializa numa relação contratual entre Estado e cidadão. O Estado nesse caso, entendido na relação contratual como o agente que articula os recursos da sociedade na perspectiva da inserção (profissional e social) de cada cidadão.

Segundo Castel (1998, p. 554) *inserção profissional* equiivale ao que comumente se denomina de integração à condição salarial de modo irrestrito, porém *inserção puramente social* abre-se para um registro original de existência que cria um problema inédito às políticas sociais. Por um lado o RMI nesses 16 anos, objeto de várias avaliações e estudos, demonstrou que as possibilidades de inserção profissional foram pouco significativas e por outro que para grande maioria dos beneficiários, que dobrou nos últimos anos, o programa deixou de constituir-se como etapa transitória para a integração, mas tornou-se um estado “transitório durável”.

Castel (1998, p. 559) é crítico ao dizer que “*tal poderia ser o sentido das políticas de inserção: ocupar-se dos válidos invalidados pela conjuntura*”. Significa dizer que as políticas sociais, articuladas por um programa de “inserção”, passam a desempenhar um papel de “socialização secundária”, na medida em que estes programas propiciam rotinas que

asseguram aos demandatários espaços de sociabilidade, como as reuniões do PETI, por exemplo. Elas visam resgatar vínculos da esfera privada desses sujeitos e, ao mesmo tempo, funcionar como mediadoras nas relações da esfera pública, ou seja, na perspectiva da inserção social.

2.2 Os programas de Garantia de Renda Mínima no Brasil

No Brasil, a discussão sobre necessidade de políticas públicas de Renda Mínima encontra eco na política do governo Vargas, a partir da década de 40, onde, segundo Sposati (1997, p. 111), se inicia a trajetória de propostas de renda mínima no país.

Nesse período é implementado pelo Estado a primeira modalidade de Renda Mínima, com a regulamentação do *Salário Mínimo* brasileiro por Vargas; seguido do que denomina *Salário equidade*, mais conhecido como salário-família, complementar ao primeiro.

Um terceiro tipo é o *Salário Substituto*, nos quais se incluem o seguro-desemprego e o auxílio-doença, que pressupõe a contribuição previdenciária, e também o salário do idoso e do portador de deficiência (física ou mental), que com a regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em 1993, ganharam o estatuto de direito e não mais benesse. Todos os modelos incluídos na forma de salário substituto exigem uma comprovação por parte do cidadão de sua incapacidade para o trabalho, seja transitória ou permanente, ou a inexistência ou baixa renda² no caso dos benefícios pagos pelo INSS aos idosos e portadores de deficiência.

Um quarto tipo, segundo a autora é uma *política de subsídios* cuja finalidade é o incentivo ao acesso a determinada política social, como bolsa de estudos ou apoio a situações de risco social, amparada na perspectiva de discriminação positiva, mas que não alcança patamares de universalidade.

² O Benefício de Prestação Continuada - BPC, inscrito na LOAS e, regulamentado pelo governo federal em 1988, tem como critério de acesso idosos com idade acima de 65 anos com uma renda per capita de até ¼ do salário mínimo nacional, que é exigida também para as pessoas com deficiência. (LOAS, 1993)

O *imposto negativo* é apontado pela autora como outra (1997, p.126) modalidade de renda mínima, que ganha visibilidade no Brasil a partir da década de 90, mais especificamente quando é apresentado um Projeto de Lei nº 80/91, pelo então Senador Eduardo Suplicy, que propõe a criação de um Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM no Brasil, sob essa modalidade, cujos principais detalhes podemos observar no quadro que segue.

QUADRO 1 – O Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) Brasileiro em detalhes

Objetivos	Critérios de Elegibilidade/ Restrições	Exigências/ duração/ Abrangência	Motivos de Desligamento	Financiamento/ Meta
Garantir renda mínima a pessoas adultas que não disponham de rendimentos suficientes para atender as suas necessidades básicas; Compatibilizar a eficiência da economia de mercado com a erradicação da pobreza e a diminuição das desigualdades sociais e conter fluxos migratórios.	Critérios – Ser maior de 25 anos, residente no país, auferir rendimento bruto inferior ao limite fixado. Restrições - É vetado a quem estiver cumprindo pena de privação de liberdade e a quem estiver em débito com a Fazenda Pública, inscrito na dívida ativa da União.	Exigência – Não há. Duração – Ilimitada. Abrangência – Nacional.	O beneficiário que prestar declaração falsa ou usar de qualquer meio para a obtenção de vantagens ilícitas será desligado por cinco anos e, no caso de reincidência, desligado definitivamente, com ressarcimento integral da quantia recebida, corrigida monetariamente.	Financiamento – Dotação orçamentária específica, consignada no orçamento da União, correspondendo a cerca de 3% do PIB. Meta – Atingir a população nacional adulta, a partir de 25 anos de idade, até o ano de 2002 (36 milhões de brasileiros).

FONTE: SUP LICY, Eduardo. Programa de Garantia de Renda Mínima. Projeto de Lei nº. 80. Brasília/DF: 1991.

A partir deste projeto de lei, ainda não regulamentado no Senado Federal, o debate inscreve-se nas agendas políticas em todo o país e começam a surgir propostas de implementação de programas de transferência monetária, que podem ser consideradas na categoria de renda mínima, em âmbito municipal, estadual e nacional. Cabe ressaltar que, na grande maioria, a implementação se deu na esfera municipal e segundo a autora, poderia significar a “municipalização da seguridade social”, destoando das propostas de renda mínima implementadas em outros países. Somente recentemente foi criado um programa de

abrangência nacional, executado em parceria com os municípios, porém com formas de gestão e controle não bem definidas para as esferas de governo.

Seguindo sua análise, a mesma autora (1997, p. 116) aponta para outras especificidades no que se refere aos critérios de elegibilidade e a unidade de referência de cada programa implementado. Afirma que quase o total das experiências tem como unidade de referência a família e não o cidadão individual e consideram a renda *per capita* do núcleo familiar, bem como, alguns associam a estes critérios a frequência escolar, privilegiando a faixa etária dos zero aos 14 anos. Ressalta ainda que 72% dos programas implementados no país constituem-se em subsídio à educação, sendo que 14% visam a promover a equidade e apenas 4% caracterizam-se como subsídios de inserção.

Em âmbito federal os primeiros programas com características de Renda Mínima criados foram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em 1999, o Bolsa-Escola, Cartão Alimentação, Bolsa alimentação e o Auxílio-Gás (2001). Em 2004, os programas Bolsa-Escola, o Cartão-Alimentação e o Auxílio-Gás, foram agregados em um único programa denominado Bolsa-Família (PBF), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. A gestão do Programa se dá em dois eixos: o cadastramento das famílias no Cadastro Único³, que permite identificar os possíveis beneficiários dos programas e o acompanhamento as famílias. Os recursos financeiros são gerenciados pela Caixa Econômica Federal. Existem, atualmente, dois programas federais com repasses de recurso, o PETI e Bolsa Família, tendo como unidade de referência o núcleo familiar e nos dois casos a implementação é municipalizada e a coordenação é feita pelos gestores da Assistência Social.

³“O Cadastro Único é um instrumento para identificação das famílias em situação de pobreza de todos os municípios brasileiros. Este cadastro permite nortear a implementação de políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda. Este banco de dados proporciona, aos governos municipais, estadual e federal, o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio; composição familiar; qualificação escolar; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; rendimentos e despesas familiares”. (Manual do Cadastro Único, 2003)

Alguns autores que se debruçam sobre o estudo das políticas sociais no Brasil têm alertado para essa peculiaridade. Lavinias (2003, p. 04) ressalta que as estratégias de combate à pobreza e à exclusão social têm sido de responsabilidade dos governos locais, o que origina “regimes locais de regulação da pobreza”, com programas diversificados e específicos para cada segmento e/ou vulnerabilidade social. Nesse sentido um programa de renda mínima implementado em âmbito federal, mesmo com a execução e monitoramento municipalizado, significaria um avanço em termos de políticas sociais pela possibilidade de tratar a questão social dentro do contexto conjuntural nacional, fugindo à lógica fragmentada das ações. Isso sem contar que encontraremos disparidades entre os municípios brasileiros, em termos de situação e condições financeiras de arcar com a questão social.

2.3 Assistência Social e Trabalho

A Assistência Social enquanto política pública compõe, com a Saúde e a Previdência, o tripé da seguridade social. A *seguridade social* conforme foi definida em nossa atual constituição, no seu Art. 194⁴, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A Assistência enquanto política de *seguridade social* institui-se legalmente como um direito do cidadão e um dever do Estado, cuja função é o combate à pobreza e à redução das desigualdades sociais, através da transferência de renda (redistributiva) e da articulação com outras políticas. Nesse sentido, constitui-se enquanto uma estratégia de desenvolvimento econômico e social visando a atingir a pobreza relativa.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) preconiza que

“cabe à Assistência Social ações de prevenção⁵, proteção, promoção e inserção, bem como o provimento de um conjunto de garantias ou

⁴ Constituição Federal do Brasil de 1988. Emenda Constitucional Nº 20, de 1998.

⁵ Entende-se por **Prevenção**, conforme NOB/99, a criação de apoios nas situações circunstanciais de vulnerabilidade, evitando que o cidadão resvale do patamar de renda alcançado ou perca o acesso que já possui

seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais, bem como atendam às necessidades emergentes ou permanentes decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus mandatários”. (Brasil, 2004, p. 5)

Cabe lembrar que a assistência social nem sempre teve esse caráter de direito, garantido com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993. Quanto à natureza da prática assistencial conduzida até então no Brasil, esta se pautava numa lógica do favor e do dever moral, cujas principais características eram a filantropia, a ajuda solidária, o assistencialismo e o clientelismo. As ações eram assistemáticas, descontínuas, pulverizadas e fragmentadas.

O assistencialismo, enquanto uma das suas marcas mais visível e entranhada na prática assistencial, se voltava principalmente a resolver “problemas individuais”, reparando situações contingenciais e eventuais e visando, no máximo, a garantia de mínimos vitais. Dentre as características marcantes do assistencialismo destacamos que esta prática constituía-se num fim em si mesmo, ao invés de constituir-se em meio capaz de articular outras políticas públicas estava pautado numa perspectiva distributiva, compensatória e focalista, ou seja, numa ação cuja meta limitava-se ao campo da pobreza absoluta, sem considerar as necessidades dentro de um contexto histórico e coletivo.

Quanto aos demandantes, historicamente a assistência social ocupou-se daqueles cidadãos tidos como inaptos ao trabalho: idosos necessitados, deficientes físicos ou mentais, inválidos por algum tipo de acidente ou doença, famílias monoparentais com muitas crianças; o que a distingue dos seguros sociais que compreendem um conjunto de seguranças àqueles

aos bens e serviços mantendo-o incluído no sistema social a despeito de estar acima da linha de pobreza e, ou, atendido pelas políticas sócio-econômicas setoriais. Assim, evita-se que as pessoas percam acesso aos direitos sociais. Entende-se por **Proteção**, conforme NOB/99, a atenção às populações excluídas e vulneráveis socialmente, operacionalizada por meios de ações de redistribuição de renda direta e indireta e pelos serviços que integram a rede de proteção social básica e especial. Incluem-se as populações em situação de risco pessoal e, ou, social e de eventos. Entende-se por **Promoção**, conforme NOB/99, a função de viabilizar o exercício da cidadania, eliminando relações clientelistas que não se pautam por direitos e que submetem, fragmentam e desorganizam os destinatários da assistência social. Busca-se com essa atuação fomentar o protagonismo, a autonomia e a emancipação. Entende-se por **Inserção**, conforme NOB/99, a forma de inclusão dos destinatários

cidadãos aptos ao trabalho e, conseqüentemente, beneficiários dessa cobertura. Nesse sentido, a prática assistencial, resgatada historicamente, define uma trajetória que coloca a Assistência Social em oposição ao trabalho. Porém com os programas de inserção, como RMI francês, “a relação entre trabalho, assistência social e renda mínima surgem, assim, como um objetivo privilegiado de análise para pensar o futuro dos sistemas de proteção social”. (BOSCHETTI, 1997, p. 26).

No Brasil, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu Art. 24 (1993, p. 12), quando trata de definir o caráter dos programas de Assistência Social, reforça no inciso 1º que estes devem “*obedecer os princípios desta lei, com prioridade para a inserção profissional e social*”. Esse é exatamente o texto do RMI francês, que segundo Boschetti, (1997, p. 26)) “foi concebido não apenas como uma medida de assistência social, mas, principalmente, como um política de (re)inserção social e profissional”.

O estudo realizado por Castel (1998, p. 553) aponta que as *metamorfoses da sociedade salarial* reconfigura lugares até então definidos. De um lado tínhamos os demandatários *clássicos* da Assistência Social, não cobertos por nenhum tipo de seguro, na medida em que ficavam à margem do mercado de trabalho. Por outro lado tínhamos os trabalhadores que estavam seguros pela sua inserção no mercado de trabalho. As *metamorfoses* apontadas pelo autor mostram que as seguranças garantidas pela inserção pelo trabalho estão profundamente modificadas, ampliando significativamente o número de cidadãos que não estão cobertos por nenhum tipo de seguro e que se tornam demandatários em potencial da política de Assistência Social. Estes *novos demandatários* passam a tensionar esta política ao demandarem serviços, programas e projetos diferenciados daqueles até então executados, seja em quantidade e qualidade, como em características e abrangência.

da assistência social nas políticas sociais básicas, propiciando-lhes o acesso a bens, serviços e direitos usufruídos pelos demais segmentos da população.

Segundo Castel (1998, p. 552), o RMI representa “uma inovação considerável em relação às políticas sociais anteriores”, de uma aproximação da assistência e dos seguros sociais, recolocando no debate o lugar ocupado pelo trabalho. Se os seguros sociais asseguravam um conjunto de direitos aos trabalhadores inseridos no mercado de trabalho (aptos) e a Assistência Social assegurava alguns benefícios àqueles cidadãos que por diversas e diferentes vulnerabilidades sociais eram considerados inaptos ao trabalho, quem assegurará a existência daqueles que são trabalhadores em potencial, porém não conseguem se inserir no mundo do trabalho atual?

Nesse sentido, o autor aponta para o que se pode vislumbrar de inovador na renda mínima de inserção: não ser um programa tradicional da assistência nem se configurar enquanto seguro social. Segundo ele, a renda mínima de inserção seria um avanço no sentido de incluir entre seus beneficiários aqueles cidadãos capazes de trabalhar, mas que não encontram lugar no mundo do trabalho.

A questão da inserção profissional e social traduzida em termos contratuais pelo RMI francês aproxima-o dos programas preconizados pela LOAS no Brasil. No caso do PETI, existe uma contrapartida do beneficiário, prevista no contrato, de inserir-se em projetos de geração de trabalho e renda, se estes forem oportunizados pelo Estado. Em Porto Alegre, foram garantido cursos de qualificação e/ou requalificação profissional, aos beneficiários adultos do PETI, porém com vagas limitadas, não alcançando todos os adultos do programa na primeira edição na cidade.

Por outro lado, mesmo que os cursos oferecidos contemplassem habilidades básicas (noções de cidadania), específicas (profissionalizante) e de gestão (gerenciamento), limitaram-se a meros cursos não conseguindo alcançar o objetivo de se constituírem em alternativas de geração de trabalho e renda.

Outro aspecto importante no caso do PETI e do RMI francês é o contrato estabelecido entre o Estado e o beneficiário/demandante. Ao mesmo tempo em que o programa insere-se numa política com *status* de direito, para acessar esse direito público é necessário mediação por um contrato privado.

No caso do RMI são realizados *testes de recurso* das pessoas demandantes no ingresso, e como forma de monitoramento, são realizados controles trimestrais. Na metodologia do PETI está previsto atendimento individual (entrevista) e visita domiciliar visando avaliar a situação de renda e possíveis vulnerabilidades para o ingresso. O controle se dá por meio da assinatura de aditamento semestral ao contrato inicial, reuniões de grupo, atendimentos individuais familiares, comprovação de matrícula e permanência na escola, bem como visitas domiciliares sistemáticas. No caso de descumprimento das cláusulas contratuais, o beneficiário pode ser suspenso por um período, reintegrado ao benefício após repactuação das cláusulas contratuais ou desligado definitivamente do programa.

A Metodologia dos programas RMI e PETI, de controle no primeiro e, acompanhamento, no segundo, gera certa insegurança nos beneficiários/demandantes. A insegurança, de modo geral, é gerada inicialmente pela relação contratual, onde cada uma das partes pactua suas obrigações e deveres, porém numa relação desigual, pois o contrato é estabelecido pelo programa governamental onde o beneficiário não tem poder de ingerência. Por outro lado, a insegurança é gerada pela própria rotina de monitoramento, que faz com que a cada determinado período o beneficiário tenha que comprovar ter realizado suas obrigações enquanto parte do contrato às equipes técnicas, sem deter o conhecimento completo sobre como se procedem as avaliações e, ao mesmo tempo, inseridos numa conjuntura do mundo do trabalho bastante instável.

Essa inovação coloca o Renda Mínima de Inserção num lugar entre o trabalho e não-trabalho, e essa inserção pode significar “a legitimidade da remuneração de um tipo de

atividade⁶ que não corresponde a um trabalho”, como nos aponta BOSCHETTI (1997, p. 32). Essa análise abre a oportunidade para que nas propostas de Programas de Renda Mínima sejam privilegiadas ações de inserção social, para além daquelas de geração de trabalho e renda, como prevê o programa PETI. Neste caso, as “atividades” propostas na metodologia do PETI passam a ser encaradas pelos contratantes como um “trabalho”, ou seja, um compromisso, que em caso de não observância gera a suspensão do benefício.

Boschetti (1997, p. 40) realiza um estudo em duas cidades francesas onde o RMI é implementado, e constatou que em nenhuma das experiências os trabalhadores sociais (técnicos) usaram a inserção como condição do repasse financeiro. Quanto à compreensão e entendimento dos beneficiários, numa das cidades, entendiam o programa como um repasse automático de recurso, e na outra, apesar de concordarem com a inserção prevista como contrapartida, não a consideravam como condição para o repasse. No PETI, esse controle pode variar também conforme a equipe que acompanha o núcleo do Programa, sendo que alguns seguem à risca as regras estabelecidas no contrato e outras que são mais flexíveis, utilizando raramente ou não utilizando a suspensão como um recurso de controle.

Offe (apud BOSCHETTI, 1997, p. 104) coloca-se menos otimista em relação ao RMI. Para ele, os beneficiários estariam renunciando o direito ao trabalho e, assim, receberiam uma compensação financeira, enquanto resignam-se a não competir às vagas do mercado de trabalho.

No Brasil, as diversas propostas implementadas de repasse monetário, seja na esfera federal ou municipal⁷ tem sido implantadas e implementadas pelos gestores da Assistência Social, com alguma interface com outras políticas, haja vista que as

⁶ As atividades propostas como contrapartida no contrato ao beneficiário do RMI podem variar de um município para o outro e podem consistir em cursos, um emprego temporário, um estágio, alfabetização, datilografia, entre outras. (BOSCHETTI, 1997, p. 32)

⁷ Os programas do governo federal com repasse monetário são o PETI (urbano e rural) e o Bolsa Família, destinado à famílias e o Agente Jovem, destinado à indivíduos. Em âmbito municipal, existe um programa que é o Programa de Apoio Sócio-Familiar – NASF.

“contrapartidas” contratadas com os beneficiários são diversas e envolvem diferentes outras pastas de governo, como Educação, Trabalho e Emprego e Saúde.

Essas experiências trazem ao debate o papel que a política de Assistência Social vem ocupando na sociedade brasileira. Identificamos em nosso estudo três razões que a tem colocado à frente da execução desses programas: a) a forma como está estruturada organizacionalmente, constituindo-se gradativamente em um *Sistema Único e Descentralizado*, implementado em todos os município do país, a partir da LOAS, com equipes multidisciplinares; b) pelas especificidades desses programas com repasse monetário, que na grande maioria definem seus beneficiários a partir de uma lógica de discriminação positiva e; pelas novas demandas e demandatários produzidos pelas mudanças na sociedade salarial que têm exigido quotidianamente das políticas sociais, mas a esta política em específico, respostas às situações de vulnerabilidade e risco social instaladas ou iminentes.

Se houve uma oposição histórica entre a assistência social e o trabalho, pela sua trajetória anterior a LOAS, atualmente a definição dos seus usuários passa por um redirecionamento, onde aqueles que procuram seus serviços e programas deixam de ser os pobres inaptos ao trabalho, deficientes ou idosos “inválidos”, passando a incorporar em seus serviços pessoas com histórico de inserção no mercado de trabalho formal e informal, que usufruíam de um padrão de qualidade de vida diferenciado dos demandatários que até então eram alcançados por seus programas e serviços.

Essas mudanças no perfil dos demandatários exigem que novas respostas em forma de programas sejam dadas. Ao mesmo tempo exigem que se modifique o estatuto da política na medida em que os padrões de exigência desses novos demandatários tensionam que se eleve os patamares adotados até agora quanto à natureza, quantidade e qualidade dos programas implementados. Significa dizer que devido ao histórico e trajetória desses novos demandantes de acesso a bens e serviços propiciados pela sua inserção no mundo do trabalho

e maior conhecimento quanto aos direitos de cidadania, o grau de exigência frente aos programas, serviços e projetos oferecidos se redimensione. Contribui, ainda, para a mudança paradigmática da prática assistencial para a política pública enquanto direito, exigindo mudanças aos gestores e executores da Assistência Social.

Sob dois aspectos a assistência social e trabalho têm se colocado como interdependentes. Primeiro, as mudanças perceptíveis no mundo do trabalho estabelecem novos demandantes e demandas para a assistência, “da velha à nova pobreza”. O segundo aspecto diz respeito aos efeitos gerados pelas mudanças no mundo do trabalho. O aumento do contingente de indivíduos que não conseguem reconhecimento social pelo trabalho faz com que estes busquem canalizar sua necessidade de reconhecimento e utilidade para outras esferas, no caso, para serviços oferecidos à população via políticas sociais.

Os serviços assistenciais, pela sua trajetória, têm se constituído em espaços de escuta daquela parcela da população que não encontrava lugar de reconhecimento em outras esferas, instituições da sociedade - salvo as igrejas -, devido a sua condição de inaptos ao trabalho, constituindo-se assim num grupo cuja circulação e acesso a bens e serviços era bastante restrito.

Os “novos demandantes” produzidos pelas mudanças na sociedade salarial definem novos patamares de atendimento e serviços. Estes demandantes requerem e buscam, nessa política, referenciais de reconhecimento social e esperam dela ações que se transformem em referências no seu cotidiano (que signifiquem algo), como espaços de socialização enquanto resgate da subjetividade, lugar de escuta e reconhecimento como sujeitos e cidadãos, suporte referencial, busca de direitos, exercício da cidadania. Quotidianamente, esses cidadãos buscam os serviços com as mais diversas demandas, relacionadas a várias esferas e dimensões da vida. Muitas vezes, as necessidades expressas verbalmente pelos sujeitos ao buscar os serviços são meros reflexos de uma apropriação do funcionamento dos

programas já oferecidos, ou seja, são demandas já institucionalizadas. Porém com uma escuta atenta às demandas podemos perceber que a demanda inicial é somente uma maneira de chegar ao serviço, justificar o atendimento e que, por trás dessa demanda, o sujeito expressa diversas outras questões de seu cotidiano, de sua inscrição social, para as quais busca ou necessita alguma resposta das políticas públicas. Dito de outro modo essas demandas configuram um conjunto de vulnerabilidades sociais há bastante tempo presentes na vida desses cidadãos. Sendo assim, as respostas também não poderão ser imediatas. Ao mesmo tempo, não poderão ser respondidas por uma política pública, na medida em que as vulnerabilidades são produto histórico dos caminhos configurados pelas políticas macro do Brasil, principalmente de desenvolvimento econômico e social.

A maneira como historicamente se constituíram as relações dos sujeitos com o trabalho e com a assistência social configuram determinadas representações sobre estas categorias. No contexto atual do mundo do trabalho, em que essas relações têm se modificado, novas formas de atribuição de sentido estão sendo engendradas a partir daquelas existentes, o que gera uma situação contraditória para os sujeitos que experienciam essas transformações. Este é um debate aberto e em curso.

2.4 A “Nova Questão Social” e o trabalho

O século XX teve como característica principal a sociedade organizada em torno de relações de trabalho assalariado. Marcadamente, uma sociedade salarial. O contexto que envolve o objeto de estudo deste projeto é o do mundo do trabalho, das transformações em curso e das garantias que a estrutura da sociedade salarial propiciava em termos de seguridade social aos seus cidadãos.

Castel (1998, p. 496) ao trazer ao debate o que constitui a “nova questão social”, o faz a partir da idéia de enfraquecimento da condição salarial, marca da sociedade

contemporânea. Para o autor, o que temos de novo não é somente o fim do quase pleno-emprego, mas o surgimento de um perfil de trabalhadores sem-trabalho.

Para compreendermos o que o termo “nova questão social” sugere, é necessário partir da construção histórica sobre a *questão social* ao longo dos tempos. No resgate histórico feito por Castel (1998, p. 529), o autor explicita que a esse termo se associavam diversas *problemáticas sociais* que assolavam aqueles cidadãos que constituíam os *pobres*, os considerados inaptos ao trabalho, e que pela sua condição peculiar necessitavam de algum tipo de auxílio da sociedade e/ou do Estado. A “nova questão social” sugere que há uma mudança em curso na sociedade apontando para um contexto que contempla, num mesmo processo de exclusão, a “desestabilização dos estáveis”, que atinge aqueles trabalhadores até então cobertos pelas garantias do emprego; “a instalação na precariedade”, onde se localizam aqueles que acessam o mercado de trabalho de forma precária (descobertos de garantias e seguros); e o que o autor denominou de “*um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social* (...) posições às quais estão associadas uma utilidade social e um reconhecimento público”.

As metamorfoses da condição salarial trazem à discussão as relações salariais e sociais, pois afetam aquilo que se constituiu o núcleo central nesse modelo de estruturação social: a natureza dos laços e vínculos que definem a coesão social. Essas mudanças atingem aqueles trabalhadores empregados em empregos estáveis, aqueles inseridos, precariamente, no mercado de trabalho, aqueles que ainda irão se inserir, ou seja, todo o conjunto de cidadãos que garantem sua existência a partir do trabalho assalariado.

Esse contexto remete ao processo de desfiliação apontado pelo autor (1998, p. 536), que seria “uma ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de sentido”, que não significa dizer “ausência completa de vínculos”. Para ele o grau de exclusão seria configurado a partir de um duplo processo: desengate em relação ao trabalho e em relação à

inserção relacional e, no caso a desfiliação se constituiria quando o sujeito estaria numa condição de ausência total de trabalho e de inserção relacional. (CASTEL, 1991, p. 19)

Para chegar a este conceito, o autor construiu uma tipificação a partir da dinâmica constituinte dos processos do que comumente se denomina exclusão social. O autor (1991, p. 20) parte de uma articulação entre três valores que compõe cada um destes eixos sob o seguinte esquema: trabalho estável, trabalho precário e não trabalho e; inscrição relacional forte, fragilidade relacional e isolamento social. A combinação destes valores (1ª e 2ª coluna) dois a dois configuraria a seguinte tipificação de zonas de *exclusão*:

QUADRO 2 – Quadro das Tipificação das Zonas de Exclusão

Trabalho	Inscrição Relacional	Zonas de Exclusão
Estável	Forte	Zona de Integração
Precário	Fragilidade dos suportes relacionais	Zona de Vulnerabilidade
Ausência	Ausência de suportes de proximidade	Zona de Desfiliação

Fonte: Castel, (1991, p.20)

Essa tipificação não é estanque, mas sim dinâmica, haja visto que uma pessoa pode transitar de uma zona para outra. O risco maior, segundo o autor, se encontraria nas zonas de vulnerabilidade para desfiliação, pois há uma fragilidade dos suportes relacionais e uma inserção de forma precária no trabalho.

Essas metamorfoses denunciam algo novo: uma sociedade estruturada a partir do trabalho assalariado em que a identidade pelo trabalho será perdida. A inscrição social propiciada pelo trabalho, enquanto “estrutura portadora de sentido”, encontra-se desestabilizada no atual contexto. Isso sinaliza para a necessidade de construção de projetos que funcionem como propulsores de integração, lugar que, segundo Castel (1998, p. 536), poderia ser ocupado pelas políticas públicas que se inscrevem na linha da inserção social.

Se nossas sociedades estão estruturadas em torno da produção de bens e serviços, logo, este modo incide diretamente sobre nossa existência, na forma como nos

interrelacionamos, como nos inscrevemos socialmente. Ou seja, o trabalho tem efeitos na vida do ser humano, na medida em que, por esta via, este materializa suas aspirações, desejos e possibilidades. Tendo em vista que os processos de trabalho adquirem um significado particular para cada sujeito nele envolvido este lhe atribui significados diferenciados conforme a configuração social em que se encontra inserido.

Castel (1998, p. 24), contribui nessa tentativa de entender o lugar do trabalho na medida em que afirma ser este

“um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que ‘cobrem’ o indivíduo diante dos acasos da existência”.

Ao mesmo tempo em que não podemos negar o lugar ocupado em nossa sociedade contemporânea pelo trabalho enquanto suporte referencial dos sujeitos, devemos atentar para outras dimensões da vida que cumprem esse papel. As redes familiares e de proximidade cumprem papel de suporte aos indivíduos nas questões do cotidiano. Porém no caso da população do PETI, estas redes são frágeis ou inexistentes, ao mesmo tempo em que se constituem em situações de longa data, configurando um jeito de ser e dar conta de sua existência.

Neste caso as questões/demandas que poderiam ser absorvidas por essas redes são canalizadas aos serviços e programas propiciados pelas políticas sociais, e, no caso da Assistência Social, como um último recurso a ser lançado mão, já que a mesma mantém ainda o estigma de destinar-se somente àqueles em situação financeira e relacional bastante precária.

Cabe trazer ao debate qual é o papel do Estado no contexto da nova questão social. Para Castel (1998, p. 34), o “Estado social constituiu-se na intersecção do mercado e do trabalho”, assumindo o lugar de suporte e proteção, anteriormente assumidos pelos grupos de pertencimento. O autor aponta para riscos dessa proteção assumida pelos poderes públicos.

No contexto do período de desenvolvimento e do quase pleno-emprego essa proteção não se constituía em risco, porém, na medida em que o Estado não conseguiu manter as condições que garantem essas proteções, “é o próprio vínculo social que corre o risco de se decompor”. (CASTEL, 1998, p. 509)

As mudanças na estrutura e organização da sociedade salarial se manifestam nos elevados índices de desemprego e na precarização do trabalho, característica marcante a atual conjuntura de emprego, onde os contratos de trabalho por tempo indeterminado deixam de ser hegemônicos e novos regimes e tipos de contratos de trabalho se impõem. Segundo o autor, esta segunda característica - a precarização do trabalho - seria o fenômeno de maior relevância nas transformações da “condição salarial”, pois “permite compreender os processos que *alimentam* a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação”. (CASTEL, 1998, p. 516)

Este contexto apontado pelo autor torna-se significativo, na medida em que aponta para diferentes elementos que subsidiam a compreensão dos processos que conformam a desfiliação e as vulnerabilidades sociais.

2.5 Os significados do trabalho

Ao longo do processo histórico o trabalho enquanto categoria se constituiu a partir de diferentes significados e, como o conhecemos hoje, é produto da modernidade. Seus significados e sua análise têm sido objeto de diversos estudiosos das Ciências Sociais e filósofos. (CASTEL, 1995; MARX, 1998; ARENDT, 1995; ANTUNES, 1994; OFFE, 1989; GORZ, 1989 e 2003; MÉDA, 2003).

Arendt (1995, p. 15), ao refletir sobre a condição humana, agrupa no termo *vita ativa* três atividades humanas essenciais: labor, trabalho e ação. Interessa-nos a distinção que a autora faz entre os termos *labor e trabalho*, apesar de comumente serem usados como

sinônimos. Ao *labor* está atribuído o sentido de dor e luta do homem perante a necessidade da sobrevivência, ao passo que ao *trabalho* atribui-se um significado positivo e produtivo.

Para Arendt (1995, p. 90) essa distinção não é possível de ser evidenciada enquanto um fenômeno, porém tem na língua uma prova de sua existência, já que em diversas línguas como o grego (*ponēin e ergazesthai*), o latim (*laborare e facere* ou *fabricari*), o francês (*travailler e ouvrier*), o alemão (*arbeiten e werken*) existem duas palavras para designar o que hoje designamos sob o termo *trabalho*.

Na Grécia Antiga, não havia distinção entre o *labor* e o *trabalho*, na medida em que todo o trabalho era indigno a todo cidadão e era uma característica da esfera privada. Nesse sentido o trabalho excluía da *Cidade*, da esfera pública. Aqueles que o realizavam estavam subjugados ao reino da necessidade, da luta pela sobrevivência. Logo, esse *trabalho*, não se constituía fator de integração social. Gorz (2003, p. 22) aponta que os gregos acreditavam que os homens sujeitos às necessidades da vida não eram livres, que só aqueles que preferissem a vida à liberdade podiam se sujeitar a esta condição.

Arendt (1995, p. 91) ressalta ainda que essa não distinção entre *labor* e *trabalho* tem origem justamente na tentativa dos homens de renegar essa condição, de estar sujeito às necessidades e, ao mesmo tempo, em não aceitar despendar esforços em atividades que não resultassem em algo concreto, que não deixassem marcas, imortalizadas pelo tempo.

Méda (1999) busca percorrer os diferentes significados que o trabalho foi assumindo nos diferentes momentos históricos, até constituir-se fator de integração e base do laço social, bem como categoria que encerra em si a idéia de essência do homem e realização de si. A diferença é que a autora apresenta uma abordagem diferente das análises comumente produzidas a partir do cunho economicista, na medida em que realiza uma reflexão crítica do trabalho por um viés filosófico, o que a aproxima e complementa a nosso ver, o estudo de Arendt.

Segundo a autora, é necessário analisarmos as representações e significados que revestiram a categoria trabalho no século XX e como chegamos à sua glorificação, para podermos entendê-la face ao contexto atual de debate e crise do mundo do trabalho.

Méda (1999, p. 24), na sua incursão histórica da categoria trabalho, permite que visualizemos algumas representações (econômicas e políticas) e discursos (filosóficos) expressos em e pela nossa sociedade e a percebamos como construção histórica e social. A autora agrupa essas representações a partir de três orientações: judaico-cristã, humanista-sociológica e marxista.

Para a corrente judaico-cristã o trabalho é uma atividade fundamental do homem, um meio de auto-realização. Para os autores desta tradição o trabalho significava uma bênção de Deus, e um meio pelo qual o homem poderia deixar sua marca no mundo, ou seja, acrescenta valor ao mundo e a si mesmo. O trabalho constitui-se num “modo de viver em comum”, “meio de comunicação social”, “os talentos devem ser desenvolvidos numa perspectiva social, comunitária”. A Reforma Protestante acrescenta novos elementos aos significados atribuídos por esta tradição ao trabalho. Na corrente protestante o trabalho era entendido como um meio dos homens servirem a Deus, através das obras, e, alcançarem à salvação. O trabalho constituía-se num meio de disciplinar o corpo, conclusão a que chegou Weber em seus estudos sobre a “ética protestante”. Ética, que segundo ele foi decisiva para a expansão do capitalismo.

O pensamento humanista e sociológico defende que o trabalho é o ponto alto de uma expressão da liberdade criativa do homem, lugar de socialização e de formação de identidade, individual e coletiva e de realização de si.

Para o pensamento marxista há a idéia de que o trabalho é uma categoria central constitutiva da essência do homem, “há uma essência, um caráter antropológico do trabalho”. (MÉDA, 1999, p. 26)

Embora com distinções entre si, segundo Méda (1999, p.28), todas essas correntes têm em comum algumas concepções sobre o trabalho: o trabalho como categoria antropológica, o trabalho como fundante do laço social e a libertação do trabalho (torna-lo naquilo que é a sua essência).

O ponto de partida para autora (1999, p. 31) é considerar o trabalho uma categoria histórica e não antropológica, ou seja, “trata-se de uma categoria construída cuja emergência correspondeu a uma situação político-social particular”.

Gorz (2003, p. 22) vai argumentar que o trabalho como o conhecemos hoje, fator fundante da coesão e cidadania social, não é redutível ao trabalho que o homem realiza pela necessidade de garantir sua subsistência, ou seja, o trabalho como categoria antropológica. Ou seja, neste autor vemos a distinção entre o trabalho como categoria antropológica e como produto de um processo histórico com o advento do industrialismo que o teria transformado em base do laço social. Nessa distinção podemos perceber que o autor mantém a idéia de uma “essência” do trabalho, distinta da idéia de Méda, para quem não existe uma essência do trabalho, que esta marca imprimida ao trabalho é também um produto histórico.

Para a autora, há concordância de que vivemos num modelo de sociedade organizada em torno do trabalho assalariado e que é fundamental ter um emprego, mas discorda na conclusão de que o trabalho é o único meio de desenvolvimento individual e fundamento do laço social. (MÉDA, 2000, p.1)

Além dessa distinção Gorz (2003, p. 21) nos instiga a uma outra reflexão sobre uma importante característica do trabalho no sentido moderno que o mesmo assumiu: o fato de “ser uma atividade que se realiza na esfera pública, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós e, a este título, remunerada”.

De acordo com Arendt, (1995, p. 15) o termo *público* comporta dois fenômenos, o primeiro, aquilo que é público pode ser visto e ouvido por todos, e ganha publicização

generalizada; no segundo, público significa o mundo mesmo, lugar comum a todos e ao mesmo tempo não equivale ao mundo privado de cada seu integrante. Esse mundo é aquele produzido pelas mãos dos homens, e composto por uma *pluralidade* de homens: todas pessoas diferentes umas das outras e ao mesmo tempo todos humanos. Assim, a esfera pública cumpre duas funções: ligar e, no mesmo processo, diferenciar as pessoas. A importância desse campo da pluralidade humana reside no fato de que é necessário um nós, para que se possa falar num eu, ou seja, que a constituição de cada sujeito depende da inter-relação com outros sujeitos e da internalização do outro.

Isso significa dizer que pertencemos à esfera pública pelo trabalho remunerado, e que esse pertencimento nos confere uma identidade social, ao mesmo tempo, através também do trabalho, mas não somente dele, que nos inserimos numa diversidade de relações e de trocas que fazem com que nos assemelhemos aos outros com os quais nos inter-relacionamos. Por isso, o trabalho é considerado por diversos autores como um dos mais importantes fatores da socialização.

2. 6. A Teoria das Representações Sociais e a relação sociedade e indivíduo

Voltado para a investigação e explicação sociológica, Durkheim é o primeiro a manipular dados etnográficos lançando mão das representações numa perspectiva sociológica, visando a delinear um método de análise nesta área do conhecimento. As *representações coletivas* “são encaradas num sentido estrito, como representações mentais ou, melhor dito, representações simbólicas que, por sua vez, são *imagens* da realidade empírica”. (DURKHEIM, 2002, p. 21) “Correspondem à maneira pela qual esse ser especial que é a sociedade pensa sobre as coisas de sua própria experiência”. (2002, p. 175) Para ele, as *representações coletivas* extrapolam as representações individuais, na medida em que são produto constituído a partir de um legado de conhecimento acumulado pela humanidade e, “por ser coletiva, já apresenta garantias de objetividade, pois não é sem razão que ela foi

capaz de se generalizar e se manter com suficiente persistência”. (Apud SAUER, DURKHEIM, 1996, p. 486) Por outro lado, ele aponta para o caráter relativamente independente das mesmas, apesar de manterem a marca da realidade social em que foram engendradas.

Com o objetivo de contrapor-se à perspectiva individualista que se instalara na Psicologia Social, Moscovici construiu sua teoria, e o fez, resgatando, inicialmente, a contribuição de Durkheim a partir das *representações coletivas*, na medida em que este enfatiza a força da realidade social sobre os processos cognitivos e de apreensão do real, para, depois, afastar-se desse conceito substituindo-o pelo de *representações sociais*. (MOSCOVICI, 1984a, p.18)

Moscovici ao definir o campo da Teoria das Representações Sociais delimita outra diferença entre os conceitos de representações coletivas e sociais. Para Moscovici, a palavra *imagem* proposta pelo sociólogo teria a conotação apenas de reflexo ou uma reprodução da realidade no campo simbólico das atividades mentais, ao passo que a palavra *figura*, proposta por Moscovici, representa uma expressão e uma produção do sujeito.

Para este Moscovici (apud SAUER, 2002, p.21), as Representações Sociais são ao mesmo tempo uma forma de conhecimento e uma forma de pensamento social, pois

“(...)é um *corpus* organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação”.

A contribuição da Teoria das Representações Sociais permite uma aproximação às formas como os indivíduos conhecem e agem sobre o mundo, se auto-representam, estabelecem relações de interdependência com outros indivíduos e as organizam na perspectiva de entenderem sua inscrição no mundo e permitirem-lhe potencial de mobilidade nesse cenário social. Ao se constituir enquanto indivíduo na relação de interdependência com o outro, também constrói e dá significado ao mundo.

O processo de produção de representações sociais é desencadeado pelo propósito de transformar o não-familiar em familiar, ou seja, trazer para o âmbito do conhecido aquilo que causa estranheza, o desconhecido.

A *ancoragem* e a *objetificação* são dois processos constituintes das Representações Sociais e segundo Jovchelovitch (1995, p. 81), “são as formas específicas em que as representações sociais estabelecem mediações, trazendo para um nível quase material a produção simbólica de uma comunidade e dando conta da concreticidade das representações sociais na vida social”.

Objetificação é esse processo que permite dar uma base material (figura) a um objeto abstrato (sentido), ou seja, objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia ou ser imprecisos, reproduzir um conceito em uma imagem. (MOSCOVICI apud SÁ, 1995, p. 40)

Ancoragem é o processo de trazer para categorias e imagens conhecidas o que ainda não está classificado e rotulado, é o processo de condensar um objeto representado, e ainda estranho, a um conjunto de significados pré-existentes já no conhecimento social, atribuindo a este objeto um sentido. Assim a representação permite compreender que toda figura corresponde a um sentido e, em todo sentido, uma figura. (MOSCOVICI, apud SÁ, 1995, p. 4) o que define a configuração estrutural das representações, sua face figurativa (figura) e sua face simbólica (significação).

Guareschi (1995, p. 216), apoiando-se nos estudos de Jodelet, afirma que o *ato de representar* é constituído por cinco características:

“é sempre a representação de um objeto; tem um caráter de imagem e a propriedade de poder alterar a sensação e a idéia, a percepção e o conceito; tem um caráter significante e simbólico; tem um caráter construtivo e; tem um caráter autônomo e criativo”.

Pensar a configuração da sociedade, constituída por indivíduos que a representam através de símbolos significantes, nos instiga a pensar o lugar das experiências mediadas pelo trabalho enquanto atividade que ocupa lugar central na vida das pessoas na configuração de

sociedade salarial que nos encontramos. Assim, as mediações sociais propiciadas pela falta do trabalho, pelo e no trabalho, engendram as representações sociais conferindo a elas o duplo potencial: estruturas estruturadas (produto social) e estruturas estruturantes (processo social como práxis) (MOSCOVICI, 1994, p.3). Isto é, as representações emergem como um processo que reproduz e ao mesmo tempo tensiona para o novo; é socialmente produzida (saberes sociais) e ao mesmo tempo são formas de saber e fazer de determinada sociedade.

Segundo Jodelet, as Representações Sociais são ao mesmo tempo uma forma de conhecimento e ao mesmo tempo uma forma de pensamento social e, por isso, comporta riscos. Na primeira forma o risco de considerá-la numa perspectiva que diz respeito ao “interno” do indivíduo” e onde o social ocuparia um lugar secundário e, no segundo caso, haveria o risco de perderem-se enquanto fenômenos culturais e ideológicos (JODELET, Apud SÁ, 1995, p. 24). Nessa tentativa de apontar os riscos representados pelas Representações Sociais enquanto objeto do conhecimento, ela aponta para a dupla natureza destas, ou seja, constituem-se a partir das dimensões social e psicológicas do sujeito

Para apreender as representações sociais do trabalho identificamos em nosso estudo ser necessário a articulação da teoria das representações sociais a outras contribuições teóricas que conformam um arcabouço teórico capaz de subsidiar nosso empreendimento de pesquisa.

A primeira contribuição nos é propiciada por Jovchelovitch (2000, p. 177), ao enfatizar que a produção e reprodução das representações sociais se dão de forma privilegiada na *esfera pública*, e é mediada pelos processos de socialização secundária, contendo possivelmente elementos da socialização primária. Segundo a autora, os afetos, que constituem a experiência do sujeito na socialização primária são necessários serem considerados na produção das representações, haja vista que funcionam como mediações no duplo movimento de ancoragem e objetificação.

Uma segunda contribuição, complementar a desta autora, nos é apontada por Gorz (2003, p. 21), que sinaliza a peculiaridade do *trabalho* enquanto *uma atividade que se realiza na esfera pública*, solicitada, definida e reconhecida útil por outros além de nós. Cabe ressaltar que o trabalho representa uma dimensão bastante significativa no processo de socialização secundária e, portanto, constitutivo de identidade social.

O entendimento da esfera pública enquanto *lócus* privilegiado onde se produzem e reproduzem as representações sociais nos aponta para dois aspectos em se tratando deste objeto de estudo: ao mesmo tempo em que estamos vivendo um momento histórico no qual o lugar de reconhecimento pelo trabalho, enquanto produtor de sentido para os sujeitos sociais já não é capaz de garantir sua inscrição social, e, simultaneamente, necessitam constituir espaços públicos, capazes de conferir sentido a sua existência e garantir outras formas de reconhecimento social para além do trabalho.

A necessidade do reconhecimento pelo olhar do outro (esse outro não é qualquer um e sim o outro carregado de sentido) predefine que alguns espaços e as mediações sociais que eles propiciam sejam mais fecundos à se engendrarem representações sociais, como os espaços onde os sujeitos encontram-se por necessidade (trabalho) ou pelas convicções (políticas, religiosas, outras), para além do espaço das relações familiares, de parentesco e vizinhança.

A terceira é uma construção de Berger e Luckmann, na teorização sobre os processos de *socialização primária e secundária* como constitutivos à construção social da realidade. Segundo estes autores (1999, p.173), “a sociedade é uma produção humana, (...) entendida em termos de um processo dialético em curso, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização (...) no que diz respeito ao fenômeno social estes momentos *não* devem ser pensados como ocorrendo em uma seqüência temporal”. A construção social da realidade pressupõe, portanto, esses três momentos, simultaneamente. Segundo os autores, isso ocorre tanto em relação à sociedade como em relação ao ser

individual, o “qual exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza este último como realidade objetiva”.

Estes autores (1999, p.175) definem por *socialização primária* “a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade”, e por *socialização secundária* “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”.

Esses dois conceitos contribuem para uma compreensão de que os contextos de socialização dos beneficiários do PETI incidem sobre as representações sociais, haja visto que os recursos que mobilizam para entenderem sua inscrição no mundo e permitirem-lhe potencial de mobilidade nesse cenário social, são produto desses dois processos de socialização.

Os autores (1999, p.174), contribuem ainda com outra idéia de que a sociedade é também uma realidade *subjetiva*, interiorizada pelos indivíduos:

(...) “a saber a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim”,

que se constituem nos processos de socialização primária e secundária.

Os autores mantêm ainda na sua construção a dicotomia indivíduo e sociedade, na medida em que a sociedade é para eles uma *realidade objetiva*, isto é exteriorizada (*emancipando-se* dos autores que a produzem), e *objetivada* (constituída de mundos de objetos separados dos sujeitos). Essa compreensão da relação indivíduo e sociedade é contraditória com a teoria das representações sociais, onde o sujeito é social e tem potencial de ação. Para Jovchelovitch (1994, p. 79), “o problema central é reconhecer que, ao analisar fenômenos psicossociais – e representações sociais – é necessário analisar o social enquanto totalidade. Isso quer dizer que o social envolve uma dinâmica que é diferente de um agregado de indivíduos”.

Nessa perspectiva cabe a contribuição Elias. Para este autor (1994, p. 30), a sociologia, por um longo período, entendeu equivocadamente a sociedade e os indivíduos de forma dicotômica, como se fosse possível falar de indivíduos sem considerar os processos sociais que nos permitem auto-representações e, ao mesmo tempo, falar da sociedade de forma abstrata, como se essa existisse sem os indivíduos que a constituem.

No intuito de buscar explicitar a forma como se dá dialeticamente a relação entre indivíduo e sociedade, o autor afirma que “só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A *historicidade* de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a sociedade”. (ELIAS, 1994, p. 30)

Para este autor (1994, p. 22), a sociedade se constitui a partir de uma “rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras”, ou seja, as relações de interdependência que ligam os indivíduos. Por funções o autor remete às relações *interdependentes* entre atores, nas quais, a partir de relações de poder, se estabelecem dinâmicas de funcionalidade, de dependência, de reciprocidade, de conflito, de necessidade e de imposição.

A constituição do indivíduo - as suas especificidades individuais - é construída a partir de sua relação com os outros. A capacidade de reconhecer o outro como semelhante e ao mesmo tempo diferente, permite-lhe perceber-se nessa relação como semelhante e singular. Essas relações que se estabelecem entre os indivíduos se engendram, a partir de como está estruturada a sociedade em que o indivíduo está inserido, ou seja, sua história socialmente partilhada define suas características singulares. (ELIAS, 1994, p. 31)

Segundo Elias, a historicidade é a chave para percebermos que as representações que temos construídas de um eu separado, exterior à sociedade, não existiram sempre e em

todas as sociedades, logo podemos ampliar essa idéia para todas as representações que vamos construindo e que contribuem para constituir determinada sociedade.

A este conceito o autor associa o *habitus social*, que seria o “saber incorporado” ou “segunda natureza” do homem civilizado, o qual permitiria superar a dicotomia quanto a relação indivíduo e sociedade. Portanto, por mais diferenciada que seja uma pessoa das demais, há uma composição social que ela compartilha com os outros. É esse *habitus* que “constitui o solo de onde brotam as características pessoais, mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade”. (ELIAS, 1994, p. 150)

Nesta perspectiva, pensar o lugar do trabalho, numa sociedade estruturada pelo trabalho assalariado, implica perceber as singularidades que vão marcar o processo de constituição do indivíduo/sujeito e que, portanto, as mudanças que se engendram nessa sociedade

“refletem (...) mudanças na maneira como a sociedade é compreendida, e até na maneira como as diferentes pessoas que formam essas sociedades entendem a si mesmas: em suma, a auto-imagem e a composição social (aquilo que chamo de *habitus*) dos indivíduos”. (ELIAS, 1994, p. 09)

Podemos perceber, a partir desse conceito, o quanto a experiência individual é marcada pelo lugar ocupado pelo sujeito na estrutura social, nas relações de trabalho e que não podemos entendê-la sem considerar a inscrição social do sujeito. É possível, ainda, perceber como no bojo desse entrelaçamento do social e individual a forma como o primeiro propicia ao segundo características pessoais singulares. “É assim que efetivamente cresce o indivíduo, partindo de uma rede de pessoas que existiam antes dele para uma rede que ele ajuda a formar”. (ELIAS, 1994, p.35)

Na sociedade contemporânea, pela sua complexidade e maior divisão do trabalho, essa permanente interdependência se intensifica, pois faz com que as ações de cada indivíduo cumpram uma função nessa rede, assim como este depende indiscutivelmente das ações dos outros, ou seja, maior é o intercâmbio entre as pessoas. Dessa intensificação nas relações de

interdependência decorrem tensões, e essas, “ao atingirem certa intensidade e estrutura, geram um impulso por mudanças estruturais na sociedade”. (ELIAS, 1994, p.44)

No intuito de melhor entender a relação sociedade e indivíduo, Elias (1994, p. 35) propõe a compreensão da sociedade enquanto rede. A idéia de que uma “rede de muitas unidades origina uma ordem que não pode ser estudada nas unidades individuais”. Essa forma permite pensar e perceber as inter-relações entre os integrantes dessa configuração e ainda entender melhor como se processam as mudanças na estrutura dos indivíduos como da rede: sociedade, dentro de um mesmo processo.

As representações sociais que buscamos apreender nesta pesquisa são produto histórico-social, engendradas num determinado contexto social: as vulnerabilidades sociais. Propomos pensar as questões que perpassam o mundo do trabalho a partir das representações sociais, como produções humanas socialmente construídas, das quais podemos apreender o movimento processual entre as representações existentes e aquelas em construção, possibilitadas pela processo de socialização; no caso deste estudo, sobre o trabalho e as políticas de inserção e, correlacioná-las, com o vasto campo de estudos sobre a configuração atual da sociedade salarial.

Logo, podemos dizer que as representações sociais se constituem num instrumento especial para apreender os processos sociais e as mediações sociais que conferem ao trabalho um lugar de destaque na sociedade contemporânea e que podem apontar, também, para outras construções simbólicas em curso que vão se materializando e permeiam a realidade social, no caso, o lugar que vem sendo ocupado pelas políticas de inserção.

Podemos, nesta perspectiva, concordar com Elias, (1994, p.53) quando propõe, que

“a verdadeira tarefa da pesquisa consiste em compreender e explicar como esses aspectos (biológicos, psicológicos e sociológicos) se entrelaçam no processo e em re-presentar simbolicamente seu entrelaçamento num modelo teórico com a ajuda de conceitos comunicáveis”.

3. POLÍTICAS DE INSERÇÃO – ENTRE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO

3.1 Programas de Renda Mínima em Porto Alegre – O “Programa família, apoio e proteção”

Em Porto Alegre, a implementação de programas com transferência monetária inicia-se com a criação do NASF – Núcleo de Apoio Sócio-Familiar, em 1998 (2000, p. 05), como projeto piloto. Atualmente, o Programa Família, Apoio e Proteção comporta três sub-programas que são o 1) NASF, enquanto iniciativa municipal; 2) o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, do governo federal, desenvolvido pelo município a partir de 2000 e; 3) o Programa Família Cidadã, criado pelo governo estadual, e executado pelo município desde final de 2001.

Cabe ressaltar que a partir de 2004 foi implementado pelo governo federal o Bolsa-Família, visando agregar num único programa o **Bolsa-Escola e o Auxílio-Gás. (Brasil, 2005, p.)**. Porém, até o momento, o município, via gestor da Assistência Social, realiza somente o cadastramento da família (Cadastro Único) e acompanha a situação escolar e de saúde, via Secretarias afins, sem outros tipos de acompanhamento como aqueles previstos ao Programa Família, Apoio e Proteção na capital gaúcha.

Estes programas estão todos inscritos na Política de Assistência Social e cabe ao gestor municipal o papel de coordenação, desenvolvimento, monitoramento e avaliação, mesmo que alguns deles prevejam interface com as demais políticas sociais. Dado que esta política não tem caráter universalista, os beneficiários são definidos a partir de critérios de discriminação positiva, através de avaliação social de técnicos de Serviço Social e de Psicologia. Os critérios de acesso contemplam, na avaliação social, a situação de renda *per*

capita dos integrantes do núcleo familiar, associada a outras vulnerabilidades sociais⁸ identificadas.

As vulnerabilidades são diversas, como trabalho infanto-juvenil, situação de rua (moradia e sobrevivência), maus tratos e violência doméstica. A população definida como prioritária a ser beneficiária do Programa Família, Apoio e Proteção são as famílias que tenham, em sua constituição, crianças e adolescentes, idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais.

Essa focalização demonstra o pequeno alcance desses programas/políticas, já que os beneficiários que acessam são poucos em relação àqueles requerentes em potencial, se considerarmos outras vulnerabilidades sociais decorrentes das mudanças da condição salarial. Se os programas de inserção tinham um caráter pontual, focalista e provisório, com a ampliação do número de pessoas que não conseguem acompanhar as metamorfoses da sociedade salarial, que Castel (1998, p. 541) descreve como os “inadaptados sociais”, essas *novas* vulnerabilidades sociais passam a expressar um “*modo de existência*” e alcançam grupos populacionais que até então não procuravam os serviços desta política.

Os tipos de programas implementados em Porto Alegre têm características comuns entre si e identificam-se, também, com alguns modelos propostos de Programas de Renda Mínima no plano mundial: a) centralidade na família, como preconiza a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS); b) a definição de um ou mais critérios de ingresso (vulnerabilidades sociais); c) são acompanhados por técnicos que monitoram o cumprimento das contrapartidas assumidas pelas famílias; d) o tempo de permanência é variável, porém, cada um tem um limite máximo; e) são focalistas e; f) são fruto de uma relação contratual individual.

⁸ Usamos o termo vulnerabilidade social no plural em concordância conceitual proposta pela Política Nacional de Assistência Social/PNAS, na medida em que as trajetórias de vida e trabalho dos beneficiários do PETI são marcadas por múltiplas vulnerabilidades.

Quanto à definição de um tempo máximo de permanência, não associado à indicadores de alcance de patamares mínimos de acesso a bens e serviços, eles diferem de alguns modelos propostos de renda mínima que prevêm o desligamento do benefício em caso de conquista de emprego, por exemplo.

Dentre estes três sub-programas de Porto Alegre voltados à família, o PETI (Brasil, 2000, p. 02) é o que se diferencia dos demais por três especificidades que se tornam relevantes se considerarmos o debate proposto por Castel sobre a “nova questão social”. A primeira diz respeito à vulnerabilidade social que gera o ingresso no programa: o trabalho infanto-juvenil, em atividades penosas, insalubres ou degradantes. A segunda é o tempo de permanência máxima no programa podendo chegar até oito anos. A terceira, e talvez a mais relevante, é que está prevista a inserção dos adultos das famílias em projetos de geração de trabalho e renda, como uma perspectiva de superação da inexistência ou baixa renda. Estes projetos devem ser oferecidos pelo Estado, durante o período de permanência da família no programa.

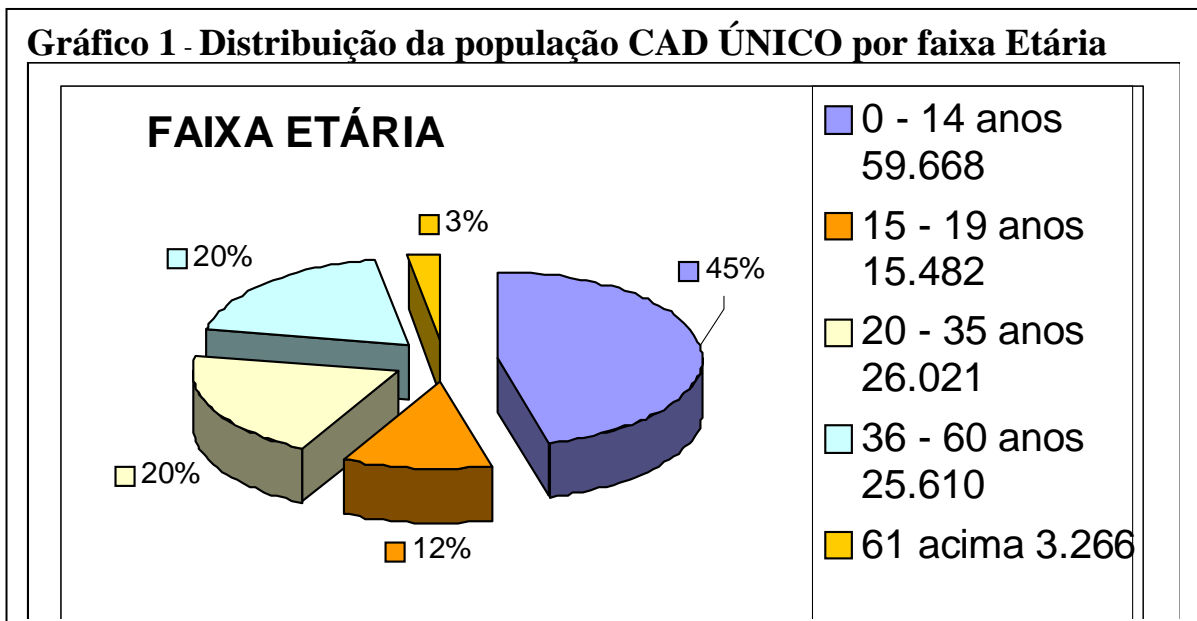
Duas destas especificidades colocam em destaque o trabalho, enquanto categoria que permeia todo o desenvolvimento do PETI. A primeira, na perspectiva da crítica, questiona a inserção de crianças e adolescentes em situações de trabalho, considerado violação de direito no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Segunda aponta para uma perspectiva de inserção pelo trabalho, para os integrantes adultos das famílias, em projetos de geração de trabalho e renda.

Alguns dados, quanto ao perfil sócio-econômico das famílias que integram os Programas⁹ com repasse monetário, em Porto Alegre, e que compõem o Cadastro Único (CAD ÚNICO), nos ajudam a conhecer melhor a população beneficiária de renda mínima e consequentemente a do PETI.

3.2 Perfil da população inscrita no Cadastro Único em Porto Alegre

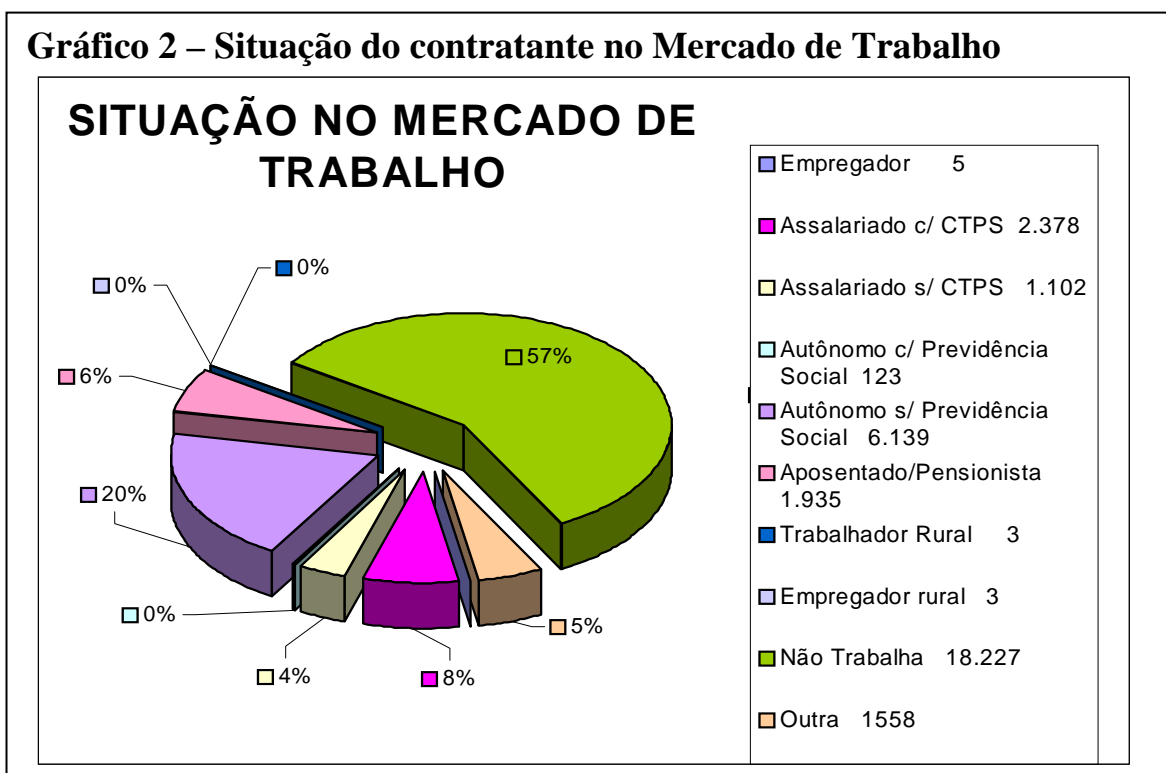
Em cartilha lançada pelo Governo Federal em fevereiro de 2004, são apresentados dados referentes a renda, faixa etária, situação no mercado de trabalho, sexo, composição das famílias, contemplando o país, o estado do Rio Grande do Sul e o município de Porto Alegre.

Na capital Gaúcha, até esta data, haviam 31.473 famílias beneficiadas por programas, sendo que 94% dos titulares dos benefícios são do sexo feminino, demonstrando a opção das políticas em repassar recurso monetário prioritariamente às mulheres e também aponta para uma especificidade dos usuários que buscam a Assistência Social que são as mulheres. Atualmente com o aumento do desemprego e as exigências de habilidades e escolarização os homens têm buscado os serviços desta política. Na composição das famílias quanto ao sexo mantêm-se ainda maior o número de mulheres com 54% em relação a 46% masculino. Neste universo populacional, com uma média de 4,1 pessoas por núcleo familiar, a distribuição por faixa etária pode ser observada no gráfico que segue.



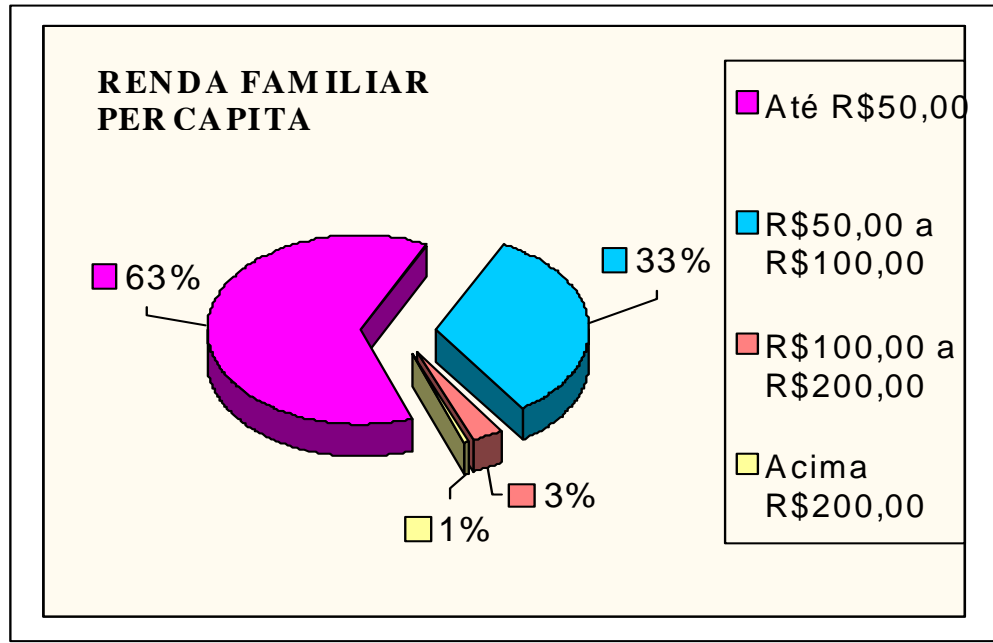
⁹ Existem diversas modalidades de repasse financeiro: às famílias, aos jovens e aos adultos na capital gaúcha. Em todos os casos, para ingressar em programa, as famílias inscrevem-se no Cadastro Único, um Banco de Dados do Governo Federal que centraliza as informações do perfil desses beneficiários e os seleciona.

Alguns dados interessam, na configuração do perfil dessa população como a renda e o mapa da situação no mercado de trabalho. Quanto ao mercado de trabalho, podemos ver no gráfico abaixo que 57% do total das famílias não trabalham, ou seja, não estão seguradas em termos de renda e de previdência. Porém, se formos ver em termos de previdência entre aqueles que se denominam trabalhadores empregados, o número de famílias não cobertas pelos seguros previdenciários aumenta em mais 24%.



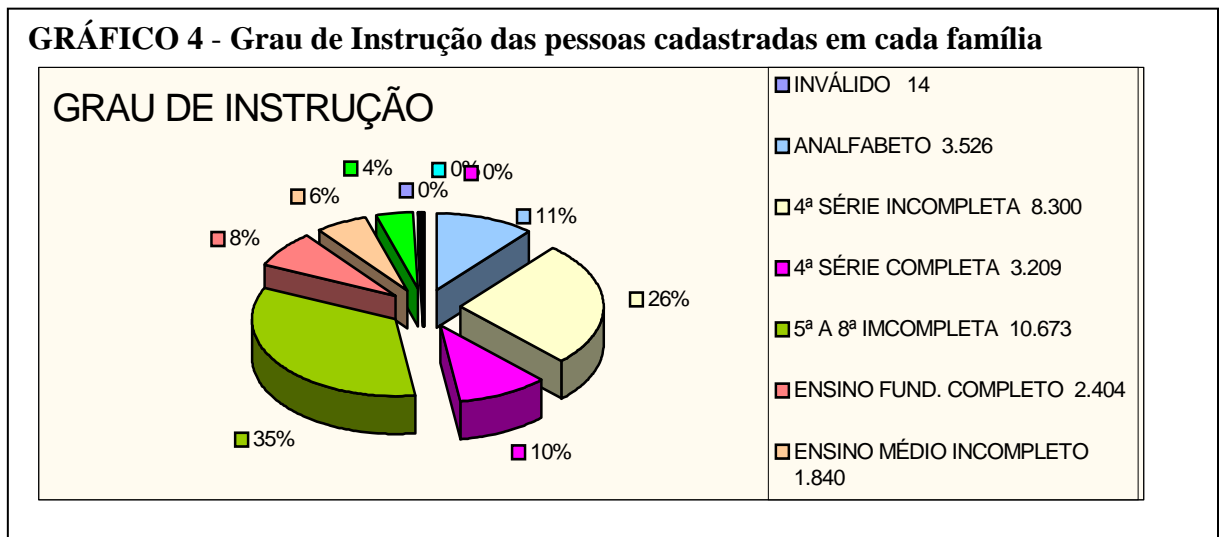
Quanto a renda das famílias beneficiadas podemos ver no gráfico a seguir que 63% recebem valores de até R\$50,00 e 33% recebem até R\$100,00 per capita, por mês, o que totaliza 96% dessa população com renda de até R\$100,00 per capita/mês.

GRÁFICO 3 – Renda Família Per Capita



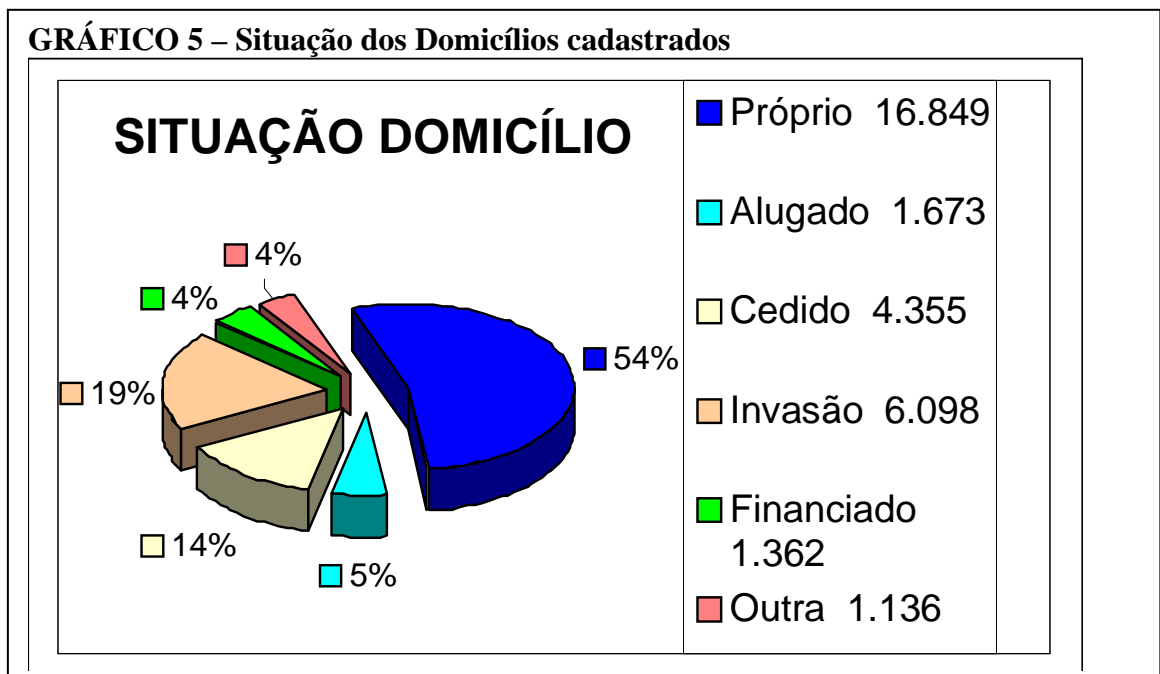
Outro dado importante na configuração do perfil da população desses programas em Porto Alegre, é o grau de instrução dos titulares dos benefícios, apresentando um dado de analfabetismo de 11%, ainda elevado apesar das políticas educacionais que visam a diminuir este percentual no Brasil. Um número elevado revela que 36% destes cidadãos não concluíram sequer a 5ª série do Ensino Fundamental. Se somado ao percentual que frequentou séries entre a 5ª e 8ª, porém sem concluir esta fase do ensino, os números dobram.

GRÁFICO 4 - Grau de Instrução das pessoas cadastradas em cada família



A situação de moradia da população beneficiária é bastante precária. A maioria vive em “áreas verdes” ou áreas de ocupação onde não é possível garantir condições adequadas de saneamento básico. Os domicílios possuem água, mas muitas vezes de forma irregular, o que não garante as condições de higiene necessárias. Quanto ao esgoto, a maioria das moradias não possui canalização. Os dejetos são escoados a céu aberto nos arroios da região ou, em alguns casos, em fossas sépticas construídas pelos moradores.

Podemos perceber no gráfico a seguir que 54% das famílias possuem domicílio próprio, porém, esses se localizam em áreas não regularizadas, já mencionadas anteriormente. Outra realidade dessa população quanto a moradia são as invasões de áreas urbanas, sejam públicas, do município ou do estado, ou privadas, totalizando 6.098 domicílios. Os domicílios informados como cedidos, que representam 14%, localizam-se na maioria das vezes em áreas verdes ou nas áreas de invasão, o que amplia o percentual dessas duas modalidades.



3.3 O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é um programa do Governo Federal, fruto de tratado firmado pelo Brasil em Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que tem por objetivo erradicar as formas de trabalho infanto-juvenil (7 a 15 anos) consideradas penosas, degradantes e insalubres em todo o país.

A implementação do PETI em Porto Alegre se deu a partir do segundo semestre de 2000 (Porto Alegre, 2000, p. 01), assumido pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e executado em nove Centro Regionais da Assistência Social. Desde a sua implementação, acompanhamos o programa como técnica social desta fundação, com a atribuição de desenvolvê-lo no Centro Regional Norte de Assistência Social.

A primeira ação do programa é identificar na cidade, através de escolas, postos de saúde, centros de assistência social e conselho tutelar, entre outros órgãos, as famílias cujas crianças e adolescentes se encontrassem em situação de trabalho. À medida que foram identificadas as famílias, é estabelecida uma relação contratual entre o Estado e um adulto responsável por cada núcleo familiar.

Neste contrato estão dispostas as atribuições da FASC e dos integrantes das famílias. Quanto as crianças e adolescentes o contrato estabelece que as crianças e adolescentes devem cessar a atividade de trabalho que estavam desenvolvendo, estejam matriculados na escola e se insiram em serviços de acompanhamento sócio-educativo (jornada ampliada), no turno inverso ao da escola.

No caso dos adultos, o contrato prevê a inserção em projetos de geração de trabalho e renda oferecidos pelo Estado, na perspectiva da qualificação e/ou requalificação, com proposta de incubação dos grupos que optarem por organizarem-se sob forma de trabalho cooperativado.

Esses dois objetivos, previstos como cláusulas contratuais, exigem dos adultos responsáveis pelas famílias uma reflexão, discussão e problematização de valores sobre o trabalho infantil, além dos significados e sentidos que têm atribuído ao trabalho no percurso de suas trajetórias de vida.

Na metodologia de acompanhamento dessas famílias está prevista a participação obrigatória das famílias em grupos quinzenais, atendimentos individuais e visitas domiciliares. Nos espaços de grupos, diversas temáticas estão previstas para o debate. No grupo pesquisado, segundo os técnicos do programa¹⁰, foram trabalhados os seguintes temas: ECA, escola, saúde pública, geração de trabalho e renda, violência, maus tratos, direitos de cidadania, trabalho infantil e formas de pertencimento social. Porém a temática que mais se coloca na pauta dos grupos é o trabalho, a partir do qual, busca-se refletir sobre as atividades realizadas pelas crianças e adolescentes, visando entender o porquê destes estarem nesta situação; que valor a família dá ao trabalho; que lugar os filhos ocupam nestes núcleos familiares; que trajetória de trabalho e vida têm os demais integrantes da família; além de buscar construir alternativas conjuntas de geração de trabalho e renda que permita a retirada dos filhos de atividades de trabalho e, ao mesmo tempo, garanta a subsistência das famílias.

No espaço de grupo, os técnicos estimulam as discussões sobre as temáticas, tendo como base no conhecimento acumulado da situação de cada núcleo familiar (situação de trabalho, moradia, saúde, relações familiares e redes de mútua-ajuda), apreendidas no espaço dos atendimentos individuais e nas visitas domiciliares, e a partir de legislação específica como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e também a LOAS, além de outros estudos selecionados pelos técnicos responsáveis pela execução do programa.

Ao situar a metodologia e os objetivos do programa podemos perceber que este insere-se no contexto apontado por Castel (1998, p. 538), de recuo das políticas de integração

¹⁰ Ver documento de avaliação do Programa Família, Apoio e Proteção do Centro Regional Noroeste, dez/2004 (PMPA/FASC/CRB).

e de ampliação de inúmeras políticas, muitas vezes segmentadas e setoriais. Aponta para a necessidade de construir processos de intervenção na perspectiva de inserção social, considerando esse novo perfil de população, onde o emprego não será uma garantia para todos que o procuram e onde as trajetórias de vida são marcadas pela transição entre zonas “zonas de vulnerabilidade” e “zonas de desfiliação” (CASTEL, 1991, p. 20). A vulnerabilidade social, marca dessas trajetórias de vida e trabalho, se expressa pelo não acesso a moradia, saúde, educação, trabalho, bem como pela fragilidade das redes de proximidade e afetivas, que constituem o processo que Castel chama de “desfiliação”.

Circunscrito nesse cenário de vulnerabilidades, inserem-se os beneficiários do PETI com suas trajetórias de vida, onde o trabalho executado pelas crianças e adolescentes é percebido como alternativa de renda, de ocupação, de um lugar socialmente reconhecido, com potencial de evitar atividades ilícitas e sendo expressão de dignidade. Nesse sentido os adultos, e muitas vezes os próprios adolescentes, não conseguem concebê-lo como violação de direitos ou fator de risco, conforme aponta a legislação vigente quanto aos direitos da criança e do adolescente.

Para os adultos, o trabalho aparece, enquanto representação social, como um valor, que pode assumir dimensões individuais, familiares, sociais, de trajetória e constitutivo de identidade. Logo, o trabalho é almejado pelos beneficiários enquanto dimensão de socialização, como possibilidade de retribuição financeira e como fator de inscrição social. Quando o contrato do PETI, sinaliza a possibilidade de inserção em projetos de geração de trabalho e renda, através de cursos que prevêm habilidades básicas, específicas e de gestão, recoloca em cena o trabalho e propicia reflexões, constituindo um espaço de socialização de saberes acerca desta categoria, mediado pelo técnico do programa.

O trabalho, enquanto suporte referencial na inscrição social do sujeito tem sido motivo de inúmeros estudos e debates. No campo das políticas públicas, principalmente

aquelas com recorte de geração de trabalho e renda, o trabalho tem sido apontado como alternativa possível à situação de vulnerabilidade social dos beneficiários, muitas vezes sem considerar devidamente o contexto contemporâneo da sociedade salarial.

Neste contexto apontamos o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI executado em Porto Alegre pela Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC. O PETI é composto por famílias que se encontram em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, ou seja, aqueles cidadãos que as políticas sociais básicas como habitação, saúde e educação não conseguem alcançar; e que não conseguem acompanhar a dinâmica da sociedade salarial contemporânea e, por isso, dependem de regimes de proteção social em caráter especial

No PETI a vulnerabilidade social que gera prioritariamente o ingresso das famílias no programa é o trabalho infanto-juvenil, considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, contemplando casos de situação de rua como moradia ou como estratégia de sobrevivência. As situações de maior incidência de crianças e adolescentes trabalhando em Porto Alegre é nas atividades como catação e beneficiamento de lixo (reciclagem), seguido da mendicância e no comércio em feiras e ambulantes, existindo, porém, outras menos expressivas. Importa ressaltar que em quase todos os núcleos familiares que ingressam no PETI coexistem outras vulnerabilidades¹¹ associadas ao trabalho infantil e à baixa renda familiar. Significa dizer que os dados do perfil revelam diversos fatores associados que contribuem para a instalação das situações de vulnerabilidades.

O ingresso no programa significa para o núcleo familiar a garantia de recebimento de uma bolsa-auxílio de até R\$200,00¹², bem como do acompanhamento técnico-social de um/a assistente social e um/a psicólogo/a, que estabelecem um plano de acompanhamento junto a esta família, para o período que permanecerá no programa. Este plano visa a reverter a

¹¹ O Programa Família indica como critérios pra ingresso outras vulnerabilidades sociais como: Desnutrição, maus tratos, nutrízes, adolescentes grávidas, violência, uso de substâncias psicoativas, abuso sexual, entre outras.

¹² Este valor é referência em Porto Alegre, onde há uma complementação do repasse Federal, que é de R\$40,00 por criança ou adolescente em situação de trabalho.

situação de trabalho infanto-juvenil e traçar estratégias frente as situações de vulnerabilidade e violação de direitos a que estão expostos os integrantes do núcleo familiar.

É assinado um contrato entre a Fundação de Assistência Social e Cidadania e o representante-usuário do Programa PETI onde são estabelecidas as competências de cada parte. As competências da Fundação são o repasse da bolsa-auxílio, o acompanhamento técnico e a promoção de projetos de geração de trabalho e renda para os adultos de cada família. No caso das famílias estas se comprometem a retirar as crianças e adolescentes do trabalho infantil, colocá-las na escola da rede pública e também em programas de Apoio Sócio-Educativo no turno inverso ao da escola. A metodologia de acompanhamento às famílias prevê sua participação em reuniões quinzenais com os técnicos do programa e ainda atendimentos individuais mensais ou conforme a demanda, existindo a possibilidade de suspensão da família em caso de não cumprimento das cláusulas do contrato..

Em termos de tempo de permanência o programa estabelece que cada família pode manter-se por um período de até 4 anos ou quando os filhos cadastrados como trabalhadores infanto-juvenis completarem 15 anos. Prevê ainda que no caso de ingresso em Projeto de Geração de Trabalho e Renda a família pode, a partir de então, contar o tempo de quatro anos de permanência, ocorrendo que, em alguns casos, o tempo máximo pode chegar a até 8 anos.

Esta especificidade do Programa em relação a outros onde há repasse financeiro, o aproxima aos Programas de inserção, na medida em que o balizador para desligamento do programa é a inserção ou não em atividades de trabalho e que possibilitem gerar renda para as famílias.

3.4 O Perfil das famílias beneficiárias do Núcleo Noroeste do PETI

Para melhor compreendermos o PETI e a amplitude de questões que propõe o programa em seus objetivos e diretrizes; e a relevância assumida pelo trabalho no

desenvolvimento de sua metodologia, entendemos como oportuno apresentarmos o que constitui o perfil dos beneficiários deste programa e as vulnerabilidades que marcam suas trajetórias.

Ressaltamos que neste item nos deteremos a apresentar os dados de perfil, obtidos a partir das onze entrevistas que realizamos com os contratantes neste núcleo do programa. Estes dados podem ser observados a partir de especificidades de cada trajetória e núcleo familiar. Dividimos brevemente em quatro subitens: onde e como vivem essas famílias; as ocupações das crianças e adolescentes e as vulnerabilidades associadas que geraram o ingresso das famílias; histórico, trajetória, estrutura e composição das famílias beneficiárias do PETI e; pertencimento social. As demais questões apontadas nas entrevistas serão apresentadas no próximo capítulo, quando trataremos das representações sociais reveladas nos discursos e que agrupam informações mais gerais da realidade social analisada.

3.4.1 Onde e como vivem as famílias do PETI na região Noroeste?

Para o estudo que nos propomos nesta pesquisa, foram entrevistadas 11 pessoas, contratantes do PETI, residentes na Vila Floresta, Região Noroeste de Porto Alegre. Os Beneficiários do PETI residem em duas vilas consideradas como “área verde”, irregulares, com perspectiva de remoção: Dique e Nazaré, cuja “vocação” mais expressiva é a da reciclagem do lixo. Nas duas vilas existem associações e cooperativas de reciclagem, bem como a utilização do pátio da casa e às vezes a própria casa como lugar de “separar”, “atar”, “enfardar” o material reciclado, para posterior venda.

Outra referência importante apontada pelos moradores da Vila Dique é a proximidade da vila da CEASA, que significa para alguns, lugar de comércio de ambulantes, haja vista a grande circulação de caminhões que abastecem a central. Ao mesmo tempo, esta Central ocupa um lugar importante na vida dessa população por proporcionar doação de

produtos hortifrutigranjeiros, significando complemento e economia na alimentação das famílias.

No caso da vila Dique, como o próprio nome denuncia, uma área elevada e sólida visando represar a água. Portanto, toda a extensão da vila faz divisa com o que os moradores denominam “valão”, um arroio bastante poluído, onde os moradores depositam lixo e dejetos de suas residências. Uma parte da vila é asfaltada, com um tráfego intenso de veículos, principalmente caminhões que tem como destino a CEASA, a outra, que segue quando o asfalto termina até quase a *free way*, é de estrada de chão, onde o acesso é restrito às moradias, constituindo quase uma área rural.

Outro dado importante que apareceu nas entrevistas diz respeito a proximidade com o aeroporto da capital. Conforme relato dos moradores a pressão exercida pelos aviões na decolagem e aterrissagem provoca rachadura nas estruturas das casas (paredes e pisos), além da poluição sonora. Por essa razão esta área está listada entre aquelas que devem ser removidas para outras regiões da cidade pela prefeitura municipal, segundo os moradores, há muito tempo. Segundo os entrevistados, por essa razão, não há investimento em melhorias às moradias e permanece um sentimento de insegurança por parte dos moradores da vila quanto ao futuro.

Outro aspecto apontado é de que há um descontentamento por parte dos moradores quanto a remoção. Apontam que detêm um conhecimento acumulado de mobilidade nesta área da cidade, bem como em razão de terem suas vidas estruturadas e pela proximidade do centro da cidade. A região apontada para a remoção é o Porto Seco, região que abriga hoje a Pista de Eventos do Carnaval da capital, no Bairro Rubem Berta, quase divisa com Alvorada. Segundo os entrevistados esta região não teria condições de abrigá-los, em termos de trabalho e teriam dificuldades de locomoção e em termos de acessos (escolas, unidades básicas de saúde). Outro aspecto seria a distância dos locais onde realizam a coleta

dos materiais a serem reciclados. Percebemos que os entrevistados traduzem a fala dos moradores que tem uma história de pertencimento a uma região da cidade, cujos conhecimentos adquiridos e acumulados teriam que ser todos recomeçados e catalogados em uma nova região cuja dinâmica desconhecem.

3.4.2 As ocupações das crianças e adolescentes e as vulnerabilidades associadas

As ocupações em que estavam inseridas as *crianças e adolescentes* e que geraram o ingresso de sua família no PETI pode ser observado no quadro a seguir. Apresentamos também outras informações referentes à outras vulnerabilidades associadas, bem como o número de criança e adolescentes e sua faixa etária. Existem outras vulnerabilidades associadas a esta como a baixa renda, uso de Substâncias Psico-Ativas (SPA) por parte dos adolescentes e/ou adulto da família, infrações cometidas pelos adolescentes, fragilidade de saúde, doenças crônicas e inserção das crianças em locais de jogos.

QUADRO 3 - Vulnerabilidades Sociais do PETI - Núcleo Noroeste

	Ocupações	Vulnerabilidade ¹³ Associadas	Sexo		Faixa Etária	
			M	F	Criança	Adolescente
Família 2	Mendicância		2	2		12,13,15 e 17
Família 11	Mendicância	Jogo (casas de jogo)	1		10	
Família 1	Coleta e Benef. Lixo	Doença/uso SPA		2		13 e 15
Família 4	Coleta e Benef. Lixo		4			12, 15, 17 e 13
Família 3	Coleta e Benef. Lixo	Doenças		2	5	14
Família 5	Coleta e Benef. Lixo		3		10	12 e 13
Família 6	Coleta e Benef. Lixo	Uso de SPA	3		10 e 10	15
Família 7	Coleta e Benef. Lixo			2		12 e 13
Família 8	Coleta e Benef. Lixo	Infrações	2			14 e 16
Família 9	Comércio em feiras e ambulantes		2		9 e 10	
Família 10	Trabalho Doméstico e Coleta e Benef. Lixo	Uso de SPA/HIV		1		12
TOTAL			17	9	7	19

Fonte: Sistematização das entrevistas.

Este quadro de realidade explicita que a faixa etária mais exposta e atraída pelas ocupações é aquela entre os 12 e 17 anos, somando um total de dezenove adolescentes, sendo

que as crianças somam apenas sete, dentre os que desenvolviam alguma atividade de trabalho nestas famílias que é de 26 no total.

Segundo as entrevistadas, todas as crianças e adolescentes deixaram de realizar tais atividades devido o compromisso assumido na relação contratual estabelecida e, inseriram-se em programas como o Serviço de Apoio Sócio-Educativo – SASE (7 a 14 anos), o Trabalho Educativo (14 a 18 anos) ou o Agente Jovem (15 a 18 anos).

Ao mesmo tempo as falas revelam que os contratantes tem muita dificuldade em garantir esse cumprimento, pois, dizem, há uma insistência muito grande, principalmente dos adolescentes do sexo masculino, na faixa etária acima dos 10 anos, que representam 70% do total, em querer buscar um trabalho. No caso do Programa Agente Jovem¹⁴ o adolescente recebe uma bolsa de R\$65,00 ao mês e a faixa etária para ingresso é justamente aquela no qual o adolescente é desligado do PETI. Neste caso, segundo as mães dos jovens inseridos nesse programa, não há motivação dos mesmos em participar, pois não vêm com interesse nem as atividades propostas pelo programa nem mesmo o valor da bolsa. Segundo os entrevistados, os jovens conseguiriam gerar uma renda maior atuando nas atividades de catação e reciclagem.

3.4.3 Histórico, trajetória, estrutura e composição das famílias beneficiárias do PETI

As trajetórias e as atividades de trabalho desenvolvidas pelas famílias são muitas e diversas. Os sujeitos não têm uma profissão definida e sim, acumulam experiências variadas ao longo de sua vida de trabalhadores. A grande maioria dos adultos tem em seu histórico o ingresso precoce no mundo do trabalho, ainda enquanto crianças ou adolescentes e, associa a este dado, expressão de conquista de dignidade. Nesse sentido, explicitam uma representação

¹³ No caso destas vulnerabilidades sociais associadas, nem sempre está vinculada diretamente à criança ou adolescente, em algumas vezes o adulto encontra-se numa situação de risco, o que coloca a criança numa situação de exposição ao mesmo, pela proximidade e convivência.

do trabalho em relação a marginalidade, porém em pólos opostos, cujo “opção” pelo trabalho percurso evitou a participação em atividades consideradas ilícitas.

A trajetória de vida e trabalho do adulto, atual contratante¹⁵ do PETI, é a de uma pessoa que precocemente começou a realizar atividades de trabalho, sendo que o total dos entrevistados iniciou a realizar atividades de trabalho antes dos 13 anos e destes, a metade entre os 4 e 9 anos de idade.

No quadro 4, que compomos a partir de informações obtidas nas entrevistas, podemos ter uma idéia das atividades de trabalho realizadas pelos contratantes quando do ingresso no mundo do trabalho, justificamos por isso que distribuimos somente a atividade inicial, o que significa dizer, que em todos os relatos foram citadas diversas outras atividades realizadas na infância e adolescência até aquilo que os entrevistados expressam como seu trabalho ou sua profissão.

Quadro 4 – Atividade de Trabalho na Infância dos Contratantes Adultos do PETI

Entrevistado	Atividade Inicial	Idade
Entrevistado 1	Babá	9 anos
Entrevistado 2	Lavoura (trabalho por dia, cortar lenha, lavar areia)	8 anos
Entrevistado 3	Pedinte	10 anos
Entrevistado 4	Lavoura (capina, arado,colheita)	10 anos
Entrevistado 5	Babá	8 anos
Entrevistado 6	Internato/casa família	12 anos
Entrevistado 7	Catação	-
Entrevistado 8	Carregar água/pedinte	4 anos
Entrevistado 9	Babá	13 anos
Entrevistado 10	Trabalho doméstico/doméstica	7 anos
Entrevistado 11	Lavoura (vendia leite, batata)	11 anos

Esse ingresso precoce em atividades de trabalho tem uma outra face bastante importante e que se dá no mesmo processo, que é o abandono da escola. Muitos dos entrevistados relatam que abandonaram a escola para cuidarem dos irmãos mais novos, tanto

¹³ Este é um programa do governo federal, onde o jovem recebe por mês uma bolsa de R\$65,00 e participa de atividades por três turnos na semana, havendo também acompanhamento escolar.

¹⁵ Apesar da unidade de referência do programa ser a família, o contrato é estabelecido entre um indivíduo do núcleo familiar, que se responsabiliza pelo cumprimento das cláusulas contratuais, e pelo Estado.

no sentido de cuidado como de responsabilidade pelo sustento, ou seja, ocupando um lugar de provedor ainda quando criança.

Isso significa que não acessaram a escola como direito na infância, e as suas condições de vida não contribuía para um histórico nem de permanência, quanto mais de sucesso escolar. Podemos perceber que somente duas entrevistadas conseguiram chegar ao ensino médio, uma quando jovem, faltando concluir o 3º ano e a outra, depois de adulta. Quanto aos demais, nove, têm em seu currículo ensino fundamental incompleto, o que significa que não chegaram a concluir a 5ª série escolar.

Considerando a família como uma associação de pessoas, com laços de consangüinidade, afetividade e convívio mútuo. Enquanto unidade doméstica, diversos modelos de organização familiar foram identificados na literatura e alguns destes identificados na composição dos núcleos familiares entrevistados e visitados do PETI Noroeste. Dentre as famílias entrevistadas encontramos com maior expressão a composição centrada no modelo de família nuclear, composta por pai, mãe e filhos entre 2 e 18 anos, significando seis famílias de um total de onze. O segundo tipo encontrado foi a família monoparental, composta em todos os casos de mães com seus filhos menores de 18 anos. Do total das onze famílias, somente uma tem como contratante o homem, pela condição de saúde mental da mulher. Em todos os demais termos a contratante é mulher, seguindo uma lógica das políticas públicas com recorte de renda, de priorizar o repasse monetário as mulheres, visando que as crianças e adolescentes venham a ser os beneficiários prioritários.

Quanto ao número de pessoas que vivem no mesmo domicílio, houve variação em relação aos dados de todo o Cadastro Único (Brasil, 2004), onde a média de filhos é de 4,5. Dentre as famílias entrevistadas esta média aumentou para 6 pessoas por família, independente de se configurarem como monoparentais ou nucleares.

As atividades realizadas atualmente pelos contratantes concentram-se na coleta e beneficiamento de lixo, representando seis num total de 11 entrevistados, porém no geral, muitos daqueles que realizam hoje outra atividade visando a sobrevivência, já a utilizaram como recurso em determinados períodos de dificuldades em relação ao emprego. Os outros cinco contratantes realizam serviços domésticos (faxina, cuidados pessoais), serviços gerais, trabalho comunitário e substituição de vigia.

A ocupação atual e a trajetória de trabalho nos revela outro dado importante. Refere-se à situação dos contratantes quanto à previdência social. Pudemos concluir que 73% dos contratantes já tiveram em algum momento carteira de trabalho assinada (CTPS), porém, considerando as regras do Instituto Nacional de Serviço Social (INSS) que definem os parâmetros para os seguros, somente uma das onze pessoas entrevistadas encontra-se atualmente assegurada pela previdência. Três dos contratantes têm um tempo médio de contribuição de dez anos, porém, não conseguem dar continuidade à contribuição nas atividades e ocupações atuais, o que não lhes assegura nenhuma garantia de benefício para o futuro ou mesmo para alguma eventualidade.

3.4.4 O pertencimento social

Quanto às redes de proximidade e sociabilidade das famílias pudemos perceber nos relatos dos participantes da pesquisa que a maioria das famílias não conta com um sistema de rede de proximidade com outros parentes/ familiares, apontando para alternativas e saídas as situações difíceis a ajuda entre os integrantes do núcleo familiar, centrado principalmente no contratante, e em poucos casos com ajuda de compadre ou, irmão/a. No caso da vizinhança é apontado que todos os tipos de ajudas devem ser retribuídos com remuneração, o que dificulta uma relação de parceria.

Muitos apontam como espaços de escuta, atenção e respeito aqueles constituídos pelas políticas públicas como as Unidades Básicas de Saúde/UBS e os Centros Regionais de

Assistência Social. Ressaltam que na comunidade a configuração dos relacionamentos entre vizinhos é bastante difícil, explicitando que há um isolamento, falta de confiança na vizinhança próxima e que estes serviços públicos se constituem como espaços seguros onde podem mobilizar recursos e demandar ações quando necessárias.

Somente no caso de duas entrevistadas, que ocupam lugar de lideranças na comunidade, é que essas relações se diferenciam, pois são muito solicitadas pela comunidade e vizinhança na resolução de problemas, ou pelo papel que desempenham na e para a comunidade. Este é o caso da coordenadora do Fome Zero e de outra liderança que representa a comunidade em algumas instâncias de participação na cidade sendo legitimada neste lugar pelos moradores. Este reconhecimento é fruto de uma qualificação diferenciada no conhecimento que detém e na forma como consegue capitalizar esses recursos.

A escola é apontada também como lugar de reconhecimento, de valorização, de incentivo, por duas entrevistadas, porém sem muita relação na resolução das interrelações da vida cotidiana.

Neste sentido podemos ver a forma como as políticas sociais ocupam um lugar de importância na vida desta população, preenchendo o “vazio social” gerado pela fragilidade relacional na *sociabilidade primária* que para Castel (1998: 48) corresponde aos

“sistemas de regras que ligam diretamente os membros de um grupo a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho, e que tecem redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas”.

Haja vista que as práticas sociais nessa *proteção próxima* (inscrição territorial, familiar e social) não conseguem assegurar ao conjunto dos membros do grupo sua existência, subsistência e proteção.

Para o autor a inscrição social do sujeito é garantida quando ele consegue manter-se dentro da *zona de integração*. Ou seja, quando este dispõe de garantias asseguradas pelo “trabalho permanente” e, ao mesmo tempo, desenvolveu capacidades de “mobilizar suportes

relacionais sólidos” (CASTEL, 1994, p. 30), que se conformam pela relação de interdependência com os demais membros do grupo/comunidade/sociedade. Quando essa relação não é capaz de ser garantida pela sociabilidade primária ela passa a ser de dependência.

Quando não existe a mediação de instituições especializadas para atender as conseqüências dessa ruptura da sociabilidade primária a própria sociedade ou comunidade busca realizar ações de integração e de proteção com seus próprios recursos comunitários.

A ausência ou as dificuldades geradas pelas/nas relações de *interdependência* (horizontal), sujeita o membro do grupo a uma situação de *dependência* (vertical). Essa relação de dependência é estabelecida de forma verticalizada onde a comunidade passa a assegurar a proteção (re-filiação) deste membro a partir de uma assistência próxima.

Para Castel, as bases fundantes do modelo de assistência que temos atualmente remontam à Idade Média, onde as práticas assistenciais realizadas pelas comunidades resultam de “uma intervenção da sociedade sobre si mesma” (1999, p. 59), uma construção de práticas já com certo grau de especialização, tecnicização, discriminação/classificação, e a territorialização, práticas estas cujo objetivo era suprir as carências da *sociabilidade primária*.

Esse resgate da assistência efetuado pelo autor (1998, p. 60) tem por objetivo “traçar-lhe a lógica a fim de dissociá-la, com mais vigor do que geralmente se faz, da questão do trabalho, a partir da constatação de que as estruturas assistenciais concerniram, antes de tudo, a populações incapazes de trabalhar”.

Podemos concluir neste capítulo, que a população beneficiária do PETI, pelo perfil e trajetória, compõe o que comumente denominamos de questão social e que por longa data demanda ações à assistência social. Podemos, porém, perceber pelos dados fornecidos pelo Cadastro Único que o perfil da população que tem buscado a inserção em programas com

recorte de renda tem se modificado, confirmando a tese de Castel, quanto ao que temos de “novo” na questão social: um aumento de indivíduos aptos, mas que não conseguem trabalho.

As vulnerabilidades sociais apontadas como critérios de ingresso ao programa conferem também a teoria deste autor de que há uma forte relação entre a forma como se dá a inscrição do sujeito no mundo do trabalho e os níveis de inserção relacional. As vulnerabilidades sociais são o produto de uma inserção precoce e precária no trabalho, e de uma fragilidade nos sistemas relacionais de proximidade.

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ENTRE O TRABALHO, AS POLÍTICAS DE INSERÇÃO E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1. O contexto onde emergem as representações sociais: vulnerabilidades sociais

Os processos que configuram a vulnerabilidade social são a chave para melhor compreender as representações sociais presentes nos discursos dos beneficiários do PETI, em relação ao trabalho e às políticas de inserção.

São diversos os fatores que configuram as vulnerabilidades sociais. Procuraremos articular um corpus explicativo que permita compreender como se geram as condições para a produção e reprodução das vulnerabilidades sociais. Faremos esse delineamento a partir dos discursos produzidos pelos contratantes do PETI, articulado a nossa fundamentação teórica, principalmente, partindo da construção de Castel (1998) sobre “a nova questão social”. Buscaremos elementos que possam explicitar as configurações e especificidades de nosso contexto histórico e cultural, tendo como pano de fundo a relação entre as mudanças no mundo do trabalho e a assistência social.

A teorização produzida por este autor afirma que existe uma forte relação entre a forma como se dá a inscrição dos indivíduos pelo trabalho e sua inserção relacional e que, esse duplo processo articulado, desencadearia ou não a vulnerabilidade social.

Ao analisarmos os discursos produzidos pelos entrevistados, podemos perceber que nos subsidiam com vários elementos constitutivos de suas trajetórias e nos possibilitam entender os processos que desencadeiam as vulnerabilidades sociais.

É importante salientar que, mesmo que apresentemos alguns elementos importantes que propiciam a produção e reprodução das vulnerabilidades sociais, reforçamos que não há determinação de alguns sobre outros, mas sim que a articulação desses elementos, num contexto específico, é que geram situações de vulnerabilidade social de maior ou menor intensidade e complexidade.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) conceitua a vulnerabilidade e o risco social, no sentido de explicitar a quem esta política deve ou pretende atender prioritariamente. Apresentaremos um longo trecho da PNAS, no intuito de apresentar os diversos elementos articulados que configurariam essa situação e/ou condição, para, posteriormente, demonstrar como estes elementos não podem ser tratados em perspectiva individualista, colocando a responsabilidade pelas condições sociais nas capacidades dos sujeitos, mas sim como um processo num modelo de sociedade.

“Por **vulnerabilidade** entende-se a condição “desfavorável” dada. É a condição objetiva da situação de exclusão e que aumenta a probabilidade de um evento ocorrer. O que a identifica são processos sociais e situações que produzem fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social, econômica e cultural. As vulnerabilidades são, em geral, o objeto de políticas ao nível “macro”, cujos efeitos se manifestam como “distribuição de probabilidades” para as populações afetadas. São elas que constituem o contexto da ação da assistência social no sentido da prevenção, proteção básica, promoção e inserção social, cujos efeitos definem, de maneira geral, o seu público. São elas: condições de vulnerabilidade próprias do ciclo de vida, que ocorrem, predominantemente, em crianças, adolescentes, jovens e idosos; condições de desvantagem pessoal resultante de deficiências, que representa qualquer perda ou anormalidade da estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, ou de incapacidade, que corresponde a qualquer redução ou falta de capacidade para exercer uma atividade de forma, ou dentro dos limites considerados normais para o ser humano, que limitam ou impedem o indivíduo no desempenho de uma atividade considerada normal para sua idade e sexo, face ao contexto sócio-cultural no qual se insere. Por **situações de risco**, entende-se a dimensão subjetiva na qual os indivíduos contrabalançam as condições de vulnerabilidade e as suas possibilidades e capacidades de enfrentá-las. Diante de uma mesma situação objetiva de vulnerabilidade, os indivíduos correm maior ou menor risco diante de suas capacidades subjetivas de agir. O mesmo aplica-se para grupos e coletividade. Nesses casos, as capacidades seriam não apenas a soma de capacidades individuais, mas incluem todos os recursos coletivos, como solidariedade e experiências em ações coletivas. Nestas condições a população está sujeita à violação de direitos pela negligência, violência, abandono e outras formas, o que exigem ações de prevenção, proteção especial, promoção e inserção social. São elas situações circunstanciais e, ou, conjunturais como: abuso e exploração comercial e sexual; trabalho infante-juvenil; pessoas em situação de rua; migrantes; dependentes do uso e vítimas da exploração comercial de substâncias psicoativas; vítimas de abandono e desagregação familiar; vítimas de maus tratos e das diversas formas de violência e, adolescentes em conflito com a lei. A centralidade se configura nas situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: inserção social e familiar com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; condições de desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às políticas públicas e, ou, sociais; uso de substâncias psicoativas; sujeição a diferentes

formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos, indivíduos, instituições, entre outras; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social”. (BRASIL, 2004, p. 6)

É interessante observar que o texto traz uma dimensão nova em relação a outras proposições anteriores, haja vista ser a Assistência Social uma política bastante nova. Ao referir-se sobre os riscos acrescenta a dimensão subjetiva na perspectiva de que as condições ditas objetivas de exposição a situações de extrema vulnerabilidade afetam as capacidades subjetivas desses sujeitos de lidar com as questões que vivenciam e que, ao mesmo tempo, produzem e são produto de vulnerabilidades. Ou seja, produz individualidades diferenciadas, mas não como uma situação dada, nata, mas sim produzida pelas condições onde os sujeitos interagem uns com os outros em determinado contexto histórico e social.

Este texto, como pode ser visto, trata das condições objetivas e subjetivas de forma separada. Nosso entendimento de vulnerabilidade social engloba as duas dimensões num único processo. Haja vista que o capital social de cada sujeito se constitui como uma marca na sua individualidade e lhe permite diferentes maneiras de agir e interagir frente às situações em que estão inseridos ou expostos.

A contribuição de Elias nessa compreensão é bastante importante, na medida em que busca defender a idéia de que o binômio sociedade e indivíduo só pode ser entendido na sua relação, não sendo possível entender uma das partes sem entendê-las como constituintes de um mesmo processo. Para Elias,

“o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda a rede humana em que cresce e vive. Essa história e essa rede humana estão presentes nele e são representadas por ele, quer ele esteja de fato em relação com outras pessoas ou sozinho...” (1994, p. 31)

Isso significa dizer que, para entender como se constituem as vulnerabilidades sociais, não é possível analisá-las somente do ponto de vista das questões estruturais e

conjunturais, mas também a forma como cada indivíduo entende a si próprio e como se percebe, e, ao mesmo tempo, interage nas relações com outros indivíduos que configuram sua realidade social, a sociedade em que vive. É ao mesmo tempo constituído e constituinte.

Essa relação de interdependência entre os indivíduos apontada por Elias, numa determinada sociedade com contexto histórico específico, faz com que em cada indivíduo seja imprimido uma marca que é ao mesmo tempo individual e social. Logo, as vulnerabilidades sociais são marcas expressas dessas trajetórias de relações de interdependência com outros indivíduos e de funções¹⁶ que desempenham em sua sociedade.

Nesse sentido, Elias (1994, p. 26) nos aponta para a necessidade de que a exploração da natureza e da estrutura dessas relações são a chave para entendermos como a interdependência que liga os indivíduos lhe imprime possibilidades específicas de agir em seu contexto social, articulado ao conceito de *habitus* social. Portanto, por mais diferenciada que seja uma pessoa das demais, há uma composição social que ela compartilha com os outros.

Se observarmos as trajetórias dos beneficiários do PETI que foram entrevistados e de suas famílias, podemos perceber que existem especificidades na forma e nas capacidades individuais de como cada um interage e se percebe dentro do seu contexto social. Porém partilham de algumas situações de vulnerabilidade que são comuns a quase todos, pois são questões estruturais.

Os primeiros indicativos expostos pelos entrevistados, identificados como significativos na configuração de contextos de vulnerabilidade social, são: a) ingresso precoce no mundo do trabalho, inserção no mundo do trabalho através do trabalho precário; sem garantias e direitos ou, eventualmente, pequenos períodos de coberturas; b) processos

¹⁶Esse termo em Elias tem um sentido diferente daquele dado pelo funcionalismo. A função, não necessariamente é algo positivo para a manutenção de uma determinada “ordem”, mas remete às relações interdependentes entre atores, nas quais, a partir de relações de poder, se estabelecem dinâmicas de funcionalidade, dependência, reciprocidade, conflito, necessidade, imposição, entre os participantes. (Slide apresentado em sala aula pelo Professor Marcelo Kunhrath da Silva, 2005).

migratórios do campo para a cidade; c) relação saúde doença, tanto em relação ao trabalho e sua organização, quanto pelas condições dos locais de moradia, vilas, bairros e um processo de exposição a riscos à saúde e; d) mudanças significativas no papel da família como *suporte de proximidade* aos seus membros.

A inserção precoce no mundo do trabalho imprime possibilidades de trajetórias bastante específicas: num primeiro momento significa o abandono da escola formal. Num outro constitui o ingresso em diversas atividades de trabalho pouco valorizadas, em condições de trabalho insalubres, penosas, e ao mesmo tempo precárias quanto às condições e aos contratos de trabalho. Essas duas dimensões já apontam e demarcam uma trajetória que não segue o encadeamento natural num sistema social que caminharia para a integração: da linha que vai da escola ao trabalho e deste, à aposentadoria, exemplificando “uma ruptura nas formas de socialização e das idades sociais”. (CASTEL, 1998, p. 559)

O trabalho infantil aparece como violação de direito e critério para a equipe técnica avaliar o ingresso ao Programa. Para as crianças, adolescentes e adultos contratantes do programa, ele é representado como garantia de um lugar social, de dignidade, de sobrevivência. Ao mesmo tempo é a chave para desencadear o ingresso da família no Programa e indicativo de uma trajetória de vulnerabilidades associadas, que se iniciaram quando esses contratantes se inseriram precocemente no mundo do trabalho. Nesse sentido, o trabalho infantil é causa e é efeito. É recorrente nessas histórias.

Alguns discursos, apresentados a seguir, podem exemplificar essas trajetórias: quanto ao ingresso precoce e a precariedade e insegurança experienciada no mundo do trabalho e quanto ao abandono da escola formal.

Eu comecei cedo, tinha nove anos. Eu era babá, daí eu estudei muito pouco, até a 3ª série, aí eu estudei e os meus pais tiraram pra trabalhar. Daí eu já comecei a trabalhar, trabalhar, trabalhar e aí depois com 16 anos já casei. Eu sempre

trabalhei em casa de família, sempre sem carteira assinada, eu tive umas poucas vezes, fazendo faxinas e agora eu tô trabalhando, eu trabalho no horário da manhã, eu ganho pouco, eu cuido de uma senhora e eu entrei lá prá ficar uns meses até eu arrumar outro, e já estou lá um ano e pouco. Na minha idade mesmo eu comecei cedo, tinha uns 8 ou 9 anos anos já trabalhava prá fora assim, mato, lavoura, tudo que era coisa, areia, lavar areia, lavei muita areia. Aquele tempo...hoje ninguém sabe o que é lavar areia. E eu me criei assim, trabalhando. A vida inteira sempre foi trabalhando, nunca a gente deixou de trabalhar. Quando era o tempo de solteira, dos meus pais, ele saía arrumava nos matos prá cortar lenha e aí a gente ia prá lá, saía um mês, dois... não tive chance de estudar porque nunca tinha lugar de ficar, fixo. (entrevistada, 34 anos)

Eu comecei trabalhar com 8 anos de idade, de babá. Nós éramos muitos irmãos, nós éramos em 20 irmãos e aí, meu pai e minha mãe não tinham condições, né? Daí a gente tinha que ajudar, eu comecei com 8 anos. (...)Eu estudei até a 4ª série. E como eu tinha muitos irmãos não tinha estudo pra todo mundo, e como nós era os mais velhos, então o que eu pude estudar, né, o que o meu pai e a minha deram eu procurei estudar e aprender. Eu com 9 anos tinha parado de estudar. Chegava os 9 anos eu tava na 4ª série, já. Tinha que trabalhar, trabalhar pra ajudar cuidar os irmãos. (Entrevistada, 50 anos)

A minha história de vida... que eu me lembro por mim...trabalho desde que eu me conheço por gente. E eu me conheço por gente desde os 4 anos. (...) Eu sempre tive uma via sofrida, o pai não levava muito a sério essa coisa de ter família. A mãe sempre foi muito apagadona, assim. Então nós carregava água, pros outros, onde a gente ganhava uma fatia de pão uma coisa assim. Então esse trabalho começou com 4 anos de idade. (...) depois a gente foi crescendo, aí meu pai ensinou a gente a buscar comida no quartel, com 5 anos, que ele lavava carro, daí ele conhecia uns tenente do exército, e ensinou a gente a buscar comida. Aí ele me levou dos 5 aos 7 anos pra ajudar, ele levava a gente até o quartel, aí depois ele começou a mandar a gente sozinho, tinha que buscar, toda manhã, almoço e a janta. Aí, você vê, que acabou aquele compromisso do pai, né?. (Entrevistada, 33 anos)

Comecei a trabalhar desde a idade de 7 anos, porque a minha mãe, ela se separou do meu pai e nós éramos muito pequenos e então ela teve que trabalhar prá sustentar nós. Então eu ajudava ela, ela saía prá trabalhar e eu ficava em casa, cuidando dos irmãos. Com 12, até os doze anos de idade eu fiquei em casa cuidando dos meus irmãos, depois eu comecei a trabalhar, trabalhava em casa de família, com 14 anos eu trabalhava em restaurante, de auxiliar de cozinha, que essa é a minha profissão, né?(...) Trabalhava de carteira assinada, acerca de uns 6 anos atrás eu trabalhei de carteira assinada, né, aí depois não. É 'bico', como a gente chama. Vai, faz um bico, volta prá casa. É isso aí. Mas faz tempo que eu não trabalho de carteira assinada. (Entrevistada, 29 anos)

Comecei a trabalhar com 11, na roça, meu pai morava na colônia e ele tinha um sítio. Daí nós vendia leite, batata, essas coisas assim. Com 18 anos eu me casei e vim prá Porto Alegre. Daí eu tive meus filhos, e logo me separei, e estou sozinha até hoje. E hoje eu trabalho de doméstica. O que aparecer! Doméstica, faxina... Agora eu to trabalhando numa academia, mas antes eu trabalhava duas vezes por semana de faxina. (Trabalha de carteira assinada?) Agora estou 30 dias de experiência, entrei em janeiro, daí vão assinar carteira. Eu tive carteira assinada até dezembro, que eu acertei, daí eu comecei nisso. (Entrevistada, 29 anos)

Essas trajetórias identificam uma população há muito tempo criando estratégias de “viver o dia-a-dia”, ou seja, vivendo diariamente de incertezas, inseguranças quanto ao trabalho, direitos e do lugar que ocupam na estrutura social. Nos relatos dos entrevistados,

quanto ao significado da inserção num programa de renda mínima, com repasse monetário, percebemos que atribuem a esses períodos o sentido de garantia de investimento em diversas áreas numa perspectiva de médio/longo prazo, que na sua trajetória de vida não seriam realizáveis. De um modo geral, aparecem nos discursos que as atividades realizadas, em trabalhos autônomos, bicos, biscates, configuram uma forma de inserção que não possibilitam pensar sua existência num plano de médio e de longo prazo e sim na de um dia após o outro. Trabalha-se de dia, na semana, para fazer a feira no final de semana. Na segunda-feira, recomeça tudo.

O fato de receberem a bolsa por um período determinado, como no caso do PETI de até quatro anos, faz com que planejem com este recurso coisas não alcançáveis pela sua inserção e organização rotineira de trabalho, que consegue apenas suprir minimamente a alimentação, em primeiro lugar, e em alguns casos roupa, calçado e material escolar.

Por isso, vemos nos discursos que utilizam o recurso da bolsa-auxílio para reparos nas casas e pátios (pisos, telhados, paredes, aterro); adquirem terreno ou casa; adquirem meios de trabalho (carroça e cavalo); compram móveis (fogão/colchão) e eletrodomésticos (máquina de lavar roupa), eletro-eletrônicos (som, tv); realizam tratamentos de saúde que não lhes seria possível concluir se não tivessem o recurso financeiro para deslocamento para as consultas, exames e/ou compra de prótese (óculos); dedicam-se ao trabalho voluntário voltado a sua comunidade/região; realizam contribuições à previdência (INSS) como autônomos (duas pessoas entrevistadas) visando garantir uma aposentadoria na velhice; há investimento de recursos para empreendimento próprio de geração de trabalho e renda (comércio) e; até poupança, num dos casos.

A acentuação do *individualismo negativo* nos espaços de proximidade da vida cotidiana gera incertezas, essas mudanças, incertezas, afetam a forma como esses indivíduos vêem o mundo, se relacionam entre si e a capacidade de planejar suas vidas. Frase solta

Outra especificidade importante dessa população, no processo de constituição de suas trajetórias pessoais e sociais, é que estas são fruto do processo migratório, na primeira ou segunda geração. No caso dos entrevistados, seis vieram do interior para a capital ainda crianças ou adolescentes, com as famílias e, as demais, cinco, são produto do mesmo processo, mas em segunda geração. Apresentamos os relatos daqueles entrevistados que vieram com suas famílias para Porto Alegre, oriundos de diferentes cidades e regiões do Estado.

A gente trabalha de papaleiro, desde que a gente veio prá Porto Alegre, do interior. De Carazinho. Lá a gente trabalhava assim, por dia, quando tinha serviço, no soja, milho, em granja, lavoura. Mas lá era mais dificultoso por que lá não tinha serviço pra trabalhar. (Entrevistada, 44 anos)

A gente veio do interior de Porto Xavier, a minha família, meus pais e chegamos aqui com o sonho de uma vida melhor. A gente vendeu nossas terras lá no interior, chegamos aqui a gente encontrou uma realidade diferente daquilo que se sonhava e se esperava. Meu pai trabalhava como servente, mas tudo que ele ganhava não era suficiente. Então eu me criei, boa parte da minha vida, foi até os doze, treze anos, eu era pedinte, eu pedia no Parque Lindóia, no Minuano, passava pelas casas, e através disso a gente trazia alimento pra dentro de casa. (Entrevistada, 31 anos)

Ah, eu trabalho desde 10, 12 anos. Lá fora trabalhava lavrando, capinando, trabalhava em colheita de arroz, de soja. (...) Porto Alegre eu vim com 20 anos. (Entrevistado, 51 anos)

Eu estudei até a 4ª série. E como eu tinha muitos irmãos não tinha estudo pra todo mundo, e como nós era os mais velhos, então o que eu pude estudar, né, o que o meu pai e a minha deram eu procurei estudar e aprender. Eu com 9 anos tinha parado de estudar. Chegava os 9 anos eu tava na 4ª série, já. Tinha que trabalhar, trabalhar pra ajudar cuidar os irmãos. (E o que a sra acha de ter começado a trabalhar cedo?) Ah, sabe, naquela época a gente trabalhava prá ganhar as coisas, que a gente morava no interior, sabe, e prá fora já é mais difícil, de conseguir as coisas, daí, eu achava, bah, eu não gostava muito. Eu queria estudar, ser alguém na vida, né. (Entrevistada, 50 anos)

Assim, eu vim do interior, com 13 anos, pela necessidade de estudo, assim, porque lá no interior é meio difícil, ir no colégio, tudo é muito longe, caro, e aí meu pai disse ah, se tu quiser, não era por vontade dele, mas, se tu quiser estudar prá frente, quer fazer o 1º, o 2º grau, vai pra cidade grande. Daí eu cheguei aqui, na minha tia, daí ela arrumou serviço prá mim de babá, daí eu comecei a trabalhar (...) até

os 16 anos. Trabalhava durante o dia e estudava de noite. Trabalhei. Me formei, né. (Entrevistada, 34 anos)

Comecei a trabalhar com 11, na roça. Meu pai morava na colônia e ele tinha um sítio. Daí nós vendia leite, batata, essas coisas assim. Com 18 anos eu me casei e vim prá Porto Alegre. (Entrevistada, 29 anos)

Nos casos expostos, o processo de socialização primária e secundária ocorreu em contextos distintos, em que as relações de proximidade eram diferenciadas; os valores e modelos familiares eram distintos; os locais de moradia se diferenciavam, sendo na Capital muito mais próximos uns dos outros. Ou seja, diversas mudanças na vida dessas famílias, cujos processos de socialização contêm especificidades em relação aos do contexto urbano. Esses processos diferenciados colocam os sujeitos em situação de desigualdade em relação àqueles que passaram pelo processo de socialização na cidade, no caso de Porto Alegre, com todas as situações experienciadas pelas grandes metrópoles em termos de violência urbana, uso e exploração pela comercialização de substâncias psicoativas, exploração sexual e os acessos a casas de jogos. Estas situações colocam certas faixas etárias em posição desfavorável em relação a outras como é caso das crianças e adolescentes, dos idosos e aparecem também relatadas pelos entrevistados.

4.1. Representações sobre pobreza e trabalho

Uma das entrevistadas apresenta uma construção muito peculiar sobre a representação social do pobre *sujo* e pobre *limpo* num primeiro momento falando da pobreza, mas com alguns atravessamentos com as representações do trabalho. A entrevistada está se referindo a uma análise da pobreza, mas ao explicá-la e exemplificá-la concretamente, usa os mesmos termos para a inserção desses *pobres* no trabalho. São representações que em nosso entender, perpassam a relação pobreza/trabalho/assistência social.

Historicamente aparecem as figuras do *bom* e *mau* pobre. O primeiro é aquele em que a sociedade aceita sua condição de *pobre*, pois existe uma incapacidade para o trabalho que o resigna a essa situação. O segundo caso é aquele que a princípio não possui nenhuma restrição que o incapacite para o trabalho, mas mesmo assim não trabalha.

No caso das representações sociais expressas na fala dessa entrevistada a mesma se refere ao pobre sujo como aquele que recebe mais ajuda pelo fato de que as pessoas que fazem as doações escolhem os pobres sujos como merecedores de suas doações. Nesse sentido ela diz que é “vantajoso ser pobre”, “ser pobre é mais lucrativo”, “ser pobre pequeno dá lucro”. Acrescenta a questão de que este pobre não tem ambição de crescer. Ela diz, “*porque o pobre quando ele quer ser pobre, porque ser pobre dá lucro, ser pobre pequeno dá lucro*”. Segundo a entrevistada é

(...)uma visão que o rico, faz o pobre querer ser pobre (...) porque o rico tem uma visão pequena. Mas é o rico que faz o pobre. O conceito do rico é que o ‘sujo’ é o que precisa. Eu sei, que eu falo lá no colégio, o que faz a fábrica do pobre, por que pobre todos são, fora os ricos todos são pobre, mas só quem faz a classe do pobre, como é que eu vou te dizer, eles financiam o piolho, eles financiam a sujeira.
(Entrevistada, 36 anos)

Ao se referir àqueles que são os pobres *limpos* diz que: “Mas tem essa desvantagem, quem anda sujo, tá fedendo, perdendo piolho, ganha muito mais coisas do que o pobre que é limpo”.

Pobre *limpo* aparece associado à idéia de que tem uma “ambição” de não querer permanecer na pobreza. Para exemplificar ela faz uma distinção entre o pobre “carroceiro” e aquele que “puxa carrinho”. Os dois trabalham na catação e beneficiamento do lixo. Mas o “carroceiro” aparece representado como aquele que tem “ambição”. Ela diz

Se eu sair, eu sou carroceiro, ninguém diz. Se eu sair daqui até ali e vierem... um carro, querendo dar cesta básico pra alguém que precisa, eu posso estar com os meus armários vazios lá em casa, eles passam por mim e não me dão. Mas ele passa por alguém de carrinho mais adiante e ele dá pra quem tá de carrinho. (Entrevistada, 36 anos)

Ao mesmo tempo essa representação de pobre *sujo* e *limpo* aparece associada à idéia de trabalho. Em alguns trechos do discurso diz que

Ser pobre é mais lucrativo, ele fica sentado o dia inteiro, ah vou dar uma voltinha. Se a sra ver um carrinho carregado, aquele é trabalhador, aquele ali que veio puxando carrinho, lá de Higienópolis. Tem vez que vai até a Farrapos, vim de lá até aqui, esse é trabalhador. Agora, a sra vê um carrinho, principalmente se tiver vindo de lá pra cá, vazio, aquele ali saiu só pra buscar uma coisa ou outra, porque puxar carrinho sempre dá um pouco. Mas tem o pobre que quer ser pobre, e tem o pobre, o cara é pobre, trabalha, o salário não cobre as contas dele, ele quer mudar a casa, o salário dele não cobre. Tá esse é o pobre, agora o cara que ganha, ele ganha comida, ele ganha roupa, ganha móveis, ganha tudo e ele nunca tem nada, por que daí ele vende, o que ganha vende tudo a preço de banana, prá beber, prá se drogar, e esse cara tem tudo prá ser alguém, porque veja bem, se você ganhar, ganhar, ganhar, entrar pro trabalho e ganha, ganha, ganha, tem que ir prá frente. No mínimo, sei lá, bota um brique. Se é ambicioso.! Imagina alguém que ganha as coisas e não tem ambição nenhuma, tá no mundo porque veio, esperando a hora de partir de novo. Esses são os que mais têm. (Idem)

Ainda na associação entre pobre *limpo* e trabalho, a entrevistada em duas outras situações demonstra que o termo pobre *limpo* tem uma conotação positiva, de trabalhador. Na primeira ela relata a situação de um trabalhador, que tem profissão, mas se desempregou, dizendo que ele precisaria de ajuda, porém sua aparência e apresentação pessoal não mobiliza

nas pessoas a caridade. Acrescenta que pelo fato de ter profissão, ele não saberia trabalhar na catação e, “não se sujeitará a puxar carrinho”. Demonstra o quanto há de reconhecimento à pessoa pelo fato de ter uma profissão.

Nesse caso, a fala revela três elementos que julgo importantes para efeitos deste estudo. Se a pessoa tem uma profissão e está desempregada, é preferível e aceitável que seja ajudada. É digno de ser ajudada ao invés de inserir-se na atividade de trabalho, que é a da catação, puxando um carrinho. Isso é contraditório com a representação que temos quanto à *ajuda*, pois como veremos no próximo item deste Capítulo, a ajuda, assistência enquanto “prática assistencial”, sempre teve um caráter pejorativo, de não direito, na linha do dever moral. Mas, neste caso, ela é aceita quando relacionada a uma situação que é menos valorizada ainda, a de puxador de carrinho. Não a atividade em si mesma, mas ela relacionada à condição já conquistada pelo sujeito de “ter uma profissão”. Depois de ter uma profissão, ir para catação é mais indigno do que ser assistido, seja pela sociedade em geral, seja pelo Estado.

Às vezes o limpo tá devendo mais que o sujo, mas ele não sabe andar sujo, numa vila não se encontra, tem um monte que trabalham, então o cara trabalha, ele paga as contas, ele bota as coisas prá dentro de casa, ele compra mais, ele tem tudo, só que daí ele se desempregou, ele se desempregou e ele tem uma profissão, ele é pedreiro, ele é marceneiro, ele é carpinteiro, ele tem um profissão, então ele não vai se sujeitar puxar um carrinho, ele não sabe, ele não sabe que lugares ir pra puxar um carrinho, ai tá sem, mas se ele sair na rua o rico acha que ele não precisa. Ele tá passando fome mas ele não precisa, ele não é papeleiro, não tá puxando carrinho, ele não precisa. (Idem)

Aqui, a fala revela o quanto este trabalho tem a conotação de *labor*, de sujeição às necessidades, à sobrevivência material. Expressa ainda uma contradição/ambivalência em relação à forma como este sujeito vê o trabalho que realiza. Em outro trecho do mesmo discurso ela se refere a este trabalho, à organização da “cooperativa de reciclagem”, como algo que tem um valor positivo, de realização de algo importante. Mas nesta fala deixa transparecer o quanto este trabalho é indigno. “Puxar um carrinho” em relação a ser

“carroceiro”, explicita o quanto no primeiro caso o homem ocupa o lugar do animal, que puxa o carrinho, e no caso do carroceiro, este ocupa o lugar de condutor e o cavalo é que cumpre essa função de puxar, no caso a carroça. Torna público o quanto essa atividade, da catação, não é reconhecida e ocupa o lugar de último recurso a ser lançada mão, quando não se tem estudo, profissão, e não se conseguem outros trabalhos.

Outra situação que faz essa mesma relação é quando se refere a si mesma como alguém que pode passar pela polícia, pois “está limpa”, “é trabalhadora”, relata que

E o trabalho dignifica o homem. Olha, eu trabalho, chega final de semana, eu faço o rancho, eu pago as minhas contas, eu me deito, eu me levanto a hora eu quero, no final de semana. Dia de semana a gente tem horário. Eu passo pela polícia, a polícia tem que me respeitar, sou cidadã limpa, pode passar minha ficha, eu sou limpa, e graças ao que, ao trabalho. (Idem)

Essa expressão “o trabalho dignifica o homem”, está muito presente nos discursos produzidos pelos contratantes do PETI e na sociedade de modo geral. Aqui, junto à população em foco, ganha em amplitude a atribuição de sentido que representa. Se lembrarmos o quanto as falas significam o trabalho como uma das duas vias possíveis que entrevêem para si e seus filhos - a outra possível é marginalidade -, podemos ver que sentido está embutido nessa expressão. A dignidade, conquistada e conferida à pessoa pelo trabalho, é sinônimo de que afiança sua cidadania. Outro trecho revela o trabalho como disciplinador. Quando a entrevistada, referindo-se ao seu trabalho, como autônoma, que tem controle sobre o ritmo do trabalho e dos seus horários, em algum momento diz: “*eu me deito, eu me levanto a hora que eu quero*”, e acrescenta rapidamente: “*no final de semana*”, ou seja, logo explica que durante a semana “*a gente tem horário*”, precisa se disciplinar. Podemos perceber o quanto o princípio apontado por Rose (apud NARDI, 2002, 117), quanto “a aceitação e a concordância de uma obrigação moral em trabalhar diligentemente e disciplinadamente independente, de quão duro ou penoso seja este trabalho”, está presente no discurso desta entrevistada.

Outra idéia constante nos discursos dos entrevistados é a de que trabalhar e garantir a sobrevivência mínima depende da vontade e do interesse individual de cada sujeito.

Eu acho assim prá Porto Alegre, no caso, pelo menos aqui, quem disser que passa fome aqui, tem que ser muito incompetente. Aqui até capim é dinheiro um saco de capim tá R\$1,50, depende da qualidade do capim tá R\$3,00 o saco. Tem gente que vai lá na ilha cortar, lá no Guaíba e corta capim pra vender. Aqui é dinheiro, por isso que eu digo, ser pobre é mais lucrativo, ele fica sentado o dia inteiro, ah vou dar uma voltinha. (Idem)

Castel (1998, p. 521) designa de “incapacitados pela conjuntura” aquelas pessoas que são tem condições de trabalhar, mas que não conseguem trabalho. Porém, a fala acima expressa, que as pessoas que visivelmente não demonstram incapacidade e não trabalham, são vistas como indolentes. A expressão “*tem que ser muito incompetente*” revela uma clara compreensão de que a situação de estar ou não trabalhando depende exclusivamente do indivíduo, de sua capacidade individual, não sendo considerada num contexto estrutural e conjuntural.

Demonstra também, que nesse contexto de vulnerabilidade social, alguns sujeitos conseguem articular e potencializar capacidades diferenciadas de lidar com as questões que se colocam no cotidiano; constróem resistências. Nesse sentido as representações funcionam com o duplo potencial apontado por Jovchelovitch (1994, p. 82) de desafio, de produção do novo e, ao mesmo tempo, de reprodução da realidade social.

A entrevistada aponta que seriam possíveis mudanças nessas representações sobre a pobreza, trabalho e assistência, se existissem espaços de socialização, propiciados pelo “governo”, onde os pobres e ricos pudessem interagir, aprender uns com os outros.

Isso aí pra mudar, só se o governo botar cidade prá vileiro, entende? Inventar estudo prá vileiro. Aí se os vileiros vão vir pro meio dos ricos e passar isso. Sabe, começar a passar isso, o rapaz fez faculdade, ele mesmo batalhou, o pai ajudou ele a ter, ele tá pagando a faculdade dele, aí ele pega uma cadeira junto com um pobre, aí o pobre vai passar isso prá ele. E o rico também, ensina muita coisa prá gente. Principalmente que o rico ensina a gente a se portar. (risos) como se portar nos lugares. Ajuda? Ajuda. Não vai dizer que não ajuda, ajuda. Mas prá quem tem ambição, as vezes ajuda e as

vezes atrapalha. As vezes o pobre não ter ambição, vem por vir, e tem aquele que não tem ambição, mas ele não te faz mal. Ele tá te fazendo algum mal em tar aceitando coisa do rico? Ele não ,tá, ele ganhou aquilo ali ele não roubou. Ele não tá fazendo nada prá ninguém. Ele não tem ambição mas ele não tá me fazendo mal. Ele não me faz mal por não ter ambição nenhuma, ele ganha, ele fica ali, as vezes não toma um banho, sabe. Ver um ser humano, todo sujo, todo piolhento, não tá fazendo mal mas ao mesmo tempo não me faz bem, porque ele é ser humano, ele tem um valor imenso, mas ele não se deu conta disso. Por isso que eu digo, ser humano é complicado. Ser ser humano já é complicado. São várias cabeças pensando... Vou condenar o rico por que ele é rico? Não. Porque ele é rico não sei, mas ele é rico, ele tem. (Idem)

4.2.1 Representação do trabalho: penoso, fator de discriminação e de sofrimento

Estas representações do trabalho como penoso, gerador de sofrimento, aparecem em três discursos de forma explícita, mas perpassam também outras entrevistas. Fazem referência ao sofrimento causado pelo e no trabalho, mas também pela falta deste. A título de síntese, os discursos apontam as seguintes situações de sofrimento, penosidade e discriminação/estigma: a) a situação autodenominada pela entrevistada de “depressão”, produzida pelas condições e forma como o trabalho está organizado; b) aquele resultante de um processo de adoecimento causado por um acidente de trabalho (dupla negação de direito ao trabalho e à aposentadoria) que deixaram o sujeito incapacitado para o mesmo e, c) aquele em que o tipo de trabalho realizado gera discriminação (vergonha, preconceito) e não-inserção social/apartheid social.

Um ponto de partida importante para analisarmos e entendermos estas representações diz respeito à forma como construímos historicamente a relação saúde/doença/trabalho em nossa sociedade. Num primeiro momento os estudos sobre o adoecimento, causado pelo e no trabalho, eram entendidos numa relação de causa e efeito e dissociados das condições sociais em que emergiam. Por um lado, atribuía-se a situação de adoecimento à estrutura física e psicológica do trabalhador, sem considerar as condições sociais, culturais, econômicas como fatores importantes no processo saúde/doença.

Considerar esses elementos, de forma articulada, na análise dos processos de adoecimento e/ou sofrimento significa entender o sujeito numa perspectiva de totalidade.

A inter-relação entre o trabalho e os processos saúde/doença têm ganhado visibilidade através de diversos estudos nos últimos anos (SELLIGMANN-SILVA, 1994; DEJOURS, 1994; SATO, 1991, 1995; CODO, 1995, TITTONI, 1994).

Interessa, aqui, apontar que estes discursos produzidos sobre o trabalho somente podem ser compreendidos a partir do entendimento de que são produto de um conjunto de situações e experiências dos entrevistados num dado contexto social. Mais do que apontarmos para o resultado/produto social dessas experiências, nos interessa apontar para as condições que produzem esse adoecimento, esse sofrimento, esse estigma. Entendemos que nessas condições de produção estão: as precárias condições de moradia; os tipos, a organização e as condições de trabalho; a falta de trabalho; as condições de saneamento e higiene que expõem esta população a diversos tipos de doenças.

Neste sentido ao relatarmos sua trajetória de trabalho e vida, podemos perceber que esse adoecimento e esse sofrimento pelo e no trabalho não são resultado de uma situação específica, apesar dela existir, mas produto de diversas situações de vulnerabilidade social que acompanham as trajetórias desses entrevistados. Ou seja, para perceber a relação entre o trabalho, o adoecimento e o sofrimento desse sujeito, é necessário considerar também as trajetórias de trabalho e inserção social dos entrevistados. Dito de outro modo, a forma como significam o trabalho, sua falta, e sua busca e também entendem, significam e compreendem sua existência enquanto sujeitos sociais.

No primeiro caso, a entrevistada relata uma situação de saúde frágil, apontando duas situações específicas. Uma que lhe dificultava e quase a impedia de trabalhar - falta de visão - pela falta de condições financeiras para realizar exame oftalmológico e adquirir os óculos. A outra refere-se a um problema de saúde que necessita de acompanhamento médico a

longo prazo, para o qual não possuía condições de garantir o tratamento pelas condições financeiras.

A questão de saúde, nesse caso expressa bem a situação dessa população, pois qualquer intercorrência desorganiza a vida das pessoas. Neste caso a situação de saúde torna-se vulnerabilidade, pois o núcleo familiar não consegue sustentar-se quando acontece algum imprevisto. A doença de um dos provedores já desorganiza a vida e expõe seus integrantes a riscos sociais que geram novas vulnerabilidades.

Todos os trabalhos que esta entrevistada realizou, de babá, de faxineira, de doméstica, ao longo de sua vida, foram sem carteira assinada e sem garantia de direitos. Essa trajetória não permite planejamento a longo prazo para si e sua família.

O trabalho realizado atualmente por esta entrevistada é de empregada doméstica, voltado para cuidados pessoais no atendimento à uma idosa que não tem vida independente. Podemos perceber no trecho de sua entrevista a seguir, que ao detalhar sua rotina de trabalho, expressa seu descontentamento e seu desejo de sair deste emprego. Seu discurso revela uma situação de sofrimento, atribuído à forma como o trabalho está organizado e também pela falta de garantia de direitos.

Eu estou com problema de depressão. O meu serviço tá ajudando um pouco pra eu ficar assim porque, é ruim de trabalhar onde eu tô trabalhando. (E o que tu queria trabalhar, quando tu veio?) Eu queria trabalhar nessa mesma coisa que eu trabalho, eu gosto de fazer o que eu faço. Eu sempre trabalhei assim, tanto faz de limpeza, seja faxina, trabalho assim direto, só que nesse serviço que estou, é muito ... Eu fui contratada prá trabalhar lá só pra mim cuidar da senhora, só que eu faço todo o serviço, e ela tem outra filha dela, uma que me paga, prá ela não ir lá porque ela não se acerta muito com essa irmã dela. Só que essa outra irmã dela, ela é uma cobra, ela descarrega tudo, tá sempre de mau humor, nunca tá bem nada, tudo tá errado, é péssimo! Não posso abrir uma janela, ligar um ventilador, é tudo assim...Eu tô passando mal nesse serviço. Só que eu não saí ainda por causa das dificuldades, mas eu já tô correndo atrás de outro serviço, porque agora, eu sempre trabalhei fora, eu tenho referência de todos os serviços e agora quero fazer meu tratamento.. Eu vou pegar outro serviço melhor, de carteira assinada e tudo. Esse serviço que eu estou lá ela que fala que eu não tenho direito à carteira assinada, por que

eu trabalho Segunda, Quarta, Sexta e Sábado, no horário da manhã e não recebi nada, de direito, no final de ano. Não tenho direito de décimo, férias. Daí isso aí já me deu mais nojo do serviço, eu gosto muito da senhora que eu cuido, essa que tem 90 anos, ela é um amor, Ela chega assim, ela me abraça, ela diz que eu sou um anjo na vida dela. Só que a filha dela é demais, é demais, Quando eu chego lá e a filha dela (60 anos) tá dormindo, chega de noite, eu pego ela e levo ela escondido pro banheiro e dou banho, por que eu não agüento o cheiro, o fedor dela. E isso se a filha dela tá acordada eu não posso fazer, por que ela não quer. Mas tu não agüenta ficar ali, eu dou banho, troco a roupa dela e até ela acordar, ela acorda 11 e pouco e eu saio meio dia, aí eu nem dou explicação se dei banho ou não, ela nem vê nada, mas eu gosto de ver ela sempre limpinha.(Entrevistado de 34 anos, feminino)

As situações de sofrimento pelo trabalho e no trabalho apontadas neste caso são aquelas em que os sujeitos relatam atividades que geram sensações de desconforto, sentimentos que denotam sofrimento e, explicitam condições de trabalho cujo local parece condizer com a noção de insalubridade. Quando relata que não pode “*abrir uma janela, ligar um ventilador, é tudo assim...Eu to passando mal nesse serviço*”, associado a outro trecho onde diz “*eu passo o cheiro em mim, com aquilo...(...) tu não agüenta ficar ali*” ,

As expressões “nojo”, “*eu não agüento o cheiro, o fedor dela*”(…) “*eu tô passando mal nesse serviço*”, “eu estou com problema de depressão” é sofrido, tenho que ficar agüentando desaforo” *estão misturadas as aspas e o itálico com não itálico. Reveja* são a fora de expressão desse sofrimento. É necessário frisar que o discurso fala do trabalho de doméstica, faxina, como algo prazeroso, que a entrevistada gosta de realizar. Porém, este, a forma como está organizado, a insalubridade presente no espaço físico do trabalho e a personalidade da patroa que prescreve o trabalho, é que geram o descontentamento e o sofrimento. Ela se autodenomina com “*problema de depressão*”, e este trabalho está ajudando neste quadro.

Encontramos o entendimento do sofrimento, causado pela organização do trabalho, em Sato (1991, p.54). Para ela, partindo dos estudos de Dejours referência, a situação de saúde no trabalho é propiciada quando os trabalhadores detêm o controle sobre o

seu trabalho, que é possibilitado através da articulação de três requisitos fundamentais: a familiaridade, o poder e o limite subjetivo. O sofrimento é causado quando há um desequilíbrio entre estes fatores, onde o limite subjetivo não é respeitado.

Ao tentar buscar elementos que permitissem conceituar o trabalho penoso Sato (1995, p. 53) resgatou em diversos estudos que o uso deste adjetivo aparece de diferentes maneiras e revela, basicamente, três tendências. Na primeira, o trabalho é qualificado como penoso quando demanda esforço físico. Na segunda, o termo adjetiva como penosas “as condições de trabalho que geram esforço e sofrimento mental”. A terceira entende por penoso o trabalho que gera sofrimento físico e mental.

No segundo caso a entrevistada realiza atividade de catação, classificação e venda do lixo reciclado. Percebemos neste discurso que o tipo de trabalho é referenciado pela insalubridade inerente a esta atividade, principalmente quando aponta a impossibilidade de acumular muito material no pátio pelo risco do incêndio, pela exposição às mudanças climáticas, e, quando expressa “*temos que aguentar o lixo*”.

O trabalho é apontado como fator de discriminação, preconceito, quando a entrevistada relata como o conjunto da sociedade se refere a este tipo de trabalho e quais as atitudes direcionadas para com aqueles que vivem desta atividade. Relata diversas situações que ela mesma denomina de discriminação e preconceito. A primeira contempla a forma como as pessoas nas ruas, prédios e lojas os tratam, diz que são expulsos dos lugares onde realizam a coleta do material; que lhes dizem “aqui não é lugar de ficar” ou “sai daqui, aqui não é lugar de vocês” e, outro extremo, “botam a gente prá correr”, se referindo neste caso aos motoristas dos carros, nas vias públicas. Outra situação expressa refere-se a como são denominados pela sociedade e como se autodenominam. Ela relata que, de modo geral, as pessoas se referem a eles pela sua atividade com o lixo, como “lixeiros”. Explica que o termo que usam e acham apropriado para designar a atividade que realizam é a de “papeleiros”.

Expressa ainda que, por esta atividade de trabalho que desenvolvem, suas crianças são discriminadas na escola, sendo chamados de “lixeiros”. Essa situação é embaraçosa às crianças e motivo de exposição à situação vexatória, o que faz com que tenham vergonha de sair às ruas para ir à escola e também para ajudar na catação.

A entrevistada argumenta que as pessoas são preconceituosas por desconhecerem como funciona esta atividade de trabalho que realizam, de reciclar o lixo. Nesse sentido, aponta para o processo de trabalho necessário para cumprir toda a etapa até a venda do produto, referindo-se à penosidade e aos riscos inerentes à atividade. A penosidade é expressa na seguinte argumentação

Porque é muito difícil, nos dias que é calor a gente sofre demais, é quente na rua, e, no inverno, tem papel na rua, molha igual, trás prá casa e tem que esperar um mês prá secar. Às vezes leva um mês, dois meses arrumando o papel e vem a chuva e molha tudo, estraga. No inverno é brabo.(Entrevistada, 44 anos.)

Outra questão apontada por esta entrevistada, mas que pode se estender a outros entrevistados é a questão do risco de incêndio provocado pelo acúmulo de material, pois a maioria separa e guarda o material dentro de casa e/ou no pátio, como é o caso desta. A mesma diz que já perdeu uma casa que foi incendiada há um ano, fazendo com que a presença do risco causa certa insegurança e ao mesmo tempo limite a quantidade de material a ser armazenado. Este relato demonstra que o trabalho não gera neste caso reconhecimento e sim discriminação, realizada para garantir a sobrevivência. Neste mesmo trecho onde aponta para a articulação entre o sofrimento causado pelas condições insalubres de trabalho e a discriminação, a entrevistada faz um comentário interessante sobre este trabalho de reciclagem. Diz que hoje é difícil trabalhar nesta atividade pois as próprias firmas, empresas, estariam reciclando seu material sem colocá-lo nas ruas, concorrendo com o trabalho dos “papeleiros”. Deixa transparecer que circula uma idéia, na sociedade, de que a reciclagem dá retorno financeiro e que atualmente, trabalhadores empregados estariam deixando seus trabalhos para investirem nesta atividade. Isso pode ser um reflexo dos investimentos

realizados pelo poder público na cidade nesta atividade como uma alternativa de geração de trabalho e renda. Este discurso aparece em outras entrevistas onde citam os “galpões” e “cooperativas” de reciclagem existentes na região e as parcerias estabelecidas com o poder público para garantir os empreendimentos.

Ressaltamos que identificamos num discurso o quanto parece que há uma idéia em construção na sociedade de que é politicamente correta a atitude de reciclar o lixo, os cidadãos deveriam participar da separação do lixo orgânico e do seco. No mesmo processo de construção, parece que esse reciclar, é competência do poder público, e que deve fazê-lo longe dos olhos da cidade. O lixo é aquilo que não queremos ver, que queremos nos desfazer. Os papeleiros andando pela cidade, catando, separando, fuçando nas lixeiras dos prédios e edifícios ninguém quer ver. Queremos que os departamentos do poder público responsáveis o façam, discretamente, rapidamente.

Os papeleiros, como é o caso desta entrevistada, trazem à público este reciclar, nu ante os olhos da sociedade que não quer ver o processo da reciclagem próximo de onde vivem, trabalham e estudam. E os papeleiros representam esse “incômodo”, ninguém quer ver, nem saber como vivem. Não querem saber de sua existência.

Nos relatos, duas entrevistadas, envolvidas nas cooperativas de reciclagem, vêm a atividade como “digna”, um “trabalho como outro qualquer” e, pretendem estabelecer parceria com o poder público no processo de reciclagem do lixo produzido pela cidade, por todos os moradores. Expressa um movimento realizado pelo poder público de sensibilizar para a reciclagem, para o não desperdício, no caso para a idéia de que é correto reciclar.

É um trabalho, trabalhoso assim, só que ele é muito discriminado, a gente é muito... acham que a gente é papeleiro e tem que agüentar o lixo, chamam a gente de lixeiro, ir no lugar que a gente vai... muitas vezes vai com o carrinho na frente de alguma coisa, eles vão lá e aqui não é lugar de ficar. Na frente de prédio, de loja, essas coisas, às vezes na rua, no trânsito mesmo eles botam a gente a correr. Os próprios carros... saí da rua aqui não é lugar de vocês! Muitas vezes a gente é discriminado na rua, e é um preconceito. As crianças nossas

são mais discriminadas por que a gente é papeleiro, na maioria dos lugares, mesmo no próprio colégio onde eles estudam, muitas vezes, que chama eles de lixeiros. São papeleiros e tem vergonha de sair na rua catar. Tem muita gente que a gente fala que é papeleiro e eles não sabem o que é. Eles acham que é só pegar os papel lá e vender logo. Não. É trabalhado, você trás pra casa, separa, arruma, e sai vender. Mas tem gente que não entende, não sabe. Eles acham que é tudo que é coisa, mas não é assim. Prá quem não está nunca lidando com isso aí acho que é bom nem iniciar, o negócio, porque é muito difícil, nos dias que é calor a gente sofre demais, é quente na rua, e, no inverno, tem papel na rua, molha igual, trás prá casa e tem que esperar um mês prá secar. Às vezes leva um mês, dois meses arrumando o papel e vem a chuva e molha tudo, estraga. No inverno é brabo. No verão por causa do calor demais, e a gente não pode acumular muita coisa em casa por perigo do incêndio. Por que eu já perdi minha casinha aqui da frente, já foi incendiada. Ano retrasado. Incendiaram. A gente tem que estar sempre cuidando, a gente não pode não pode juntar muita coisa por causa do perigo. Não é muito bom. Prá quem vive disso aí, não é bom. Porque, quem tem um emprego já, pra aventurar, dizer que trabalhar de papeleiro é bom, não! Tem muitos que dizem que papeleiro, ah tu é papeleiro tu ganha bem. Não ganha bem não. Às vezes da caso da gente conseguir trabalhar, fazer uma carga boa. (Idem)

O terceiro caso, refere-se a um trabalhador que teve carteira assinada por um grande período, porém, sofreu um acidente de trabalho que gerou inicialmente sua incapacidade para o trabalho, seu remanejamento para outras atividades e locais de trabalho e, posteriormente, sua demissão. A forma como relata é bastante elucidativa quanto à maneira como entende e explica sua demissão e sua condição.

Por último eu trabalhei aqui no aeroporto, mas não me quiseram mais, não podia trabalhar no meio do barulho dos aviões. Aí eu fui levado pro escritório da firma, fiquei uns tempo no escritório da firma, daí não tinha quase serviço, me botaram no hospital Presidente Vargas, no serviço de manutenção. Aí de lá, tive acidentado, aí eles deixaram eu ficar bom... eu saí do INSS, 'me largaram'. Aí nunca mais arrumei serviço de carteira assinada. (Entrevistado, 51 anos.)

Em outro trecho onde se refere ao tempo que ficou recebendo auxílio doença do INSS utiliza novamente o termo “me largaram”, que explicita bem como se sente em relação a sua condição. O quanto esse ‘largaram’ demonstra sofrimento, desamparo e marca sua trajetória. Existe um antes, onde tem capacidade, sente prazer e tem trabalho e um depois,

onde dizem que não pode mais trabalhar, apesar de não ser reconhecido como direito e não consegue mais trabalho, pois ficou com algumas seqüelas.

O sofrimento deve-se a um duplo processo, não poder trabalhar na atividade que estava quando do acidente e nem outra qualquer e o não reconhecimento do seu direito à aposentadoria. A sua incapacidade para o trabalho foi reconhecida pelos médicos onde fez exames, porém não o foi pelo INSS. Esse relato revela a ambivalência da situação vivenciada por este trabalhador na medida em que aceitar a condição de “estar doente” e incapaz para o trabalho já é bastante sofrida, pois existe uma recusa desta condição por parte da pessoa implicada, e ao mesmo tempo uma cobrança externa que coloca sempre em dúvida a “incapacidade” para o trabalho. Por outro lado, para aceitar essa condição e ser reconhecido assim pelas outras pessoas, pela sociedade, ele precisa ter sua condição reconhecida pelos órgãos responsáveis por garantir a si e aos outros que a incapacidade é concreta e não um subterfúgio de alguém que não quer trabalhar. E isso é claro quando perguntado sobre que trabalho poderia fazer e ele diz: “*o que eu pegasse, eu pegava!*”. Complementa esta frase, relatando atividades que conhece e que poderia realizar no aeroporto, local onde ocorreu o acidente, de onde foi demitido e, para onde, não pode retornar. Nos parece que está no desejo do entrevistado retornar ao local de onde foi demitido, mesmo que em outras tarefas e, ao mesmo tempo, demonstra sua recusa em reconhecer sua “doença”, pois não pode trabalhar no aeroporto devido ao barulho, pois o acidente deixou seqüelas na audição.

Outro indicativo dessa situação de sofrimento, desconforto, não reconhecimento, é um relato que faz do novo prédio do aeroporto, descrevendo este em relação ao antigo, explicitando seu conhecimento deste lugar pela via do trabalho. Ele diz que foi no novo conhecer, mas a sutileza é que diz que “foi só lá dentro”, ou seja, o lugar de circulação de qualquer pessoa e diz, “não vi muito”, ou seja, não teve acesso ao conjunto da organização (trabalhadores) que fazem o aeroporto funcionar, ver por dentro, que só quem conhece e quem

faz parte da organização conhece. Viu só o que todos podem ver. O que está por trás é reservado a alguns (empregados), escolhidos e assim ele explicita seu desejo de estar lá, fazer parte.

Em dois dos casos apresentados acima podemos perceber presente nos discursos a idéia de *estigma*. Goffman, (1988:11) divide os estigmatizados em dois grupo, os *desacreditáveis* e os *desacreditados*. No primeiro grupo estariam aquelas pessoas que não expressam de forma visível sua doença ou incapacidade e, no segundo, aqueles em que a doença ou incapacidade é visível e comum a todos. Quanto aos tipos de estigmas, o autor aponta que podemos encontrar três tipos: aqueles carregados por pessoas com deformidades físicas, os relativos a culpas de caráter individual e, aqueles baseados em elementos raciais, religiosos ou nacionais.

A condição estigmatizante vivenciada por este senhor é expressa pela não oficialização do reconhecimento da doença, o que denota seu caráter de invisibilidade perante os outros, e o coloca numa situação de descrédito perante seu grupo. O sofrimento causado por este não reconhecimento e a pela própria *invisibilidade* de sua incapacidade incide sobre o processo de construção/desconstrução de sua identidade enquanto trabalhador. Passar da condição de atividade para a inatividade é um processo difícil e a maneira como este sujeito explicita o desejo de reconhecimento é a garantia de sua aposentadoria que atestaria sua condição de não poder retornar ao trabalho.

Noutro relato a situação de discriminação e preconceito é expressa pelo tipo de trabalho, catação e beneficiamento do lixo e pela maneira como a sociedade não reconhece este como socialmente importante. O estigma, neste caso, deve-se à articulação de dois fatores: o caráter depreciativo, pejorativo assumido pelo tipo de trabalho realizado e, o elemento do preconceito, apontado pela própria entrevistada, baseado em elementos sócio-econômicos de estratificação social. O próprio termo usado denota essa atribuição de sentido

negativo, pois a entrevistada se auto-denomina como “papeleira”, mas ao expressar a forma como a sociedade, os outros, se referem a ela e aos seus pares, diz que o termo usado é o de ‘lixeiro’. Podemos pensar este discurso também sob a perspectiva de construção de identidade, via uma atribuição negativa. Identificamos neste relato a vivência de uma dupla mensagem sobre um mesma categoria: o trabalho em si como valor é socialmente útil e reconhecido, ao mesmo tempo “certos” trabalhos carregam estigmas socialmente construídos.

Em outro relato desta mesma entrevistada o sofrimento é explicitado como sendo resultado das condições de insalubridade que envolvem a atividade que realiza: quando diz “é trabalhoso”, a gente tem que “tem que agüentar o lixo”, “nos dias que é calor a gente ‘sofre demais’, é quente na rua”. São expressões que articulam o sofrimento diretamente relacionado ao trabalho, em que fisicamente ou psiquicamente é possível expressar algum sintoma ou sensação de desconforto em relação à atividade.

No segundo caso, a única estratégia, bastante sutil, que perpassa o discurso é quando defende, de certa forma, que a atividade que realiza tem um processo de trabalho, tem uma organização, necessária para a rotina, e que necessita ser reconhecido enquanto tal.

Tem muita gente que a gente fala que é papeleiro e eles não sabem o que é. Eles acham que é só pegar os papel lá e vender logo. Não. É trabalhado, você trás pra casa, separa, arruma, e sai vender. Mas tem gente que não entende, não sabe. Eles acham que é tudo que é coisa, mas não é assim. (Entrevistada, 44 anos.)

No terceiro caso a entrevistada utiliza como forma de auto-reconhecimento o relato das diversas funções que realizou ao longo de sua trajetória e os nomes das empresas onde trabalhou de carteira assinada. Sua fala expressa ainda que sabe explicar em detalhes as funções que já desempenhou e a forma como “conhece por dentro” a organização do trabalho nestas empresas. Expressa ter sido inserido por longa data e a sua insatisfação com essa condição de incapacitado para o trabalho, cujo termo “largaram” é significativo.

Cabe mostrar que esse relato, descrito abaixo, é único que faz referência ao projeto de geração de trabalho e renda previsto pelo PETI, na perspectiva de inserção social e profissional. Explica em detalhes o curso que realizou, os conhecimentos adquiridos, como um novo saber. Porém, aponta de forma bastante significativa, que não lhe foram oferecidas e nem possui as mínimas condições de implementar algo como autônomo.

eu entrei, achei que era assim, até eu arrumar um outro serviço, mas nunca pude arrumar. O único curso que eu fiz foi de padaria, ali no Mesquita, mas eu não pude treinar porque eu não tenho fogão bom, não tem forno. Eu tenho a apostila que é o livre de receita que eles dão. Tenho até hoje guardado. Assim que eu consegui um fogão assim bom. Lá fiz um pão doce, fiz um pão de centeio, um pão de sanduíche e fiz uma torta salgada, e fiz um bolo fofo. Ali não tem fogão bom, ali cozinha mal e mal comida (risos). Na hora que comprar um fogão bom quero ver se aprendo, faço alguma coisa. (Entrevistado, 51 anos.)

Essa fala aponta para os desafios destes projetos e cursos de qualificação oferecidos pelo Estado quando direcionados para os demandatários da Assistência Social, se considerarmos o perfil, as vulnerabilidades sociais e o capital social destes sujeitos, descritos de forma bastante exaustiva até aqui.

4.2.2. Representação do trabalho como *dignidade*: na contramão da *marginalidade*

Podemos perceber embutido em diferentes conjuntos de discurso a relação existente nas representações quanto ao trabalho do lugar ocupado por este enquanto definidor de um lugar social. Em diferentes jeitos de expressar, os entrevistados atribuem ao trabalho um valor positivo, de dignidade, de vida moralmente correta perante Deus e os seus semelhantes, na perspectiva do significado disseminado pela corrente judaico-cristã quanto ao trabalho enquanto um valor.

A primeira entrevistada articula um discurso muito significativo e que expressa muitos valores presentes também em outras entrevistas, pois vive a situação de ter seu filho adolescente preso por cometer um ato infracional. Está presente no discurso uma dupla

culpabilização ao programa do PETI: pelo fato de ser o responsável por ter afastado seus filhos do trabalho de catação que realizavam e pelo fato de “obrigar” os adolescentes a participar do programa Agente Jovem, que repassa uma bolsa de 65 reais a esses adolescentes. Seu entendimento passa pela idéia de que se o filho adolescente permanecesse na atividade de trabalho, se não fosse obrigado a “ir para o Cecoflor” e ter “conhecido a gurizada”, não teria se envolvido em atos ilícitos e cometido a infração.

O trecho a seguir desta entrevista será apresentado inteiro e iremos trabalhando com as questões que o mesmo vai revelando quanto ao programa de inserção e ao trabalho e, também, da adolescência.

Eu não sei o que eles esperam, sinceramente, eu acho que eles esperam ter bastante bandido formado. Por que eles tão trabalhando, tira, porque foi ensinado, isso não é de hoje, é lá do tempo...que se consegue tudo trabalhando, mas ai eles não dão pras crianças... uma saída, sabe, como é que eu vou te dizer, eles tiram a dignidade das crianças. Tiram, prá mim é a dignidade, tirou o direito de trabalhar, eles tiraram a dignidade. Porque isso foi passado pra gente, que o trabalho, então eles tiram do trabalho e bota pra brincar, e o que se consegue brincando? O que um adolescente de 14 anos consegue brincando? O que ele consegue, ali ó, ele já tem a gatinha, maravilhoso, que eles tão fascinado, que eles querem aquilo ali. Tu não vai acreditar, mas os guri dão flores. Um cara de 35 anos não dá flor pra mulher, ele não compra uma rosa pra dar pra mulher, um guri de 14 anos ele compra uma rosinha prá dar prá guria. Tu acredita nisso? Acredita que os guri dão? Eles se preocupam em comprar um buquê de flores prá namorada? E como é que ele compra esse buquê? Ou trabalhando ou roubando. A não, mas o fulano deu uma rosa, eu dou duas, ah, mas ele deu duas eu vou dar 3, ele deu 3, eu vou dar um buquê. Então o guri ele tem 15 anos, só que a mãe dele não tá no projeto, PETI, e ele trabalha, ele comprou um buquê pra namorada, coisa mais linda e uma caixa de bombom. Os meus guris ficaram com água na boca pra comprar pras gurias que eles tão a fim. E sobra dinheiro, ou trabalhando ou roubando, entende? É claro que tu ganha, mas a perca (perda) é pior. É pior, porque que nem eles roubarem... é prá sempre. Porque assim, o meu guri eu entreguei ele pra polícia, sabe, eu peguei meu filho e entreguei na mão da polícia, ele roubou e conseguiu passar por cima do carro da polícia, e eu fui e entreguei ele na mão da polícia, hoje ele tá respondendo por que eu entreguei. Hoje meu filho não fala comigo, por que ele pensa assim, se eu não tivesse entregado ele a polícia não tinha pego ele, mas e aí, onde é que ele estava?, de repente ele estaria morto, por que os cara do caminhão tão prometendo que agora vão atirar pra matar. Então, quem sujou ele foi ele mesmo, sério, porque ele tinha o que comer, ele tinha o que vestir, não precisava ter roubado. Não sobra hoje, não sobra amanhã, mas um dia vai ter que sobrar. (...) Isso tudo no programa, porque ele não quis os R\$65,00 por mês, ele achava muito pouco, então daí ele saiu do Cecoflor, ele disse que não queria ir, ficou comigo, daí elas disseram que se ele não fosse eu ia perder a bolsa, ele

começou a ir de má vontade, mas aí, no fim, ele ficou conhecendo a gurizada, mas mesmo assim não se perdeu, foi fazer a cagada dele depois. Só que daí ele ia pro Cecoflor, mas ele não queria ganhar R\$65,00 por mês, daí ele ainda pegou a Lisiane, ela não é mulher de quem não tem dinheiro. Daí foi fazer. Faz parte.(...) Ele foi o filho que tava sempre comigo, que me ajudou, anda sempre comigo, sempre me ajudou, nunca foi avoado, sempre trabalhando. Ele tem 16 anos e meio e só, dessa vez ele fez viu que errou e parou, foi um erro grave, mas parou (Entrevistada, 29 anos.).

Quando questionada, no início da fala, sobre o que se quer com esse programa, deixa transparecer, inicialmente uma crítica ao programa, justamente naquilo que é o objetivo do programa: a erradicação do trabalho infante-juvenil. Inicia dizendo: *eu não sei o que eles esperam, sinceramente, eu acho que eles esperam ter bastante bandido formado.* E justifica dizendo que as crianças estão trabalhando e que o fato de ter que sair do trabalho lhes tira a dignidade.

Constrói seu discurso a partir de uma representação do trabalho enquanto um valor social: de dignidade. Tirar os adolescentes do trabalho é tirar a dignidade e se refere a isto como um valor que foi “ensinado” e ao mesmo tempo bastante *enraizado*, pois diz que *“isso não é de hoje, é lá do tempo...que se consegue ‘tudo’ trabalhando”*. O tudo neste trecho refere que o trabalho é mais que uma renda, é dignidade. Seguindo, a entrevista dá continuidade à linha do discurso e expressa que se tiram o trabalho e não oferecem nada no lugar, “só brincar”, que o programa não estaria oferecendo outra alternativa às crianças e adolescentes, e restaria uma opção então: a marginalidade. Quando diz *“por que eles tão trabalhando, tira, porque foi ensinado, isso não é de hoje, é lá do tempo...estamos lendo isto pela terceira vez! que se consegue tudo trabalhando, mas ai eles não dão pras crianças... uma saída.* “Não dão prá crianças “uma saída”, expressa que existe uma construção social que esta população de que existem duas possibilidades para seus filhos: trabalhar ou roubar. Ela vai além e questiona: *“então eles tiram do trabalho e botam pra brincar, e o que se consegue brincando? O que um adolescente de 14 anos consegue brincando?” Fecha aspas? Há uma enorme confusão na maneira como trata as citações das entrevistas quando trabalhas com elas no teu texto: às vezes está entre aspas. Às vezes não, às vezes está em itálico, às vezes não. É preciso uniformizar e rever todo o capítulo.*

Para justificar o quanto parece que o programa e seu objetivo parecem ser “agressivos”, a forma como vêm e interagem no mundo ela vai expressar uma idéia sobre adolescência e suas especificidades. Usa como recurso discursivo relatar como os adolescentes têm demandas específicas de sua fase de desenvolvimento, construto da realidade que estão inseridos e também da forma como os meio de comunicação fazem apelos a este grupo populacional, independente das condições financeiras destes. Relata que os adolescentes, no caso homens, já têm compromissos de adultos, de trabalharem e serem responsáveis por sua vida e sobrevivência, de precocemente estabelecerem relações fixas com uma/o companheira/o. Essa fala revela uma adolescência com um limite muito tênue com a idade adulta.

Ele já tem a gatinha, maravilhoso, que eles tão fascinado, que eles querem aquilo ali. Tu não vai acreditar, mas os guri dão flores. Um cara de 35 anos não dá flor pra mulher, ele não compra uma rosa pra dar pra mulher, um guri de 14 anos ele compra uma rosinha prá dar prá guria. Tu acredita nisso? Acredita que os guri dão? Eles se preocupam em comprar um buquê de flores prá namorada? E como é que ele compra esse buquê? Ou trabalhando ou roubando. A não, mas o fulano deu uma rosa, eu dou duas, ah, mas ele deu duas eu vou dar 3, ele deu 3, eu vou dar um buquê. Então o guri ele tem 15 anos, só que a mãe dele não tá no projeto, PETI, e ele trabalha, ele comprou um buquê pra namorada, coisa mais linda e uma caixa de bombom. Os meus guris ficaram com água na boca pra comprar pras gurias que eles tão a fim. E sobra dinheiro, ou trabalhando ou roubando, entende?(...) Só que daí ele ia pro Cecoflor, mas ele não queria ganhar R\$65,00 por mês, daí ele ainda pegou a Lisiane, ela não é mulher de quem não tem dinheiro. Daí foi fazer.(Entrevistada, 29 anos.)

Podemos perceber que estão presentes nessas representações dois princípios apontados por Rose (apud NARDI, 2002:117), da ética do trabalho. O primeiro seria a “aceitação e a concordância de uma obrigação moral em trabalhar diligentemente e disciplinadamente independente, de quão duro ou penoso seja este trabalho” e o segundo diz respeito a um dos princípios mais enraizados em nossa sociedade, baseada no trabalho

assalariado, que é “a importância do trabalho, na vida como um todo, como uma fonte de significado e um senso de valorização pessoal (centralidade do trabalho)”.

A fala explicitada por outra entrevistada aponta também para duas idéias presentes no discurso analisado acima: o trabalho como uma das duas opções, apontadas por esta população, entre a vida digna e a marginalidade; na segunda, o trabalho é representado como fonte de realização pessoal. Ela começa dizendo “*eu sempre gostei, ah, toda vida gostei de trabalhar, fazer, eu sempre faço minhas coisas em casa*”. Na seqüência da fala ela demonstra que este gostar de fazer algo, estar trabalhando, ocupa seus pensamentos quanto a questões que julga e denomina “bobagens”, diz que trabalhando, “*a pessoa não tem tempo pra bobagem. Tem muita gente que eu sei, fica em casa, começa a pensar tudo que é tipo de bobagem. E o trabalho é uma coisa... Deus o livre, eu me sinto bem trabalhando.* (Entrevistada, 50 anos.)

São significativas para este estudo as representações até aqui explicitadas, se consideramos o contexto de vulnerabilidades sociais no qual os sujeitos-entrevistados estão inseridos. Castel apontou a questão de como a pobreza durante muito tempo foi encarada como “caso de polícia”. Então o trabalho significa para esta população uma garantia de conquista de cidadania, na linha argumentativa de Santos (apud NARDI, 2002:) onde a carteira de trabalho assinada atesta seu reconhecimento como cidadão. Portanto, para os pobres, o trabalho significa a garantia desse lugar. Uma das fala é bastante expressiva desse valor atribuído ao trabalho, quando diz que a “*polícia tem que me respeitar, sou cidadã limpa. Pode passar minha ficha, eu sou limpa. E graças ao que? Ao trabalho*”. E é interessante que ela conclui seu raciocínio dizendo: “*Eu trabalhei quando era criança, eu tive as minhas coisas trabalhando, agora que, eu tenho esse vício*”. A metáfora do trabalho como um “vício” exprime o quanto é um valor entranhado na vida e na forma com as pessoas entendem seu mundo. E mais, o quanto é difícil que novas representações sejam construídas, considerando

as mudanças da sociedade salarial e a maneira como estes cidadãos percebem e significam essas mudanças. Será que as percebem? Será que a realidade em que vivem já não é o aqui e agora das mudanças em curso para outros trabalhadores? E ainda assim representam com tanta força, como um vício, o trabalho como algo que nada poderia ocupar o lugar, como um bem maior?

4.2.3. O trabalho infantil e suas representações: vilão ou mocinho?

Os contratantes do PETI atribuem um valor positivo ao trabalho infantil, seja àquele realizado por seus filhos ou por si mesmos quando crianças.

Em alguns discursos podemos verificar que sinalizam um duplo sentido às vezes: positivo e negativo ao mesmo tempo. Podemos perceber nas falas que ao tentarem demonstrar que entendem o trabalho infantil como violação de um direito, deve-se ao processo de socialização propiciado pelos espaços de grupo e de atendimento individual onde interagem com outros pares e com os técnicos do programa. Nesse sentido o trabalho infantil aparece representado por um discurso polido, numa linha de *politicamente correto*. Porém em outros contextos dos discursos, ora analisado como um corpus integrado, onde não estão produzindo argumentações sobre esta temática específica, percebemos que outras representações perpassam suas construções discursivas. Seguem alguns trechos de entrevistas onde identificamos esta temática e como representam o trabalho e, por consequência, o trabalho infantil.

(E qual era o trabalho que os teus filhos faziam?) A gente saía de tardezinha, pegava papel nas ruas, de noite. Às vezes eles saíam sozinhos quando eu trabalhava. Claro que eu nunca fui de largar eles muito sozinhos, mas eu sempre ia junto, mas quase não tinha condição, eu não enxergava. Mas eu me sentia com a consciência pesada quando eles saíam sozinhos, por isso preferia ir junto, por que sabia o que estava acontecendo, se eles não chegavam eu ficava apavorada. Eu nunca fui muito de largar eles. E muito tempo a gente viveu assim. Mas a gente tinha um lugar certo, a gente não pegava assim lixo, a gente ia no lugar certo do jornal, das coisas assim. Isso que a gente fazia. Mas isso aí elas já sabiam, elas contaram prá elas

que estavam na rua. Mas depois que a gente entrou lá, daí não. Agora até eu me sinto até ruim sabe, me sinto mal quando saio na rua e vejo uma criança fazendo aquilo ali. Eu não sei te explicar mas eu sinto assim, eu sinto pena. De ver uma criança de carrinho ali na rua. Não sei te explicar! Imaginar que eu fazia isso ali também. Não sei a gente nunca sabe.. situação... só que na situação que a gente estava tinha que fazer alguma coisa, não dava prá parar, por que sabia que juntando uns litros, um papel, tinha no final de semana como pagar uma coisa. Dava prá pagar o pão e o leite deles, eu sabia que dava tranqüilo prá mim pagar. E por isso eles estavam na rua (Entrevistada, 34 anos).

Antes de eu entrar no programa do PETI eles iam, tinham que trabalhar direto. Porque não tinha condições, a gente ganhava muito pouco e ainda ganha muito pouco, mas era mais brabo que tinha que tá completamente, o guri que tem 15 agora em março e o outro de 17 anos, que eles já tavam completamente tomando conta da casa. O pai deles tinha que estudar e daí ficava aí eu e eles. Ele trabalhava até meio dia e daí de tarde ele ia, dava um jeito de estudar, alguma coisa. De noite é que ele chegava. Completamente eram eles que tinham que trabalhar. E prá isso prá comprar calçado, material escolar, do colégio, que eles sempre compravam, daí eles iam prá rua, trabalhar. (...)(O que a sra pensa do trabalho infantil, que a sra entrou nesse programa?) é judiaria demais, né, criança trabalhar, sendo que eles tão perdendo a juventude deles, perdendo a infância, de ter um tempo de brincar, se divertir, e eles estão trabalhando. Mas eu sabia que aquilo ali não era certo, mas era um meio de sobreviver. Claro que quando eu estiver bem de vida não precisa fazer isso aí. Volta e meia eles dizem mãe nós não vamos mais trabalhar, não, pode até trabalhar, mas só quando tiver idade, algum serviço que vocês queiram ou profissão que queiram, queiram ser, vai depender de vocês. Agora, enquanto são novo quero que estudem. (Entrevistada, 44 anos.)

Por que as pessoas colocavam muita criança na rua, as vezes eu passo por ai, a gente passa, tem muita criança na beira, pedindo. E esse tipo de programa é bom porque tira muita criança da rua, muita criança que eu sei que usavam droga, e esse programa foi bom foi prá isso. E não tá assim, muita criança trabalhando, antigamente tinha muita criança pequena, trabalhando, tudo, agora é muito difícil, a gente vê que tem pouca criança, trabalhando, por causa desse tipo de programa.. e tinha que continuar pro resto da vida, tem muita crianças que...Tinha muita que os pais ficavam em casa também, e botavam as crianças na sinaleira prá pedir. (Entrevistada, 50 anos.)

Eu trabalhei quando era criança, eu tive as minhas coisas trabalhando, agora que eu tenho esse vício”. (Entrevistada, 36 anos.)

Percebemos o efeito resultante da participação nos grupos do programa, quando, nos discursos, os entrevistados expressam e parecem defender, o direito das crianças de

brincar, de ter sua infância respeitada. Uma das falas, que expressa bem isso, é a resposta que a entrevistada dá à pergunta: o que pensa do trabalho infantil? Responde: *“é judiaria demais, né, criança trabalhar, sendo que eles tão perdendo a juventude deles, perdendo a infância, de ter um tempo de brincar, se divertir, e eles estão trabalhando”*.

Ela defende o direito das crianças e logo acrescenta, *“eu sabia que aquilo ali não era certo, mas era um meio de sobreviver”*, justificando assim o trabalho dos seus filhos.

A fala acima é a expressão dada pela mãe de um núcleo familiar, porém percebemos que nos discursos as entrevistadas às vezes dão voz a seus filhos referindo-se ao que estes pensam e desejam.

Quando pensamos o programa PETI e os tipos de trabalho que realizavam, percebemos que isto não é suficiente. É fundamental fazer a seguinte distinção: existem crianças e adolescentes que trabalham como meio de sobrevivência, junto aos seus pais ou sozinho; outros ocupam determinados lugares e/ou cumprem funções nos seus núcleos familiares e, ao mesmo tempo, têm uma construção simbólica referente ao trabalho. Não dá para entender a relação. Está mal escrito, a frase anterior No primeiro caso, ao ingressar no programa, o contratante consegue retirar as crianças do trabalho e colocar no programa do SASE. No segundo, desencadeia-se uma situação conflitante. O contratante tem a obrigação de retirar as crianças e adolescentes do trabalho e estes negam-se a largar as atividades que realizam. Essa negação é resultado da forma como as representações sociais sobre o trabalho, que circulam em nossa sociedade, foram absorvidas pelas crianças e adolescentes nos processos de socialização. Ainda em relação a essas duas distinções, cabe dizer que o sucesso dos contratantes em cumprir com esta cláusula é maior em relação às crianças do que em relação aos adolescentes, haja vista que as crianças acompanham os pais na atividade que estes realizam ao passo que os adolescentes, detém o processo do trabalho e o realizam sozinhos. Cabe ainda dizer que a maioria dos adolescentes em situação de trabalho é do sexo

masculino, como já apresentamos no quadro que distribui as crianças e adolescentes em relação aos tipos de trabalho e ao sexo. Por quê? Estes já passaram por um processo de socialização, pelo e no trabalho que executam, que lhes permite uma mobilidade maior de circulação na cidade, inclusive em relação aos pais, que muitas vezes não nasceram na capital. As experiências que vivenciam nesse modo de circular na cidade, pelo trabalho, vão imprimindo neles jeitos de perceber-se na cidade. O pertencimento, a forma como circulam e conhecem a cidade, extrapola a forma como os pais expressam esse sentimento de pertencerem à cidade, pois muitos circulam em espaços geográficos bastante restritos.

Além do trabalho que executam, o fato de contribuírem junto ao núcleo familiar com recurso financeiro e pelo conhecimento que adquirem “nas ruas”, os adolescentes, muitas vezes, principalmente nas famílias monoparentais femininas, ocupam o lugar de “provedor” e “homem da casa”. Dois dos discursos apresentados abaixo fazem menção a esse lugar que os adolescentes ocupam no núcleo familiar. No primeiro a mãe vai relatando que o filho adolescente, no caso precocemente, com 11 anos, quer trabalhar e vai demonstrando os argumentos que ele utiliza para convencê-la a deixá-lo estudar à noite e trabalhar.

Ele quer trabalhar. Por ele ele nem estudar, ele quer que eu consiga um colégio pra ele estudar de noite pra trabalhar. (Que idade?) Vai fazer 11 anos. Ele quer trabalhar pra ajudar. Conversa com ele e ele já fala, ah, minha mãe não quer deixar eu estudar de noite, eu queria ajudar, eu queria estudar e noite prá mim trabalhar. Ele acha que não precisa mais tá dependendo, assim. Ele acha que já pode se virar sozinho. Não sei, acho que é por que ele vê as dificuldades (...) Por isso, daí ele quer trabalhar. E as vezes as crianças querem uma coisa e ele diz: se eu tivesse trabalhando eu podia te ajudar. Porque tu não deixa eu trabalhar. Eu acho que tudo isso ele vê. Ele bota na cabeça que ele tem que trabalhar. (...) acho que por que antes o pai dele ajudava e agora é só eu, daí ele pensa que não, já que não tem o pai aqui, ele que é o mais velho tem que ajudar. Ele tem conversa de adulto. Não tem conversa de criança. Ele conversa como se ele fosse o responsável pelas crianças, se eu não estou em casa eu tenho que ser responsável pelas crianças. Tem que falar com ele. Acha que o pai dele não tá junto ele que tem que ser o responsável. Então ele acha que ele tem que trabalhar. Meu pai não tá aqui então eu tenho que trabalhar prá ajudar os pequenos. Ele tem isso com ele. (Entrevistada, 29 anos.)

No segundo relato, temos um exemplo de uma família nuclear, onde nos parece foi estabelecido um pacto no núcleo familiar de que todos iriam trabalhar e sustentar a casa, para o pai poder estudar. Um caso atípico, mas interessante. A mãe relata então, que devido à ausência do pai em casa, os filhos de 15 e 17 anos “*já tavam completamente tomando conta da casa. O pai deles tinha que estudar. Ele trabalhava até meio dia e daí de tarde ele ia, dava um jeito de estudar (...) Completamente eram eles que tinham que trabalhar*”.

Esse lugar ocupado pelos adolescentes homens, no núcleo familiar e perante a sociedade, pode ser vista a partir das dos estudos e conclusões de Colbari, (1995, p. 209) que afirma que teríamos no Brasil

“a configuração de uma ética de provedor de família que aciona, simultaneamente, padrões de comportamento tradicionais e a dimensão instrumental do trabalho que o dissocia de uma base religiosa e ética para afirmá-la no viés da racionalidade dos fins - o sustento da família”.

Essa representação social de provedor, uma versão da ética protestante do trabalho, está muito arraigada em nossa sociedade, mesmo que o modelo de família nuclear não seja mais o predominante, principalmente no caso da população universo desta pesquisa.

Nesse sentido as falas expressam algumas contradições quanto ao trabalho infantil, se é de todo ruim ou tem algo de positivo. Sempre que expressam o desejo dos filhos em trabalhar o que perpassa a fala é idéia de que existem somente dois caminhos para os filhos trilharem: o do trabalho ou da marginalidade. Nenhuma outra dimensão da vida é apontada como significativa. Mesmo o estudo, que é bastante referenciado pelos entrevistados, assume um caráter de condição complementar à possibilidade de um emprego ou de melhoria de acesso a outros trabalhos. Não aparece em nenhum momento nas falas a idéia de estudo como possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem.

4.3 As Representações Sociais das políticas de inserção social e Assistência Social

4.3.1 O PETI como inserção social e socialização

Neste item, apresentaremos trechos de todos os casos em que aparecem representações do PETI como fator de inserção social, a título de exposição, com pequenas análises, porém nos deteremos num especificamente, para aprofundar a interpretação e análise.

Caso 1 – Quando perguntada sobre o programa PETI respondeu: “foi a melhor coisa, voltei a enxergar”. Para ela o grupo é um lugar de divertimento, diz “que é o único lugar que pode ir, sentar e ficar escutando”, diz que adora quando chega o dia do grupo. Em relação ao grupo do programa atribui que “lá ganha mais”, fica uma hora e meia e adora quando precisa ir ao grupo, “gosto mesmo de estar lá”. O programa representa também um período de segurança, que significa planejar a médio prazo sua vida e principalmente, pois frisa muito isto, poder dar continuidade ao tratamento de saúde. Diz que *antes* de entrar no programa não podia continuar por não conseguir o medicamento necessário no SUS e também não conseguia ir nas consultas por não ter vale-transporte para se deslocar.

Caso 2 – Neste caso a entrevistada atribui ao programa o significado de “*conhecimento*”, na perspectiva que o grupo que participa cumpre a função de espaço de socialização, onde “*tem curso, a gente aprende muita coisa que não sabia, tem o grupo de mulheres, a gente desabafa. Tem espaço individual para as ‘coisas’ que a gente tá com vontade de falar e não quer falar prá todos*”. Quando se refere aos relacionamentos interfamiliares ela aponta que o programa contribuiu pois a “*a gente conversa, explica, vê o que está acontecendo*”. Exemplifica essa fala dizendo que ela e o marido não sabiam como resolver muitas coisas que aconteciam na relação com os filhos, diz que os dois “*não sabiam conversar*”, “*explicar*”, e que isto gerava atrito e que “*agora a gente tá tendo conhecimento como é que dá prá lidar*”.

com aquilo”, pois aprenderam que não devem ficar “guardando”, “fechado”, “castigando as crianças”.

Caso 4 – Este caso é curioso, pois o entrevistado já está desligado do programa e continua participando das reuniões do grupo. Quando perguntamos sobre o que pensa do PETI ele *“só que agora venceu meu prazo, eu tô indo ainda por ir. Por causa que eu acostumei e não posso (...). Acostumei assim com a turma e com as...”*. Esse discurso tem o significado de inserção social na medida em que este entrevistado foi demitido do seu trabalho devido a um acidente de trabalho. *“Me largaram”*, nas suas palavras. Neste sentido continuar participando do grupo do PETI, mesmo estando desligado e não recebendo a bolsa, representa a possibilidade de poder pertencer a um grupo. Sobre o grupo ele diz, *“achei bom, ensinou muitas coisas que eu não sabia, me ajudou um pouco também”*.

Caso 5 – Este caso é o de uma senhora, que como muitas, vieram do interior. O diferencial é que esta é a única que conseguiu contribuir para a previdência como autônoma, garantindo assim sua aposentadoria. Relata que utilizou o recurso dos programas que participou – NASF e PETI - para este fim. Nesse sentido, o programa cumpriu duas funções: um período de segurança no presente e, possibilidade concreta de segurança do futuro. Sobre o programa PETI quando do seu ingresso ela expressa o mesmo sentimento do caso anterior *“agora já fez amizade, vou sentir muita falta agora, do grupo. Eu vou sentir muita falta. Eu sempre vou continuar vindo aqui, eu podendo”*. O que este discurso trás de novo e que interessa neste caso, é que ela se refere à equipe do Centro Regional como muito atenciosa, *“eu sei que o dia que eu precisar deles aqui dentro de novo eu posso chegar, conversar com eles, que eu sei que eles vão dar atenção, toda equipe deles, eles vão me dar atenção”*. Para demonstrar o quanto isto é importante ela compara este serviço com aqueles oferecidos ou que faltam em sua região de moradia, diz, *“por exemplo, lá onde eu moro, não tem nada disso aí, se precisar... não tem lá. Se precisar alguém prá conversar, não tem, se precisar assistente*

social, não tem. Não temos nada mesmo ali, não temos nem médico. Nem médico, se precisar, tem que ir no Conceição". Esta fala demonstra as dificuldades de acesso às políticas sociais básicas enfrentadas por esta população e, o quanto são significativos os espaços onde podem ser "escutado", "conversar", o quanto estão "largados" em termos de políticas sociais.

Caso 7 – Este caso, a entrevistada representa uma liderança dentro do grupo, sua fala vai demonstrando isto na medida em que diz "*eu acho bonito aquilo ali, o grupo, sabe, se organizar. Elas, a maioria não faltam, tu falou que tem uma festinha, que nem, a gente... não tinha esse negócio de café colonial, pizzaria, não tinha. Depois agora que eu entrei, como elas me botaram como líder, aí eu comecei a falar com elas. Vou conversar com a Janete ver se não dá pra sair um pouco, ficar só na reunião, ir numa pizzaria, karaokê. O pessoal agora tá mais chegado, as mães tão gostando, porque tão participando*". Esse relato demonstra que este grupo está atento aos potenciais dos seus participantes e funciona como incentivo para as lideranças, à participação e, ao mesmo tempo traz algo de novo. Há uma demanda dos integrantes do grupo para além do espaço do grupo, para propiciar espaços de lazer e divertimento em outros ambientes. Poucos relatos fazem menção a algum tipo de lazer, sendo que do total de entrevistados, somente as três entrevistadas que o mencionam são lideranças em algum tipo de organização, pois têm acesso a outros espaços pela sua participação em comissões, programas, associação, cooperativas. Essa participação lhes confere um diferencial em relação aos demais integrantes do grupo e, neste sentido, funcionam como motivadores do mesmo. Têm um senso crítico também mais refinado em relação ao mundo e ao programa em si.

Caso 9 – Este caso é o de uma das entrevistadas que concluiu o segundo grau. É bastante crítica em relação ao programa e se diferencia pelo seu capital social. Conhece bastante a metodologia do programa e diz que na sua comunidade ela divulga o serviço do centro Regional da Assistência e os programas que disponibiliza. Quanto ao PETI, afirma que

serviram como um resgate “*aprendi uma auto-estima na vida da gente*”. Ela realizou um curso de costura durante o tempo que está no Programa, mas critica o governo afirmando que “*somente o curso não é suficiente*”, diz que “*seria necessário incentivo financeiro para montar um negócio, comprar máquinas*”, que fazem parte dos seus planos.

Caso 10 – Este caso faz referência ao grupo como espaço de discussão de temas e expressa alguns como “sobre o marido em casa, sobre a família, sobre doenças” e também os espaços de lazer como “tem visitas, passeio, passeio pro café colonial, passeio prá Barra do Ribeiro, pizzaria, churrascaria, vários passeios, pro zoológico. Esse ano vai ter passeio pro zoológico, não sei certo, parece que vai ter” Reforça, como outros relatos a questão de como a equipe atende e diz “*não sei, elas são bem atenciosas, elas*”.

O caso a seguir, apresentaremos de forma diferenciada, pois o discurso produzido e a situação desta contratante em relação aos demais no programa PETI, é atípico. Vamos apresentá-lo, enquanto tal, por consistir um interessante material em relação ao que se propõe este trabalho. Segue um trecho do caso conforme o construímos, a partir da entrevista.

Caso 3 - Família com quatro pessoas. A entrevistada veio com os pais do interior do estado, Porto Xavier, com “*o sonho de uma vida melhor*”, porém “*a gente encontrou uma realidade diferente daquilo que sonhava e se esperava*”. Sua trajetória de trabalho inicia com 10 anos, quando chega em Porto Alegre. A entrevistada se autodenomina de “pedinte”, que significa pedir comida, roupas nas casas da região, para levar para casa e sustentar os irmãos menores. Depois desse tempo passou a trabalhar numa cooperativa de reciclagem na Vila Nazaré, das 8 da manhã às 8 da noite, comia no meio do lixo mesmo. A entrevista foi realizada no Clube de Mães Margarida Alves da Vila Dique, na sala onde acontecem as reuniões e a coordenação do Programa Federal Fome Zero, do qual a entrevistada é coordenadora. É o seu espaço enquanto liderança da comunidade, onde atende, entrevista e visita pessoas, faz entrega de cestas básicas de alimentos, realiza encaminhamentos e reuniões

com as mães e crianças que pertencem ao programa, em conjunto com o Posto de Saúde da vila. Estava na sala a entrevistada, sua filha adotiva de cinco anos e a entrevistadora. A entrevista foi interrompida duas vezes pelo telefone, pois a mesma recebeu ligações de representantes de secretaria da prefeitura de Porto Alegre. A entrevistada, por ser liderança comunitária, possui vários contatos interinstitucionais e é requisitada em determinados momentos seja por pessoas que estão inscritas no programa, seja por pessoas da comunidade que buscam algum tipo de recurso e por representantes de instituições (reuniões) com as quais o programa mantém relação. Este discurso tem como pano de fundo duas situações importantes que se entrecruzam e se determinam até: a primeira diz respeito à “perda”, pois esta mulher traz uma perda de uma filha de oito meses que mobiliza diversos recursos, inclusive que acaba por ser motivo de incentivo, depois que passa à depressão de dois anos que ela relata. Quando sai dessa depressão, ela diz *“aí eu tomei uma decisão de começar uma nova vida”*, isso significa iniciar seu trabalho junto à comunidade, como alguém que quer ajudar os seus de proximidade. Ela conclui que no início era *“envolver-se com coisas ‘pequenas’ da comunidade”*, mas que com o tempo *“foi tomando uma dimensão, que hoje eu posso dizer, que eu perdi totalmente o controle”*. E a partir daí Deus me recompensou. Ou seja, quando começou a deixar de se preocupar consigo e sim com o outro, foi recompensada e *“eu comecei a me sentir útil, feliz”*. Essa parece ser a segunda situação relatada pela entrevistada que significa um marco na sua trajetória. A anterior é quando relata que na sua adolescência, aos 14 anos, faz um balanço da sua situação, de trabalhar e não ter outros direitos garantidos (estudar, brincar) e passa a fazer uso de maconha, buscando nessa droga uma saída para essa situação de vida. E nesta situação relata que começou a frustrar-se com o uso da droga e percebeu que *“quanto mais eu usava, menos ela me dava aquilo que eu achava que ela tava me dando”*. *“Acabei decidindo fazer um tratamento, parar. Fiz um tratamento, mais espiritual do que medicinal, por que eu comecei a procurar a igreja, uma igreja*

evangélica”. É um marco pois, apesar dela relatar que recorreu a um recurso, à igreja, um tratamento espiritual, ela foi quem decidiu parar com o uso e buscar tratamento. Ao mesmo tempo representa um marco na medida em que ela diz que depois do tratamento ela teve uma filha (de outro relacionamento), conheceu o marido com o qual vive até hoje. Talvez fossem três situações, pois quando a filha de 14 anos fica internada dois meses no Cardiologia, com problemas sérios de saúde, com risco de uma “nova perda”, também é um marco, pois ela larga as atividades com a comunidade, faz uma ruptura com esse trabalho. Porém quando ela deixa de estar em risco, a “perda” não é algo que ameaça, ela retoma o trabalho com mais intensidade *“aí comecei a lutar pelos critérios das pessoas, comecei a ver que dava certo aquilo ali, que não apenas um, mas todos, lutando pela mesma coisa prá dar certo”*. *“Eu, a partir do momento que eu conseguia melhorar esse aspecto da minha cabeça em relação a minha filha (perda), e comecei a pensar: tudo bem se não tive (outro filho-gravidez), não tem problema, eu ia continuar a vida mesmo assim”*. Quando ela decide seguir, ela tem duas novas surpresas. A primeira é que aparece uma criança, ainda em gestação, cuja mãe lhe propõe a adoção no nascimento, e assim se faz. A outra é o seu envolvimento enquanto liderança: primeiro como delegada do Orçamento Participativo, depois na sua reeleição depois de um ano e, por último, quando passou a coordenar o Núcleo do Fome Zero daquela vila. Nas três situações ela se identifica como quem fez a ação, mesmo que atribua depois aquilo a Deus, por exemplo, e todas têm relação com a questão da doença. Frase anterior mal escrita Perda, que vira doença, que não se resolve, que nada ocupa o lugar deixado, apesar de tentativas de colocar algo no lugar (atividade na comunidade); Doença da filha adolescente, cujo risco de perda se coloca à porta novamente e; a doença e quase perda da filha adotiva, pois contaminou-se com a leptospirose cujas complicações para outras áreas do organismo foram sérias e também reapareceu o risco da perda. Em relação a sua passagem por dois programas da Assistência, o NASF e o PETI a entrevistada relata que o seu ingresso no

NASF foi feito por iniciativa do Centro Regional Noroeste de Assistência Social, devido à situação de saúde da filha adotiva, que estava internada e começou a faltar recurso alimentar e passagens. Segundo ela, a equipe já havia demonstrado iniciativa de atender sua família, porém nunca “se encaixava nos critérios” dos programas. A situação de saúde da filha menor (cinco anos), hospitalização por três meses, foi o critério para o ingresso neste programa, onde permaneceu um ano e meio. Com o recurso monetário do programa, informa que conseguiu realizar melhorias na casa, especificamente no piso. A localização dessa vila onde vive a entrevistada tem uma peculiaridade: é ao lado do terreno do aeroporto de Porto Alegre, e segundo a moradora, as decolagens e as aterrissagens provocam rachaduras nas paredes e piso da casa, correndo o risco de desabamento a longo prazo. Ela define o ingresso no programa como “*o primeiro empurrão que o governo me deu, foi esse tipo de ajuda*”. A ajuda refere-se ao programa NASF da Assistência Social, e tem a conotação de não direito ainda, pois é uma ajuda, numa situação limite de vulnerabilidade ou risco social, no caso de saúde, prolongado, que afeta a base econômica e emocional do núcleo familiar.

O ingresso no PETI não difere, pois o motivo de ingresso é novamente a situação de saúde da filha adolescente, por problemas cardíacos e a equipe do Centro Regional, por conhecer a entrevistada pelo lugar ocupado como coordenadora do Fome Zero, como liderança como ela se denomina, de fazer “*esse tipo de desenvolvimento de comunidade*”, ingressa no programa.

Perpassa este discurso uma representação de que estar no programa tem o mesmo sentido do trabalho, onde recebe uma bolsa (retribuição) pelo seu trabalho na comunidade (contrapartida). Articula as duas dimensões do trabalho: retribuição e contribuição. Relata que só possível fazer o trabalho que faz, por ter uma fonte que a sustenta, que é a bolsa do programa. Todo o discurso deixa claro que o trabalho desta entrevistada é ser liderança comunitária, coordenadora do Fome Zero e ela conclui a entrevista se referindo ao seu

trabalho com a seguinte afirmação: “não é uma profissão, mas é um trabalho! Essa é a Enedina!”. Ao relatar o que exatamente é o seu trabalho ela relata que “*esse tipo de trabalho que eu faço, ocupa todo o meu tempo praticamente, estou envolvida em reunião, envolvida em trabalho como visitas nas casas das pessoas que são atendidas aqui (Fome Zero)*”. Em nosso entender ela expressa um tipo de profissionalização da atividade. Ao mesmo tempo ela demonstra no discurso os conhecimentos que detém e que são passados às mães das crianças em risco nutricional nas reuniões onde são entregues as cestas básicas de alimentos. A entrevistada diz que fazendo este trabalho ela conheceu muita gente importante nas reuniões e que estas fizeram com visse que tem valor, “*me ajudaram a ver assim que se eu realmente tiver vontade não existe barreira*”. Relata que pelo fato de ter estudado somente até a 4ª série encontrou situações de discriminação, e diz, “*por que tu vê, uma pessoa simples, sem cultura, sem instrução, de nada, em meio a políticos famosos, tu vê né?! “Quem sou eu prá estar no meio de toda essa gente?”*. Apesar de se perguntar sobre sua capacidade conclui com uma frase dita por um professor a ela: “*levanta tua cabeça e pensa assim: eu sou um ser humano tão especial quanto eles*”. Ela refere que constantemente quando está em lugares diferentes do seu contexto de moradia, onde circulam pessoas de outra classe social, os pensamentos de que não deveria estar nestes espaços e que de que não teria potenciais lembra e concorda com essa fala:, “*se realmente tu acredita em ti mesmo as coisas mudam*”. Frase mal escrita Essa fala da valorização por essas atividades pode ser analisada sob o seguintes aspectos: a questão da vulnerabilidade social/desfiliação. Esta contratante do programa expressa uma trajetória de muita luta pela sobrevivência, pelo acesso a serviços de saúde e assistência principalmente, bem como uma trajetória de inserção pela via da militância junto a sua comunidade, com potencial de liderança nata. Apesar dessas dificuldades econômicas, estudo, pobreza, não inserção no mercado formal, ela demonstra como se vê enquanto alguém sem capacidade, mas vai se descobrindo pelo olhar de outros que vêm nela esse potencial, e que lhe resgatam a

auto-estima, ela consegue garantir sua inscrição social pelo viés do trabalho como liderança voluntária e pelo reconhecimento por políticas sociais de governo (Ass. Social, Fome Zero, orçamento participativo, etc.) Esfera pública como lugar de reconhecimento, sem trabalho no mercado de trabalho garante sua inscrição social, um pertencimento social. E aponta ainda para um futuro, pois ela relata que todos que a conhecem dizem que ela deveria tornar-se vereadora da cidade, por essas duas vilas onde milita. Ela diz “*eu acho que é um sonho deles, mas talvez não seja o meu*”, apesar de negar inicialmente, ao falar das dificuldades disso se tornar realidade demonstra que é uma idéia presente, fermentando no seu pensamento, e está tomando forma. Ao mesmo tempo segue no seu discurso falando do seu perfil pessoal de batalhadora, de “*saber levar um não*” e seguir, das questões que já contribuiu nessas duas comunidades, do lugar que ocupa de “*representante de todos os Núcleo do Fome Zero da Grande Porto Alegre*”, consegue expressar o quanto sua inscrição social, os processos de socialização que experienciou se deram pela via do trabalho.

Podemos concluir através deste discurso e dos casos acima as diferentes expressões da função social que o programa PETI desempenha para os contratantes. A primeira refere-se à função de socialização secundária que o grupo desempenha. Ao expressarem os novos conhecimentos, os lugares, a grupos, instituições, cursos, aos quais tiveram acesso faz com que se vinculem ao programa e à equipe como aquela que lhes atribui reconhecimento.

Neste último caso apresentado, em que o programa é sinônimo de trabalho, também os novos espaços de circulação deste sujeito funcionam como socialização, pois ela é reconhecida nestes pela função que desempenha, no trabalho de desenvolvimento de comunidade, como ela mesma denomina. Outras expressões desta socialização podem ser observadas nos demais casos.

4.3.2 A travessia: da ajuda para o direito

Os entrevistados fazem referência a aspectos do programa que podemos identificar como positivos, e ao mesmo tempo, podemos perceber que há uma sinalização de que estar no programa, apesar de fazerem analogias, não é igual ao trabalho. Os aspectos apontados como definidores desta distinção são a questão do trabalho significar liberdade e estar no programa significar ajuda. Estar no programa supõe fiscalização, tempo determinado desconhecimento dos critérios, insegurança quanto aos métodos avaliativos, o que gera um sentimento de não controle sobre como o programa se organiza, os contratos, e ao mesmo tempo não têm familiaridade com a sua metodologia, o que devem fazer em relação ao que acham que devem fazer. Já o trabalho é significado como segurança, garantia, poder fazer o que quiser, ir para onde quiser, não ter a sensação de estar sendo vigiado pelo que pensa, pelo que faz.

Sobre a bolsa, uma das entrevistadas diz que “tendo um emprego, tem um salário, não precisa depender de bolsa.. Prá mim a bolsa *“tá sendo um salário”*, *“estou contando com aquilo ali”*, mas ao mesmo tempo traça uma diferença entre a bolsa e salário resultado de um emprego. Diz que a bolsa *“é uma coisa insegura, não tem certeza. Não é certo porque a gente assina um contrato de seis em seis meses. Agora este ano nós estamos assim sem saber se vai assinar contrato ou não”*. Esse discurso é reflexo da situação de mudança na gestão da prefeitura após as eleições, os técnicos estão passando para os integrantes do programa que podem haver mudanças, e a não assinatura do aditamento do contrato materializa essa insegurança. Ela relata em seguida as regras do contrato, dizendo que sua responsabilidade é *“manter as crianças no colégio, participar das reuniões, tudo dentro das regras, não pode faltar, não pode faltar com eles lá”*, referindo-se às técnicas do programa família e do SASE.

No caso acima ela diz, receber a bolsa é sinônimo de controle, pois *“a gente tá sempre ali, fazendo certinho. Fica com medo de se faltar é capaz de perder a bolsa”*.

“Porque a gente recebe a bolsa e tá sempre controlado, não pode dizer que vai fazer uma coisa, porque tu tem medo que alguém vai lá... tu tá sendo controlado. Porque elas controlam, o que tu tá fazendo. Não era assim, vou viver do jeito que eu quero”. Nesse sentido ela diferencia novamente a bolsa de salário e completa dizendo que “posso trabalhar e ser livre”. Diz que não quer chegar a velhice dependendo do “governo”, “dos filhos” e “dos outros”, “queria que tivesse um meio da gente sobreviver trabalhando ou construindo uma coisa na vida”. Ela tenta fazer um discurso de como seria viver de uma bolsa do governo, mas nem chega a construir e já descarta a possibilidade dizendo: “ não teria como”, e se pergunta: “não fazer nada na vida?” “viver só daquilo?” Diz, sob forma de conjecturas e pergunta ao mesmo tempo “se o trabalho desse prá mim sobreviver e trabalhar e conseguir, seria o trabalho, né?”

Outra fala expressa um ato falho da entrevistada em relação ao programa se referindo a ele como “*empregozinho*”. Ela está se referindo a reclamações que algumas pessoas fazem em relação à obrigação de participar dos grupos, assumida no contrato. Ela diz que quem “*quem reclamar assim desse empregozinho aqui, desse compromisso de vir duas vezes por semana, não sabe o que é trabalhar. Por que esse aqui não é... é um compromisso sim, mas não é um compromisso pesado*”. Nesta mesma representação de que há um valor atribuído ao trabalho que nem de longe a bolsa parece significar para estas entrevistadas. A fala a seguir expressa bem o que a anterior demonstrou.

Tendo emprego tem um salário, daí não precisa depender de bolsa. Tendo um salário fixo que a gente... Nós aí todo esse tempo trabalhando de papeleiro a gente não tem aquele salário... eu vou esse mês vou confirmar com uma pessoa ali que eu vou pagar tanto por que eu não sei quanto eu vou ganhar. A gente tando trabalhando, carteira assinada, vou chegar no fim do mês você sabe de onde que é.. você vai ganhar tá sabendo.. então é isso aí. É mais garantido. (E esse que a sra recebe é igual um salário ou é diferente?) Prá mim ele tá sendo um salário, to contando com aquilo, se chegar no dia de receber é aquilo ali.

Diferencia (emprego) que a gente dá, a gente tem os compromissos, não é aquilo garantido da gente ter, tá arriscando um momento eles dizem que vão parar de dar a bolsa a gente fica... como já aconteceu agora. Nessa reunião que a gente teve Quinta feira a Janete falou, olha não sei se vai atrasar a bolsa, porque vai depender que não foi assinado os contratos. A gente fica naquilo, já pensando, pensou se faz uma conta e chegar no final do mês não vai poder pagar, por que não recebeu!? Fica em dúvida sempre .

É interessante ressaltar que em quase todos os discursos, cogitamos na pergunta a possibilidade de receberem a bolsa por tempo indeterminado, todos expressam que foi importante o tempo no programa, recebendo a bolsa, mas não conseguem articular um discurso de como seria viver de uma bolsa sempre. Sempre retornam a como seria importante um trabalho, garantias, liberdade, ter o direito ao trabalho. É interessante, porque existe um discurso que circula na sociedade de que estes programas com repasse financeiro induziriam as pessoas à indolência. Parece que não é cogitado por nenhum dos entrevistados. Alguns até gostariam de permanecer no programa ou ingressar em outro. Alguns pelo recurso financeiro como apontado anteriormente, por significar a aquisição de bens para a casa, outros pelo fato do programa significar espaços de aprendizagem, socialização, algum tipo de reconhecimento.

4.3.3 Programas “como Graça de Deus”

A primeira representação de programas da assistência social expressa em quase todos os discursos, é a de assistência como “*ajuda solidária*”. Essa, tem como pano de fundo a idéia de assistência enquanto prática assistencial, anterior ao status de política pública, ou seja, direito do cidadão.

Não encontramos em nenhum momento nos discursos a articulação ou referência a Deus em relação ao trabalho, porém, quando perguntamos como entendem o programa do PETI ou se referem à assistência social essa relação parece “natural”. As referências a Deus em relação ao programa aparecem nas seguintes expressões: *Graças a Deus* aparece 17 vezes;

Tomara a Deus, Se Deus quiser e Bênção de Deus, duas vezes cada e; *Agradeço muito a Deus*, uma vez.

No contexto dos discursos todas essas expressões são usadas quando está se reportando ao PETI, como podemos ver no quadro a seguir. Podemos agrupar as expressões entre aquelas que se referem a ações, atitudes, da equipe técnica referindo-se ao fato das técnicas dos programas terem “selecionado”; “entendido”; “acreditarem”; “a melhor coisa”, “escolhida”; “eles conversam” e; “eu tive muito apoio aqui”. Outras referem-se ao cumprimento das cláusulas contratuais como “cumpro as regras do programa”; outras referem-se ao dinheiro da bolsa em si, como “vou comprar as coisas de mais necessidade”, de significar a “possibilidade de fazer o tratamento, comprar óculos, comprar coisas para casa, enxergar” e; de permanência no programa por um tempo a mais. Outra, ainda, refere-se a importância da existência desse tipo de programa, como “hoje tem esses programas”, “eu vou arrumar outro programa”, “eu consegui entrar, eu to lá”, “foi uma ajuda”

Quadro 5– Expressões usadas pelos entrevistados em relação ao PETI

Expressões		
“Graças a Deus”	“Tomara a Deus”	“Se Deus quiser”
Elas entenderam	Que eu fique mais um tempo	Vou compra as coisas mais de necessidade
Eu estou lá	Eu fique mais um tempo no programa	Eu vou arrumar outro programa.
As gurias acreditaram no que contei		
Conseguiu os óculos		
Conseguiu a consulta		
Eu fui né escolhida		
Hoje tem esses programas	Bênção de Deus	Agradeço muito a Deus
Eles começaram a melhorar na escola	Entrar no Programa	Ter entrado no programa e não faltar comida, gás
Eu tive muito apoio aqui (Cecoflor)	Esse dinheiro (bolsa PETI)	
Eu fiquei 4 anos		
Eles conversam		
Eu tive sorte		
Depois que eu entrei pra cá melhorou		
Hoje eu fico com os meus filhos em casa		
E eu consegui entrar no PETI		
Foi uma ajuda (o Peti)		
Tá sendo ótimo o dinheiro dá pra comprar a comida do mês		

Essas expressões revelam que mesmo que a Assistência Social tenha alcançado o *status* de direito, ainda perpassam nas falas dos sujeitos a herança das *velhas* práticas assistenciais, que, segundo Castel (1998, p. 47), datam do contexto histórico da Idade Média. A lógica assistencial se configurou com algumas características, segundo ele, que permanecem até os nossos dias, quais seja: “uma construção de um conjunto de práticas com função protetora e integradora”; “esboços de especialização e tecnicização”; a localização das práticas, se intra ou extra-institucionais” e; definição de critérios de acesso: o pertencimento comunitário e a inaptidão para o trabalho, além da carência”.

Quando os entrevistados fazem referência a Deus para explicar como entendem seu ingresso no programa, não demonstram os critérios de ingresso que conhecem pelo contrato, mas sim se referem a uma prática que parece não ser clara aos seus olhos. Nesse sentido atribuem a uma entidade externa, Deus, agradecendo como, se este, fosse o responsável pelas decisões tomadas pelas equipes ao decidirem pelo ingresso de alguém no programa. As expressões “eu tive sorte”, “elas entenderam”, “fui escolhida”, “acreditaram em mim”, denotam que mesmo conhecendo os critérios não sabem muito bem como funciona, qual é a lógica. Faz parecer que não existe uma avaliação técnica e sim que depende de como a equipe vai proceder, em cada caso. Mesmo quando demonstram querer permanecer mais tempo ou retornar a outro programa, não têm certeza de como isto se procede.

Entendemos que essa incerteza e insegurança é fruto de um longo período de práticas de cunho assistencialistas no que diz respeito ao sócio-assistencial. Uma das principais dificuldades de ser entendida enquanto direito tem a ver com o fato de que a Assistência Social não é universal como outras políticas como a Saúde e Educação, por exemplo. Pode-se dizer que ela é universal, mas para demandatários específicos. O que os define é a necessidade, como diz a LOAS: “aqueles que dela necessitarem”.(Brasil, 1993)

As expressões que descrevemos acima quanto ao programa estão relacionadas às principais características do assistencialismo, referidas anteriormente no capítulo 2. A primeira delas diz respeito a práticas voltadas para problemas individuais, por isso os discursos referem-se à forma como os técnicos os escutam, pois entendem que ao contar sua história, sua situação ou problema pessoal ou familiar, isso significa a chave para acessar os serviços desta política. Outra característica da prática assistencial é a de que é eventual, incerta e contingencial. Nas entrevistas, podemos ver que esta população é atendida há muito tempo por esta política, o que significa que tem uma experiência em relação a esta, de como funciona. Se entendem que foram escolhidos de forma aleatória, para ingressar, acreditam que passado um tempo, podem ser atendidos novamente.

Alguns discurso inclusive falam que vão aproveitar enquanto está no programa, pra fazer o que for possível, pois sabem que vai acabar. Isso pode ser entendido sob a ótica de suas trajetórias onde a constante é a incerteza.

Poucos discursos referem-se ao programa como ações propostas por governos, somente quando fazem críticas a estes, fazem menção ao governo ou aos políticos como responsáveis pelos mesmos.

4.3.4 O Programa PETI: as críticas e sugestões que os discursos expressam

Em todas as entrevistas aparecem críticas ao programa de modo geral, a maioria já explicitada, principalmente nas representações de trabalho infantil e pobreza. Aqui faremos somente uma síntese e listagem daquelas que foram sendo expressas ao longo dos discursos e que constituem importante material a ser considerado, nesta fase final de pesquisa e de construção desta dissertação, onde nos deteremos a delinear as conclusões:

a) sugerem uma maior fiscalização pro parte do gestor, governo, quanto ao cumprimento das regras contratuais. Sugerem visitas mais frequentes aos domicílios, controle

dos gastos feitos com a bolsa; sugerem como parâmetro as aquisições e melhorias feitas na e para casa. Estas visitas seriam também para identificar os desvios do dinheiro da bolsa para outras aquisições ilícitas;

b) a metodologia deveria prever um trabalho mais intensivo e direto da equipe do programa com as crianças e adolescentes, não tanto com os contratantes, pois estes relatam as dificuldades que enfrentam em garantir a saída dos adolescentes das atividades de trabalho que realizam;

c) os programas oferecidos como jornada ampliada, o SASE e Trabalho Educativo de Porto Alegre e o Agente Jovem, do Governo Federal, quando os adolescentes saem do programa deveriam ser mais atrativos às crianças e adolescentes;

d) criticam o fato dos adolescentes não poderem trabalhar durante o programa e quando estes se desligam, devem migrar para o Agente Jovem. Estas críticas referem-se ao valor da bolsa de 65 reais que não é atrativa em relação aos ganhos adquiridos pelo trabalho. Também a metodologia do programa não é atrativa, tem caráter de obrigação e o conjunto do programa não faz sentido para eles, fazendo com que participem a contragosto;

e) fazem críticas em relação ao alcance do programa. Dizem que quando os governos “enchem a boca” para dizer que o programa deve atingir a linha pobreza isso seria uma falácia, pois o dinheiro não é suficiente e necessita ser complementado com algum tipo de atividade de trabalho.

Neste capítulo as entrevistas foram analisadas considerando o contexto em que foram produzidas; os eixos temáticos identificados na perspectiva de demonstrar os elos existentes entre essas representações e as vulnerabilidades sociais. Elas revelam que na constituição das representações, diversos elementos, instituições, são acionados e estabelecem

relação de interdependência entre si na sua produção e reprodução e são significativos na configuração de suas trajetórias e da forma como compreendem seu mundo.

As representações sobre o trabalho expressam que, frente a situações de sofrimento, penosidade, discriminação quando relacionado à organização e condições do trabalho, ou adoecimento por este os sujeitos criaram mecanismos de defesa. Quanto ao PETI, elas expressam as formas como os processos de socialização propiciados pelo programa e pelos tipos e locais de trabalho que já realizaram interagem com as representações e experiência prática que têm do trabalho, trabalho infantil e configuram especificidades nas suas trajetórias.

As representações que emergiram sobre o trabalho, expressam o quanto é desafiador alcançar os objetivos do PETI, sendo o trabalho uma via de inscrição social para os adolescentes do Programa.

Em relação às representações apontadas pelos discursos quanto aos programas com repasse financeiro, e ao PETI especificamente, podemos concluir que prevalece ainda uma noção de “ajuda” em detrimento de uma idéia de direito social. Essas representações apontam para desafios tanto na perspectiva da inserção social quanto do alcance da assistência enquanto seguridade social.

5. CONCLUSÕES

O objetivo do PETI, de “tirar as crianças do trabalho”, é um grande desafio. Este trabalho, via expressão dos contratantes do programa, aponta que se colocam dois desafios para efetivá-lo. O primeiro, caracteriza-se pelo caráter *compulsório* assumido pela retirada das crianças dos trabalho e a obrigatoriedade do ingresso destes em programas de jornada ampliada. No outro extremo, a opção pela erradicação pela via *pedagógica*, que passa pela sensibilização dos pais, das crianças e dos adolescentes, quanto aos prós e contras do trabalho infanto-juvenil, nos parece, não tem mostrado sucesso, se considerarmos os discursos produzidos pelos contratantes e a forma como se referem também às representações dos filhos quanto ao trabalho. Nos perguntamos se uma política ou pasta de governo é capaz de tamanha ousadia, quanto a uma questão tão arraigada em nossa sociedade e muitas vezes legitimada pelas instituições que desempenham o papel de socialização em nosso contexto social.

Para efeitos de erradicação do trabalho infantil, nos parece necessário medidas a longo prazo. O caráter pedagógico deve prevalecer em detrimento de ações mais fiscalizadoras e compulsórias. Como vimos neste trabalho, as formas e os espaços de socialização das crianças e adolescentes, assim como as instituições sociais que de certa forma contribuem para a legitimação ou modificação das representações que estes beneficiários expressam, sinalizam para a complexidade do objeto deste programa.

Outro aspecto, não menos importante, refere-se ao gestor desse programa. Este está vinculado a uma política que alcançou este *status* recentemente. Significa dizer que permanecem ainda presentes as representações sociais de ajuda, de benesse, de dever moral, longe ainda daquilo que a LOAS preconiza enquanto “direito do cidadão e dever do Estado”, desde sua promulgação há mais de 10 anos.

Significa dizer que um programa que propõe a garantia de direitos das crianças e adolescentes de brincar, estudar e acessar outros conhecimentos e experiências, propostos

pelo ECA, também ainda não foram absorvidos e assumidos pela sociedade com valores iguais em todos os estratos sociais, ou seja como direito. É possível, a partir daí, vislumbrar o desafio. Como esta política, que não é reconhecida pela sociedade pelo viés do direito, pode afiançar direitos a seus beneficiários? Pois para o programa alcançar a eficácia, eficiência e efetividade prevista necessita de diversas interfaces com instituições como escolas, conselhos tutelares, secretarias de trabalho e renda e de cultura, universidades; e ao mesmo tempo aquelas que representam os interesses da sociedade civil organizada.

Essas discussões sobre o trabalho perpassam todo o período em que os beneficiários ficam no programa e permitem perceber as representações sociais construídas a partir desta categoria. Ao mesmo tempo, apontam para uma contradição inerente ao programa que cria expectativa nos adultos de possibilidade de trabalho e inserção num contexto em que cada vez há menos lugar e possibilidade de trabalho para todos.

Parece que as representações funcionam da seguinte maneira: os pais representam o trabalho com o um valor, passado de geração a geração, e as repassam aos os seus filhos. Enquanto *experiência prática* o trabalho produz sofrimento e penosidade, é fator de discriminação, é violação de direito (trabalho infantil), não garantidor de direito no presente e para o futuro (sem previdência). Enquanto *representação social*, lhe é atribuído um valor positivo, de valorização, de reconhecimento, liberdade, como construtor de uma identidade, que afiança a cidadania, que significa inserção social.

Como os pais atribuem ao trabalho os valores positivos apontados acima, as experiências de trabalho dos filhos significam uma possibilidade de fazer encontrar os sentidos às experiências práticas. Os contratantes, dadas suas trajetórias, vêem o futuro dos filhos e as condições conjunturais atuais melhores daquelas que vivenciaram. Eles expressam isso quando se referem às facilidades atuais de acessos à escola, centros comunitários, cursos

nas escolas (línguas, dança, informática, outros) e em outras organizações da sociedade civil (profissionalizantes e culturais - padaria, informática, estética, serigrafia e Hip Hop.).

A trajetória dos pais enquanto trabalhadores inseridos em serviços precários, temporários, sem garantias, é repassada para os filhos não pela experiência prática, mas enquanto valor representado socialmente. Neste caso a representação social incentiva, a nosso ver, as práticas e desejos das crianças e adolescentes em trabalhar, mesmo que de forma indireta e inconsciente.

Antes das mudanças em curso no mundo do trabalho, nos parece que a cidadania salarial garantia direitos numa perspectiva coletiva, sendo que atualmente as ações do Estado via programas, caracteriza uma mudança na definição da localização dos sujeitos. Neste contexto, os usuários das ações do Estado mas de forma individualizada, nos locais de residência, como que descolados de uma idéia cidadania para todos. As ações tornam-se fragmentadas, visam resolver problemas individuais segmentados dos sujeitos e, localizam-se próximo aos locais de moradia destes. Estes sujeitos não encontram-se amparados por algo que possuem em comum, por “instâncias portadoras de sentido”, como diz Castel, e que a condição salarial afiançava. Nesse sentido os sujeitos buscam por este “amparo” junto aos serviços oferecidos pelas políticas sociais. Porém as demandas, que contém uma unidade, pois referem-se a busca pela inserção social, são fragmentadas na sua especificidade. Nesse sentido ocorre um processo de individualização das questões que antes eram garantidas pela condição salarial se individualizam. Nos perguntamos o que o futuro reserva a estes sujeitos em termos de inserção? Que demandas produzem essa condição de *desfiliação* às políticas sociais? Estarão estas preparadas para absorver esse sujeitos/produto social? O que estes buscam nas políticas, esse lugar de reconhecimento, que lhe dê sentido às suas vidas, as políticas podem fazê-lo. Os programas de inserção social, de renda mínima, estão estruturados

para dar conta do desafio que lhe é colocado? De assumir o que antes era garantido pela condição salarial?

A Assistência Social caracteriza-se por ser uma política que não é um fim em si mesma, mas um meio, na perspectiva de articular as demais políticas sociais e voltada para as necessidades históricas e coletivas. Ao mesmo tempo herdou representações que a colocam em oposição ao trabalho, destinada aos inaptos ao trabalho. Neste sentido programas que visam a inserção social, enquanto projetos não focalistas e emergenciais, devem ser definidos a partir de uma patamar societários, considerando um conjunto de estratégias necessárias para cumprir a função de assegurar os cidadãos, devem ser assumidos como estratégia de desenvolvimento social e de redução das desigualdades sociais, logo assumido pelas políticas de cunho social e de desenvolvimento econômico, pois extrapolam as competências da Assistência Social.

As representações de trabalho e programas de inserção expressos pelos contratantes do PETI apontam para alguns limites e possibilidades.

O contexto de vulnerabilidade social que tentamos descrever a partir dos elementos apontados pelos entrevistados nos indicam que existe uma idéia de que essas condições não seriam engendradas por um contexto histórico e social. Expressam nitidamente representações que essas situações têm origem nas capacidades individuais de cada sujeito. Seguindo esta lógica, os próprios entrevistados e as instituições com as quais estes se relacionam, onde procuram serviços, ou onde são atendidos compactuam com essa idéia e isso tem repercussões na forma como as respostas podem ser desenvolvidas. Um exemplo que citamos do conselho tutelar em relação a deslegitimar o papel da família pode ser visto como exemplar. Parece que os sujeitos absorveram essa idéia de que suas capacidades é que farão a diferença. Por outro lado referem que não têm suportes para dar conta desse propósito e procuram os serviços das políticas públicas, principalmente.

O contexto das mudanças em curso da sociedade salarial, onde aumenta a olhos nus o número de cidadãos aptos ao trabalho mas que não encontram emprego, apontam desafios e limites às políticas sociais, no campo da redução das desigualdades sociais e enfrentamentos à pobreza. Isso para a política de Assistência Social significa dizer que aqueles que vão passar a procurar seus serviços tem outro perfil em relação ao beneficiário que tradicionalmente acessou seus serviços. As trajetórias destes cidadãos serão marcadas pela inserção no mercado de trabalho, mesmo que precariamente, mas não encontram lugar assegurador de suas inscrição social. Buscarão nesta política, respostas às suas demandas.

Pra dar conta do objeto de estudo que deu origem a esta dissertação é necessário frisar a importância da articulação de contribuições de diferentes áreas do conhecimento, principalmente da Sociologia e Psicologia Social, bem como da Antropologia. A transdisciplinariedade se justifica não como mera articulação de diferentes áreas do conhecimento, mas a partir da idéia de que é pressuposto para entender e analisar a relação sociedade e indivíduo: o social. Existe uma interdependência entre esses conhecimentos no mesmo sentido de que a interdependência entre os indivíduos configura a sociedade, defendida por Elias.

Importa salientar que, no início dessa travessia, na defesa do anteprojeto a uma vaga neste programa de pós-graduação a banca questionou quanto a linha de pesquisa onde melhor se inseria este projeto: se no trabalho ou políticas sociais? Nossa defesa foi de que perpassaria as duas áreas, mas como tínhamos de fazer uma escolha devido à estruturação do programa de pós optamos pela linha do trabalho. Acreditamos que foi sem dúvida a melhor escolha, haja visto que abriu a possibilidade de refletir sobre a relação assistência social e trabalho sob nova perspectiva, pelas representações sociais presentes nos discursos dos entrevistados e as possibilidades de inserção social.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro/RJ: Forense Universitária, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa/PT: Edição 70 : 1977.

BOSCHETTI, Ivanete F. Saídas para a “crise”: o debate teórico em torno do programa de renda mínima francês. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento?**. São Paulo/SP: Cortez, 1997.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Disponível em <www.mds.gov.br/secretarias/secretaria04_06.asp> Acessado em 2 jan 2005.

_____. Disponível em <www.mds.gov.br/bolsafamilia/bolsafamilia01.asp> Acessado em 2 jan 2005.

Brasil. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Manual de orientações**. Brasília, DF, 2000.

_____. **LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dez/1993. Florianópolis/SC, Estado Santa Catarina: 1997.

_____. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: manual de orientações**. Brasília/DF: 2000.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

_____. La dinámica de los procesos de marginalización. **Revista Topia**, Ano I, n. 2, Buenos Aires/AR: agosto de 1991.

_____. **Título texto** In: LANCETTI, Antônio (Org.). **Saúdeloucura: Grupos e Coletivos**. São Paulo/SP: HUCITEC, nº 4, 1994.

COLBARI, A . L. Ética do trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional. In: VASCONCELOS, J.;DAVEL, E. (Org.) **Recursos Humanos e subjetividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

DEJOURS, **A loucura do trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho**. 5ª edição. São Paulo/SP: Cortez-Oboré, 1992.

DUBAR, Claude. El trabajo y las identidades profesionales y personales. **Revista Latinoamericana de estudios del trabajo**. Ano 7, nº 13, 2001.

_____. Os debates sobre o futuro do trabalho na França. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. ALAST, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro/RJ: Zorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Elias e o dilema do tempo**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 19??

ENRIQUEZ, Eugène. *O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica*. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo/SP 37 (1) 18-29, Jan./mar. 1997.

FALEIROS, Vicente de Paula. Renda Mínima: uma avaliação. In: SPOSATI, Aldaíza. **Renda mínima e crise mundial: saída ou agravamento?**. São Paulo/SP: Cortez, 1997.

GOFMANN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara, 1988.

GUARESCHI, Neusa. A criança e a representação social do poder e da autoridade: negação da infância e afirmação da vida adulta. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento do cotidiano**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1995.

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **As representações sociais e a esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

LAVINAS, Lena. **Combate à pobreza, combate à exclusão: sinalizando a distribuição de competências entre as esferas de governo**. Rio de Janeiro/RJ: ANPOCS, 2003.

LAVINAS, Lena. **Programas de Garantia de Renda Mínima: perspectivas brasileiras**. Disponível em <www.ipea.gov.br/pub/td/td0596.pdf> Rio de Janeiro/RJ: 1998. Acessado em 26 out 2003.

MARQUES, Rosa M^a. **A proteção social e o mundo do trabalho**. São Paulo/SP: Bional, 1999.

MÉDA, Dominique. **O trabalho: um valor em vias de extinção**. Lisboa/PT: Fim de Século Ed., 1999.

_____. **Viver o trabalho de outra maneira**. Disponível em <www.labelfrance.com.fr> Label France : jan/2000, nº38. Acessado em 10 out 2003.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1978.

NARDI, Henrique C. Ética do Trabalho. In: **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Petrópolis/RJ, Porto Alegre/RS: Vozes/Ed. UFRGS, 2000.

OLABUENAGA, José I. R. **Metodología de la investigación cualitativa**. Universidad de Deusto, Bilbao: 1996.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo/SP: Contexto, 1999.

Porto Alegre. Prefeitura Municipal. Fundação de Assistência Social e Cidadania. **Programa Núcleo de Apoio Sócio-Familiar**. Porto Alegre/RS: nov/2000. (Texto digitado)

_____. **Programa Família, Apoio e Proteção: Projeto Núcleo de Apoio Sócio-Familiar**. Porto Alegre/RS: 2004. (Texto digitado)

RODRIGUES, JOSÉ A . (Org.). **Durkheim**. Revista Sociologia. Coleção Grandes cientistas Sociais. São Paulo/SP: Ática, 2002. 9ª edição.

SÁ, Celso P. de. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **O conhecimento do cotidiano**. São Paulo/SP: Brasiliense, 1995.

SATO, Leny. **Abordagem psicossocial do trabalho penoso: estudo de caso de motoristas de ônibus urbano**. São Paulo/SP: 1991. Dissertação Mestrado. PUC/SP.

_____. O conhecimento do trabalhador e teoria das representações sociais. In: CODO, W.; SAMPAIO, J. (Org.) **Sufrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra**. Brasília/DF: 2002. Tese (doutoramento) - Departamento de Sociologia, UnB.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. Avaliação de Políticas Sociais: concepção e modelos analíticos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 53, São Paulo/SP: Cortez, março 1997.

_____. **Crise da sociedade salarial e renda mínima**. São Paulo/SP: Cortez, 1997.

_____. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo/SP: Cortez, 1997.

SPINK, Mary Jane. **Análise das práticas discursivas**. São Paulo/SP: 2001.

SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento?** São Paulo/SP: Cortez, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Mínimos Sociais e Seguridade social: Uma revolução da consciência da Cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo/SP: Cortez, 1997.

SUPLICY, Eduardo. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Projeto de Lei nº 80. Brasília/DF: 1991.